



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**JOSÉ LEDY CARVALHO SANTOS**

**EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS  
PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

**JOÃO PESSOA - PB**

**2023**

JOSÉ LEDY CARVALHO SANTOS

**EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS  
PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -  
Graduação em Educação do Centro de Educação, da  
Universidade Federal da Paraíba, como parte dos  
requisitos para obtenção do título de Mestre em  
Educação.

Linha de Pesquisa: Educação Popular.

Orientador: Prof. Dr. Pedro José Santos Carneiro  
Cruz.

JOÃO PESSOA - PB

2023

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S237e Santos, José Ledy Carvalho.

Extensão popular e educação popular : práticas educativas para descolonização da extensão universitária / José Ledy Carvalho Santos. - João Pessoa, 2023.

180 f. : il.

Orientação: Pedro José Santos Carneiro Cruz.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Extensão universitária - Educação popular. 2. Extensão popular - Universidade. 3. Extensão universitária - Descolonialidade. 4. Extensão universitária - Práticas educativas. I. Cruz, Pedro José Santos Carneiro. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378.4(043)

JOSÉ LEDY CARVALHO SANTOS

**EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS  
PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -  
Graduação em Educação do Centro de Educação, da  
Universidade Federal da Paraíba, como parte dos  
requisitos para obtenção do título de Mestre em  
Educação.

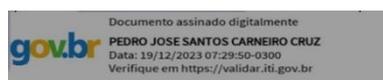
Linha de Pesquisa: Educação Popular.

Orientador: Prof. Dr. Pedro José Santos Carneiro  
Cruz.

Resultado: Aprovada

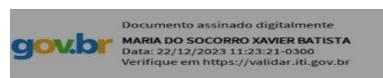
João Pessoa, 28 de setembro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**



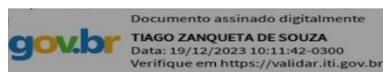
**Prof. Dr. Pedro José Santos Carneiro Cruz**

Orientador/a (Presidente da Banca) - Universidade Federal da Paraíba



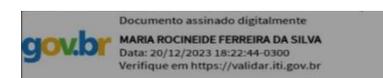
**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Xavier Batista**

Membro da Banca (Avaliadora Interna) - Universidade Federal da Paraíba



**Prof. Dr. Tiago Zanqueta de Souza**

Membro da Banca (Avaliador Externo) - Universidade de Uberaba



**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Rocineide Ferreira da Silva**

Membro da Banca (Avaliadora Externa) - Universidade Estadual do Ceará

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, e em especial, aos meus pais Aldenora e Pedro, pelos incentivos aos estudos e continuar nessa caminhada em desvelar o mundo e aos meus avôs e avós João, Isabel, Adão e Euzébia (*in memorian*) pelos aprendizados que tive.

Ainda no contexto familiar, aos meus sobrinhos e sobrinhas, dos quais tenho o exemplo e força da juventude para enfrentar os desafios aos meus irmãos e irmãs com os quais convivo dividindo aprendizados e experiências.

À Marina, companheira e sempre presente, que muito me incentivou com sua força nessa caminhada nos estudos do Mestrado.

Aos meus educadores e educadoras desde o início da minha trajetória escolar, com os quais compartilhei conhecimentos, principalmente, da Licenciatura em Educação do Campo, em especial, Maria do Socorro e Adriana, pelo esforço coletivo nas orientações e revisão no projeto, que muito contribuiu para ingresso no Mestrado.

À professora Cláudia Duarte (*in memorian*), que desde as aulas do estágio na graduação também já me incentivava a ingressar no Mestrado.

Aos amigos e amigas com os quais compartilho o dom da amizade, as conversas boas que nos desconectam por instantes das dificuldades.

À minha orientadora na graduação em Educação do Campo, Sonia Ribeiro, com quem aprendi muito nas discussões sobre aspectos da agricultura camponesa.

À minha orientadora na Especialização em Educação do Campo, Bernadete Coelho, nas reflexões sobre a importância das territorialidades camponesas.

Ao meu orientador, Dr. Pedro José Santos Carneiro Cruz, pelo olhar atento e orientações precisas, pelos conhecimentos e aprendizados partilhados e construídos.

Ao/às integrantes da banca de qualificação Dr. Tiago Zanquêta, Dra. Nilvânia dos Santos e Dra. Maria Rocineide, pelas leituras, sugestões e contribuições na qualificação.

À UFPI e em especial, ao NEPEECDES e ao projeto Universidade Popular, espaços onde pesquisei e vivenciei a Extensão Popular, a Educação Popular e Educação do Campo.

Ao EXTELAR e todos, todas e todos os/as integrantes, grupo onde vivenciei os conhecimentos e aprendizados em Extensão Popular e Educação Popular.

À UFPB, ao PPGE, todos os/as companheiros e companheiras de curso e professores ao longo dessa caminhada na construção de conhecimentos.

Gratidão...!!!

*O radical, comprometido com a libertação dos [...] [sujeitos(as)], não se deixa prender em “círculos de segurança”, nos quais aprisione também a realidade. Tão mais radical, quanto mais se inscreve nesta realidade para, conhecendo-a melhor, melhor poder transformá-la. Não teme enfrentar, não teme ouvir, não teme o desvelamento do mundo. Não teme o encontro com o povo. Não teme o diálogo com ele, de que resulta o crescente saber de ambos. Não se sente dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertador dos oprimidos. Com eles se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar.*

**FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 18**

## RESUMO

O presente estudo analisa a Extensão Popular na universidade, tomando como pressupostos as práticas educativas da Educação Popular no âmbito da extensão universitária, observando as ações desenvolvidas pelo projeto de extensão Universidade Popular Vale do Guruguéia, na Universidade Federal do Piauí. Desde o surgimento da extensão na universidade observa-se uma relação de hegemonia e hierarquia de saberes produzidos na universidade em relação aos conhecimentos vivenciados nas comunidades. Nessa relação de saberes, a extensão universitária se constitui como um dos principais elementos para a difusão do conhecimento acadêmico para a sociedade, mas também pode ser influenciada por narrativas coloniais e sistemas de poder opressivos, afirmado por um paradigma de ciência europeizado. Historicamente, esse paradigma tem dado notoriedade e validade a conhecimentos considerados superiores em relação aos saberes produzidos em outros contextos, aspecto potencializado, sobretudo, pelo processo de dominação e subordinação por meio da colonização. Tal dominação expressada no campo do saber desencadeou resistências para a superação desse paradigma a partir da cultura e conhecimentos do Sul, sobretudo, da América Latina, numa perspectiva filosófica decolonial e descolonial. O objetivo deste estudo é identificar e valorizar as abordagens pedagógicas alternativas da extensão popular e da educação popular que promovem a descolonização da extensão universitária por meio da Extensão Popular e práticas educativas da Educação Popular, evidenciadas por potencialidades e desafios, em seu processo de promover uma ressignificação das práticas extensionistas universitária, por meio da superação do paradigma hegemônico de extensão, através da construção de uma perspectiva decolonial, dentro e fora do espaço acadêmico. O estudo vinculou-se à linha de pesquisa Educação Popular, em que seu processo metodológico orientou-se por uma abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-ação, no qual foi realizada, uma revisão da literatura, além de, pesquisa documental, por meio de vídeo publicado no YouTube com depoimentos e relatos de bolsistas envolvidos em iniciativas de extensão popular e educação popular, nas experiências e vivências acumuladas no projeto de extensão Universidade Popular Vale do Guruguéia, na Universidade Federal do Piauí. Para a análise dos materiais pesquisados e dados coletados foi adotado o método hermenêutico-dialético, onde a construção do referencial teórico fundamentou-se nas produções epistemológicas de autoras e autores da Extensão Popular, Educação Popular, das pedagogias e filosofia da América Latina e da Extensão Universitária. O resultado esperado confluuiu na explicitação de um conjunto de práticas e estratégias pedagógicas que podem ser utilizadas e adaptadas para a extensão universitária onde busca-se ressignificar também as relações entre universidade e comunidade de maneira que se construa uma valorização dos conhecimentos e saberes populares na produção de conhecimento a partir do Sul do Mundo.

**Palavras-chave:** Extensão Popular. Educação Popular. Descolonialidade. Práticas Educativas. Extensão Universitária.

## ABSTRACT

The present study analyzes the Popular Extension in the university, taking as assumptions the educational practices of Popular Education within the scope of the University Extension, observing the actions developed by the extension project Popular University Vale do Gurguéia, at the Federal University of Piauí. Since the emergence of the extension in the university, there has been a relationship of hegemony and hierarchy of knowledge produced at university in relation to the knowledge experienced in the communities. In this relationship of knowledge, the university extension constitutes as one of the main elements for the dissemination of academic knowledge to society, but it can also be influenced by colonial narratives and oppressive power systems, affirmed by a paradigm of europeanized science. Historically, this paradigm has given notoriety and validity to knowledge considered superior to the knowledge produced in other contexts, aspect potentiated, above all, by the process of domination and subordination through colonization. Such domination expressed in peasant of knowledge has triggered resistance to the overcoming of this paradigm from the culture and knowledge of the South, especially Latin America, in a philosophical perspective decolonial and decolonial. The aim of this study is to identify and value the alternative pedagogical approaches of the popular extension and popular education that promote the decolonization of the university extension through the Popular Extension and educational practices of popular education, evidenced by potentialities and challenges, in its process of promoting a resignification of the extensionist practices university, through the overcoming of the hegemonic paradigm of extension, by the construction of a decolonial perspective, within and outside the academic space. The study was linked to the research line of Popular Education, in which its methodological process was guided by a qualitative approach, of the type research-action, which was carried out, a review of the literature, in addition to, documentary research, by means of video published on YouTube with testimonies and reports of scholars involved in initiatives of popular extension and popular education, in the experiences and experiences accumulated in the project of extension Popular University Vale do Gurguéia, at the Federal University of Piauí. For the analysis of the researched materials and data collected was adopted the hermeneutic-dialectical method, where the construction of the theoretical reference was based on the epistemological productions of authors and authors of the Popular Extension, Popular Education, the pedagogies and philosophy of Latin America and the University Extension. The expected result was the explicitation of a set of pedagogical practices and strategies that can be used and adapted for the university extension where it seeks to resignify also the relations between university and community in a way that builds a valuation of the popular knowledge and knowledge in the production of knowledge from the South of the World.

**Keywords:** Popular Extension. Popular Education. Decolonization. Educational Practices. University extension.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**EXTELAR** - Grupo de Pesquisa em Extensão Popular

**EQUIP** - Escola de Formação Quilombo dos Palmares

**FORPROEX** - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileira

**NEPEECDES** - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade

**PPGE** - Programa de Pós-Graduação em Educação

**UFPB** - Universidade Federal da Paraíba

**UFPI** - Universidade Federal do Piauí

**UPVG** - Projeto de Extensão Universidade Popular Vale do Gurguéia

**UNE** - União Nacional dos Estudantes

**UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reunião de planejamento de atividades projeto Univ. Popular.....	30
Figura 2 - Aula na disciplina Pesquisa em Educação (Mestrado em Educação - UFPB).....	36
Figura 3 - Atividades formação interna do Extelar.....	38
Figura 4 - Roteiro de atividades - distribuição das tarefas.....	119
Figura 5 - Assentamento Tabocas, Currais-PI.....	120
Figura 6 - Comunidade Laranjeiras, Currais-PI.....	121
Figura 7 - Comunidade Laranjeiras, Currais-PI - mística da água.....	122
Figura 8 - Comunidade Laranjeiras, Currais-PI.....	123
Figura 9 - Roda de Conversa na Comunidade Laranjeiras, Currais-PI.....	124
Figura 10 - Visita a Comunidade Brejo da Lagoa, Barreiras (PI).....	125
Figura 11 - Visita-técnica ao Parque das Nascentes do Parnaíba.....	126
Figura 12 - Visitas técnicas às práticas educativas do SERTA - (UFPE).....	130

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Complemento das análises das falas dos participantes.....	152
----------------------------------------------------------------------	-----

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Demonstrativo de resultados de busca por trabalhos no portal da Capes.....	50
---------------------------------------------------------------------------------------	----

## SUMÁRIO

<b>Apresentação da pesquisa.....</b>	<b>14</b>
<b>1 TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E ABORDAGEM TEÓRICA-METODOLÓGICA.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Abordagem do problema de pesquisa, objetivos e intencionalidades: aspectos introdutórios.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2 Caminhos que percorri, conhecimentos que construí e experiências vividas para entender e transformar a realidade.....</b>	<b>22</b>
1.2.1 Encontro com a Extensão Popular pelo curso em Educação do Campo na Universidade Federal do Piauí.....	27
1.2.2 Minha experiência como docente.....	32
1.2.3 Primeiros passos rumo ao Mestrado em Educação .....	33
1.2.4 Novo encontro com a Extensão Popular.....	36
<b>1.3 Procedimentos metodológicos: aportes conceituais e técnicos.....</b>	<b>41</b>
1.3.1 Detalhamento da metodologia .....	42
1.3.2 Abordagem qualitativa.....	42
1.3.3 A pesquisa do tipo Pesquisa-Ação.....	44
1.3.4 Hermenêutica-dialética.....	47
1.3.5 As etapas e procedimentos da pesquisa.....	49
1.3.6 Revisão da Literatura.....	50
<b>1.4 A pesquisa documental como forma de produção dos dados.....</b>	<b>51</b>
1.4.1 Levantamento documental.....	52
1.4.2 A pesquisa de campo.....	54
1.4.3 Movimentos e estratégias de transcrições e releituras interpretativas argumentativas dos materiais pesquisados .....	55
<b>2 EXTENSÃO POPULAR: UM CAMINHO POSSÍVEL NA UNIVERSIDADE.....</b>	<b>57</b>
<b>2.1 Extensão Universitária: aspectos históricos.....</b>	<b>57</b>
<b>2.2 Extensão Universitária: principais enfoques teóricos e metodológicos.....</b>	<b>68</b>
<b>2.3 Educação Popular: um pouco de sua história.....</b>	<b>76</b>
<b>2.4 Extensão Popular: aspectos históricos e conceituais.....</b>	<b>82</b>
<b>2.5 Aspectos conceituais sobre Descolonialidade e Decolonialidade.....</b>	<b>95</b>
2.5.1 Descolonialidade: um processo de rupturas a partir do Sul global .....	95
2.5.2 Decolonialidade do saber: perspectiva decolonial de ciência.....	100
2.5.3 Alguns pontos de aproximações e divergências entre Descolonialidade e Decolonialidade.....	103
2.5.4 Práticas educativas descoloniais.....	104
2.5.5 A descolonialidade na universidade: desafios atuais.....	109
<b>2.6 Extensão Popular e Descolonialidade: aproximações e desafios pela Educação Popular.....</b>	<b>111</b>
<b>3 O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE POPULAR.....</b>	<b>116</b>
<b>3.1 Origem do projeto de extensão Universidade Popular por uma Extensão Popular.....</b>	<b>116</b>
<b>3.2 Principais atividades formativas para os bolsistas e estudantes da Educação do Campo no início do projeto Universidade Popular.....</b>	<b>130</b>

3.2.1 Encontro de Experiências (Intercâmbio): diálogos de saberes.....	130
3.2.2 As Expedições Pedagógicas Descoloniais .....	131
3.2.3 Estágio Acadêmico Interdisciplinar na UFPE.....	132
<b>4 EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE RESSIGNIFICAÇÃO DA EXTENSÃO EM PRÁTICAS DESCOLONIAIS.....</b>	<b>134</b>
<b>4.1 A análise dos dados: contribuições por meio das práticas da Extensão Popular e descolonialidade.....</b>	<b>134</b>
4.1.1 Contribuições dos participantes: visões para se compreender aspectos da Extensão Popular como prática descolonial.....	135
4.1.2 Possibilidades de uma prática de extensão popular descolonial.....	138
4.1.3 A realização prática da Extensão Popular e a incidência de aspetos que podem contribuir para fragilizar ou dificultar essas práticas em seu aspecto descolonial.....	140
4.1.4 Relatos dos bolsistas: considerações sobre o conceito de Educação Popular, para se entender um pouco sobre sua relação com a Extensão Popular.....	142
4.1.5 Análise da experiência dos bolsistas sobre as dificuldades que sentem para fazer uma prática educativa que seja efetivamente descolonial.....	144
4.1.6 Extensão Popular: ressignificação da extensão em práticas descoloniais.....	148
<b>4.2 A análise dos Relatórios como fontes de uma Extensão Popular.....</b>	<b>153</b>
<b>BREVES CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>158</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>164</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>171</b>
<b>APÊNDICE A - Carta de anuência à coordenadora do Projeto de extensão Universidade Popular para participação na pesquisa e autorização de documentos.....</b>	<b>172</b>
<b>APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da coordenadora do Projeto de Extensão Universidade Popular.....</b>	<b>173</b>
<b>APÊNDICE C - Termos de consentimento Livre e Esclarecido dos bolsistas do projeto de extensão Universidade Popular.....</b>	<b>174</b>

## **Apresentação da pesquisa**

É com muito apreço que convido e apresento ao leitor(a), nessas páginas reflexivas, o diálogo, resultado e considerações da pesquisa que construí. Toda pesquisa é perpassada por descobertas, reencontros, acertos, erros, adaptações, conflitos, ousadia e demais elementos que configuram a rotina do pesquisar e construir conhecimentos. No diálogo com teorizações e, certamente, nas vivências e experiências diárias com modos de vida, conhecimentos populares e científicos marcam todos esses elementos que dialogam na construção de conhecimentos (Freire, 1987).

A presente pesquisa desenvolve reflexões construídas sobre a Extensão Popular e Educação Popular na qual analisa-se as práticas educativas do projeto de extensão Universidade Popular Vale do Gurguéia (UPVG) na Universidade Federal do Piauí (UFPI), e como essas práticas convergem para uma prática de extensão descolonial. Nessa tarefa de descobertas buscamos dialogar com as visões e reflexões construídas pela análise das falas de 4 (quatro) bolsistas do projeto, com os quais participei de atividades formativas em coletivo nas ações de extensão. A pesquisa traz como recorte as práticas educativas do projeto com o trabalho dos bolsistas e ações, incluindo atividades realizadas com os sujeitos de comunidades do campo no sudoeste do Piauí, de 2018 a 2020.

O contexto que marca a produção da pesquisa se deu a partir do território de vivência e experiências das quais participei no projeto de extensão Universidade Popular, junto à atuação com os demais bolsistas do projeto, em atividades formativas e diálogo com as comunidades do campo. A denominação “Universidade Popular” vem da sua relação com as metodologias teórico-práticas da Educação Popular na realização da Extensão Popular com as comunidades do campo, com as quais realiza as atividades de extensão.

Sendo assim, o foco principal do projeto Universidade Popular é trabalhar com atividades formativas que contribuam em múltiplas escalas com a realização da extensão em diálogo com a pesquisa e ensino, o que possibilita a realização da extensão tanto na formação prática dos bolsistas e diálogos com a comunidade externa à universidade. Nesse sentido a realização das atividades de extensão engloba também os elementos da descolonialidade em primeiro plano abordando também elementos da decolonialidade em suas ações de valorização dos conhecimentos populares e assim se realizar o diálogo de saberes com os conhecimentos acadêmicos através da extensão popular.

Nesse sentido o uso do termo descolonialidade é utilizado no texto para evidenciar um dos conceitos centrais do projeto de extensão Universidade Popular em virtude da necessidade

de se trabalhar na extensão uma perspectiva de conscientização no sujeito sobre os processos descoloniais e priorizar uma discussão de construção de um projeto de igualdade de direitos e justiça social, perspectiva presente nas discussões e formações com as comunidades do campo realizadas pelo projeto.

Entende-se a perspectiva do pensamento descolonial como abordagem alternativa ao processo da colonialidade em seus aspectos sociais, econômico, político e educacional eurocêntrico. Essa abordagem é problematizada, tomando como referência conceitos de alguns autores do grupo de Pesquisa Modernidade/Colonialidade (M/C), a partir do contexto das realidades da América do Sul, mencionando a importância dessa perspectiva desenvolvida quando analisaram contextos de lutas contra a colonialidade, ocorridas em outros territórios como o de África.

Reconhece-se que foi desafiador chegar a uma linha de entendimento capaz de demonstrar as afirmações necessárias, a fim de se chegar a um refinamento das ideias, de forma que evidencie as nuances na compreensão do fenômeno pesquisado, mas deixando a palavra franqueada para mais reflexões e contribuições, pois o conhecimento é infinito e inacabado. Nesse sentido, trago nessas páginas, toda nossa dedicação e cuidado com o que propus discutir e apresentar, como forma de dialogar e manter aberta a discussão para a produção de conhecimentos pelo diálogo na Extensão Popular, Educação Popular numa perspectiva descolonial.

Em algumas passagens do texto utiliza-se nomenclaturas como: Universidade Popular Vale do Gurguéia (UPVG), Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade (NEPEECDES) e Universidade Federal do Piauí (UFPI), respectivamente grafando-se esses nomes de forma mais curta como, Universidade Popular, Educação do Campo ou somente a sigla como, NEPEECDES e UFPI para descrever suas inter-relações e por entender que a leitura possa se realizar de forma prazerosa para o leitor(a).

Sendo assim, passa-se a apresentar a organização das ideias, nessa discussão, da seguinte forma:

No primeiro capítulo “TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E ABORDAGEM TEÓRICA-METODOLÓGICA” apresenta-se os aspectos introdutórios além dos principais elementos que possibilitaram a execução da pesquisa. Finalizando o primeiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos, aportes conceituais e técnicos para a confecção dos dados da pesquisa.

No segundo capítulo, “EXTENSÃO POPULAR: UM CAMINHO POSSÍVEL NA UNIVERSIDADE”, traz-se algumas abordagens sobre o contexto de origem da extensão universitária. Também é realizada uma discussão sobre os espaços onde a Extensão Popular se concretiza, sobretudo pela Educação Popular. O segundo capítulo finaliza-se com discussão sobre a Decolonialidade do saber numa perspectiva decolonial<sup>1</sup> de ciência, estendendo a discussão onde realiza-se uma diferenciação entre os conceitos dos paradigmas Decolonial e Descolonial, e assim, entender os processos das Práticas Educativas Descoloniais.

O terceiro capítulo aborda sobre “O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE POPULAR” trata sobre alguns aspectos que culminaram na criação do projeto de extensão Universidade Popular, em que se dialoga de forma descritiva e trazendo elementos do contexto que motivaram a criação do projeto de extensão Universidade Popular Vale do Gurguéia (UPVG).

O quarto capítulo intitulado: “EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE RESSIGNIFICAÇÃO DA EXTENSÃO EM PRÁTICAS DESCOLONIAIS” corresponde a análise dos dados constituídos a partir da revisão de literatura; pesquisa documental de relatórios produzidos pelo projeto de extensão Universidade Popular; a participação da coordenadora do projeto de extensão Universidade Popular na IV aula Pública do Extelar, em 2022 e a participação dos bolsistas do projeto de extensão Universidade Popular em Webnário – Extensão Popular, Educação Popular e práticas educativas descoloniais, em 2023, ambas as atividades divulgadas no You Tube pelo grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR).

Por fim, apresenta-se as breves considerações resultantes das análises das ações práticas educativas do Projeto de extensão Universidade Popular em apresentar a Extensão Popular como uma prática amparada nas perspectivas e princípios da Educação Popular, onde ambas possibilitam ressignificar a extensão na universidade com uma prática convergente para uma extensão descolonial.

---

<sup>1</sup> A categoria decolonial é problematizada a partir do contexto da América Latina e, de forma mais detalhada faz-se uma distinção entre as perspectivas da decolonialidade e descolonialidade.

## **1 TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E ABORDAGEM TEÓRICA-METODOLÓGICA**

Neste capítulo apresenta-se o contexto de vivência que possibilitaram a construção da referida pesquisa. Em seguida, realiza-se a abordagem do problema de pesquisa apresentando os objetivos da pesquisa e intencionalidades, para assim complementar os aspectos introdutórios da pesquisa no sentido de já inserir breves abordagens sobre os aspectos da Extensão Popular, Educação Popular e as práticas educativas descoloniais. Ainda no capítulo primeiro é feita a apresentação do percurso socioeducacional do autor da pesquisa, abordando os caminhos do conhecimento construídos nas experiências e vivências.

Nessa abordagem, apresento os elementos a fim de vislumbrar os caminhos percorridos até o encontro com a Extensão Popular, principal abordagem desta pesquisa, destacando as vivências no curso de Licenciatura em Educação do Campo, na Universidade Federal do Piauí e no curso de Mestrado em Educação, experiências que também possibilitaram esse encontro com a extensão popular. Nesse diálogo exponho também, um pouco, sobre minhas reflexões como docente em uma escola do campo. São apresentados ainda, o percurso que trilhei para ingressar no Mestrado em Educação, desde as primeiras tentativas, até chegar ao momento em que inicio o Mestrado em Educação na Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa Educação Popular e, em um novo encontro com a Extensão Popular, através do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR).

### **1.1 Abordagem do problema de pesquisa, objetivos e intencionalidades: aspectos introdutórios**

A Extensão Popular se caracteriza por muitos aspectos que a torna um modo crítico de pensar a educação como um todo abrangendo desde suas metodologias e intencionalidades de seus processos. Dessa forma, transitando nos contextos externos e internos à universidade, assume papel decisivo para diversas frentes de ações e, no próprio modo de se realizar o ensino, a pesquisa e extensão. Em relação à pesquisa a Extensão Popular e Educação Popular se constituem como um vasto campo de estudos, que quando explanado de forma crítica, numa perspectiva de evidenciar as suas potencialidades constrói-se conhecimentos que contribuem para ressignificação do conceito de universidade por meio do diálogo de saberes (Melo Neto, 2006; Fleuri, 2019).

As experiências e vivências junto ao projeto de extensão Universidade Popular, na Universidade federal do Piauí, tem buscado construir uma visão significativa sobre os processos investigativos e sistemáticos na universidade, sobretudo na extensão, a partir das concepções de Educação Popular e numa Extensão Popular. A curiosidade em compreender de forma mais sistemática os processos educativos formativos da Educação Popular, junto ao projeto de extensão Universidade Popular Vale do Gurguéia, se caracteriza como uma das principais problematizações no âmbito da extensão, para uma Extensão Popular (Piauí, 2019).

Motivações essas, entendidas como elementos importantes para o campo investigativo da Extensão Popular e Educação Popular, no sentido de possibilitar reflexões, questionamentos e respostas importantes, construídas dentro do espaço acadêmico e projetadas pelas ações dos movimentos sociais do campo. Nesse sentido, o projeto de extensão Universidade Popular tem suas demandas ligadas às questões de pesquisa e investigação relacionadas aos territórios e às populações do campo, organizações sindicais e movimentos sociais do campo, na luta por justiça e um projeto de sociedade (Silva, 2017).

Assim sendo, são desenvolvidas atividades práticas a fim de promover a construção de conhecimentos por meio de processos formativos na perspectiva da Investigação-Ação e Participativa, no campo das concepções teóricas da Educação Popular, que fundamentam e embasam a Extensão Popular. Os sujeitos do território, nesse sentido, também se tornam parte da ação e da investigação por meio das suas realidades e conhecimentos sobre o mundo à sua volta, tomando como ponto de partida e chegada o próprio contexto de atuação e vivências, no compartilhamento e construção de novos saberes.

Nesse sentido, investigar sobre os diversos aspectos metodológicos e sistemáticos que compõem o projeto de extensão Universidade Popular é procurar entender a sua estrita relação com a Educação Popular, a extensão na universidade pela Extensão Popular, numa perspectiva descolonial. Essa relação converge para o pensamento que possibilita potencializar os aspectos investigativos, interventivos e formativos da Extensão Popular na universidade, na intencionalidade de construção de um outro paradigma de extensão universitária, pela perspectiva descolonial (Silva, 2017).

A Educação Popular na universidade tem sido uma das apostas mais significativas nos moldes de renovação do fazer extensionista, potencializando a Extensão Popular estreitando os laços, rompendo os muros, que historicamente separou conhecimentos científicos e populares, com uma distinção que despreza os conhecimentos tradicionais. Essa relação de proximidade com os territórios possibilita o fortalecimento e auto-organização junto à comunidade externa

e seus sujeitos, de forma a promover um encontro de saberes não hierarquizados, ou seja, sem a superioridade de um em relação ao outro.

Enquanto pesquisador e estudante transitamos historicamente nos contextos educacionais instituídos e populares, cuja prática educativa nos desafia para produção de um conhecimento comprometido com a formação política de sujeitos sociais, desnaturalizando a vertente instrutiva, mecanicista e descontextualizada. Diante desse contexto, reconhecemos que tem sido um desafio, no espaço acadêmico, realizar pesquisas, desenvolver o ensino e realizar a extensão, cujos marcos referenciais de investigação circulam em uma lógica de produção de conhecimento distinto das matrizes epistemológicas hegemônicas de ciência na universidade. Ainda há muita resistência e pouca abertura para a efetivação de práticas inclusivas e libertadoras dentro da universidade.

É explorar o conceito, a pedagogia e as práticas educativas da Extensão Popular, Educação Popular e descolonialidade, não como uma realidade já previamente posta, como na visão das classes populares, ainda alienadas, mas de forma relacional. Não obstante aos referidos conceitos, configura-se uma tradição de sociabilidade de conhecimentos gerados fora do ambiente escolar que precisam ser compreendidos analisando os processos que os negaram desde o colonialismo (Silva, 2017).

Nesse sentido há uma concepção própria de educação, com a qual é possível construir novos paradigmas de educação e de ciência pela Extensão Popular. A filosofia Latino-americana, como exercício da criação e da imaginação humana, se revela como conhecimento possível de afirmação de uma educação, impossível para a classe dominante, possível para a classe popular em trabalhar as problemáticas do contexto social opressor, numa perspectiva de superação do colonialismo. Apesar das desigualdades educacionais e sociais, herdadas do passado colonial, os sujeitos apostam na construção de uma educação emancipadora fundamentada em uma filosofia de libertação (Dussel, 1977).

Atualmente, um dos principais problemas da educação pública no Brasil consiste em, como conhecer as realidades, e assim, por meio das metodologias da *práxis* possibilitar a construção de conhecimentos para transformar a realidade. Nesse sentido Marx (2005, p. 120) entende a *práxis* como um conjunto de ideias que possam gerar na consciência humana a compreensão do mundo para além das simples ações, sendo assim uma condição de transformação-ação, conforme demonstra em suas onze teses das quais destacam-se três delas: a II tese “[...] É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e a força, o caráter terreno de seu pensamento [...]”; a VIII tese “Qualquer vida social é, essencialmente prática. Todos os mistérios que levam ao misticismo encontram sua solução racional na práxis

humana e na compreensão dessa práxis”; XI tese “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo”.

Para Freire (1987) em *Pedagogia do Oprimido a práxis* é um movimento contínuo de reflexão que os sujeitos exercitam quando atingem a conscientização e praticam os processos de transformação da realidade guiados por essa consciência que o faz se perceber perante a realidade concreta e vivenciada pois, “a educação se re-faz constantemente na práxis”. Ainda segundo Freire (1979, p.113) “conscientização (...) é um processo humano que se instaura quando a consciência se torna reflexiva”.

E é justamente nesses pontos trazidos, que o processo de viver a experiência com os sujeitos e problematizar sobre ela se torna um elo importante para se construir ideias e reflexões relevantes na Extensão Popular. Essas ideias e reflexões aliadas aos processos de sistematizações se constituem como peças-chave para dar continuidade ao movimento de transformação, por meio do encontro de saberes na extensão popular. Um campo que ainda tem muito a ser desvelado por se tratar de uma epistemologia ainda recente, que está o tempo todo em transformação. Investigar esse processo é de grande relevância para compreendermos como se constituem essas transformações no campo do conhecimento, como forma de contribuir com os propósitos da transformação da universidade por uma perspectiva descolonial do conhecimento.

A categoria Extensão Popular é problematizada como “um trabalho social útil” que se realiza na universidade e nas comunidades, orientada pelos pressupostos da Educação Popular em suas práticas educativas. Essa perspectiva extensionista dentro e fora da universidade na construção de conhecimentos tem se demonstrado em muitas ações extensionistas e enfatizado a participação ativa das comunidades e sujeitos, contudo, é importante frisar que nem toda prática extensionista é popular em seu sentido problematizador da realidade com as comunidades (Melo Neto, 2006). É importante frisar, também, que a extensão popular se realiza em outros contextos com nomenclaturas diversas como: “Extensão em Educação Popular (SERRANO, 2013), Extensão Comunitária (DANTAS, 2009), Extensão Crítica (TOMMASINO et al., 2013)”, e demais denominações, frisadas por Soares (2021) em sua dissertação.

A categoria Educação Popular problematizamos a partir do contexto da América-Latina com o olhar voltado para alguns aspectos que foram estruturantes no seu surgimento (Jara, 2020), e em oposição aos processos dominantes resultantes da colonização e neocolonialismo na educação, mas também considerando relevantes as contribuições que se passaram em outros contextos (Dussel, 2012; Streck, 2012; Fanon, 1968).

A pesquisa teve como objeto de estudo as práticas educativas da Extensão Popular e Educação Popular, a partir das ações extensionistas desenvolvidas pelo projeto de extensão Universidade Popular Vale do Gurguéia, na universidade Federal do Piauí, buscando identificar como essas práticas convergem para uma extensão universitária descolonial, na perspectiva latino-americana.

A pesquisa partiu da seguinte problemática: como a Extensão Popular contribui para ressignificação da extensão universitária na construção de práticas educativas para uma concepção de extensão descolonial, por meio das práticas e princípios da Educação Popular? A nossa investigação toma como campo (investigação empírica) a Extensão Popular na universidade e em sua relação com a comunidade, olhando para as práticas educativas da Educação Popular, a partir do projeto de extensão Universidade Popular, na Universidade Federal do Piauí.

Sendo assim, teve-se como objetivo geral: analisar como as práticas educativas da Educação Popular do projeto de extensão Universidade Popular, na Universidade Federal do Piauí convergem para uma prática de extensão descolonial. Nessa ótica, a partir dos objetivos específicos buscou-se: a) identificar quais conceitos e práticas da Extensão Popular na extensão universitária contribuem para uma relação de interconhecimento entre universidade e comunidade; b) analisar as práticas educativas da Extensão Popular no contexto da extensão universitária e do projeto de extensão Universidade Popular, na UFPI; c) compreender em que sentido a Extensão Popular contribui para uma prática de extensão descolonial por meio das práticas educativas no projeto de extensão Universidade Popular e da Educação Popular.

Essa aposta educativa questiona a impossibilidade da convivência e passividade com os níveis de analfabetismo, com o modelo de escola impositivo disseminador da “educação bancária”, com o discurso de negação do saber popular. Esse questionamento rompe com a lógica hegemônica ao propor uma concepção de educação, cujos princípios se contrapõem à educação da classe dominante (Freire, 1987).

Essas marcas compõem o itinerário da Extensão Popular construída com a classe popular em seus espaços internos e externos às instituições de ensino, cuja matriz formativa se fundamenta nos princípios pedagógicos, éticos, políticos e filosóficos da Educação Popular. Acreditamos, assim como Dussel (1977, p. 21), que “contra a ontologia clássica do centro, desde Hegel até Mercuse, para mencionar o mais lúcido da Europa, levanta-se uma filosofia da libertação da periferia, dos oprimidos, a sombra que a luz do ser não pode iluminar a do não-ser.” Nesse sentido, a Educação Popular e seu movimento de transformação reafirma o direito

de construção de um projeto de igualdade, anticolonial que se reafirma a partir do Sul do Mundo.

Segundo Streck (2010, p. 23) sobre a pedagogia latino-americana, é importante saber que: “enfrentar a colonialidade pedagógica, num contexto epistemológico do Sul, significa, portanto, aprender com o espírito que produziu culturas e conhecimentos, mas sem copiar servilmente os frutos de culturas do norte”. É construir novas formas de conhecimentos para a compreensão do mundo que nos circunda.

Nosso estudo está sustentado por três eixos teóricos sendo eles: Extensão Popular e Educação Popular – em seus contextos e percursos históricos na sua relação com os territórios, sujeitos e movimentos sociais, referenciadas nas concepções de Melo Neto (2006); Cruz (2011); Vasconcelos (2011); Freire (2015; 1987) e Melo Neto (2013); Paludo (2006); Jara (2020). Decolonialidade e Descolonialidade – em seus aspectos teóricos e filosóficos dos contextos da América Latina, tomando como referências as contribuições de Borda (1981); Dussel (2005); Streck (2010). Extensão Universitária – em seus contextos, teorias e diálogos com as comunidades, nas teorias de Freire (2015); Gurgel (1986); Jezine (2002; 2006).

Nas três categorias/eixos e referenciais teóricos, acima mencionados, construímos reflexões que giram em torno de três marcas identitárias da Educação Popular: luta contra a opressão, a Educação Popular como um movimento de mobilização e ação, a Educação Popular como um paradigma. Nessas três características da Educação Popular, a Extensão Popular encontra pontos que se conectam de forma convergente, que se entrelaçam e inspiram na construção de suas metodologias e práticas, para realizar as trocas de saberes e construção de conhecimentos numa via de mão dupla.

## **1.2 Caminhos que percorri, conhecimentos que construí e experiências vividas para entender e transformar a realidade**

Sou José Ledy Carvalho Santos, natural do município de Bom Jesus-PI, localizado ao Sudoeste do estado do Piauí. Meus pais são de origem do mesmo município, nascidos no interior de Bom Jesus, hoje município de Currais, desmembrado e emancipado em 1996. Sou o quinto filho de uma família de seis irmãos. Minha infância se desenvolveu entre a convivência no campo desde os anos iniciais, quando por volta dos sete anos de idade passei a ficar mais na cidade para estudar, voltando para o interior, às vezes nos finais de semana e por um tempo mais alongado quando chegavam as férias.

Meu pai, Pedro e minha mãe, Aldenora permaneciam no campo para conseguirem realizar os trabalhos da roça e assim garantir parte dos alimentos (arroz, feijão, milho, mandioca, algodão e criação de pequenos animais), que serviam para garantir o sustento da família e venda do excedente para comprar outros itens que não advinham do trabalho na roça.

Foram tempos difíceis, nem sempre a produção era suficiente, pois às vezes, a terra não produzia por falta de chuva (como os mais velhos diziam: inverno ruim), mesmo assim floresciam as esperanças por dias melhores. Percebi isso quando olhava para a condição de pessoas que também estavam nas mesmas condições e necessidades de algum item básico para sobreviver.

A condição humana sempre me chamou a atenção para compreender mais sobre esses aspectos, pois lembro-me que num determinado dia, há muitos anos, passava na rua em que moro duas crianças que haviam saído de casa por conta de agressões contra sua mãe, provocadas pelo pai das crianças, segundo depoimento delas aos prantos, quando minha mãe as acolheu. Como já era quase hora de almoço almoçaram com a gente. Foi uma tarde em que pude também guardar alguns elementos que permeiam as famílias da classe popular como a desigualdade social, violência doméstica, desigualdade econômica, entre outras.

Mais tarde, eu, minha mãe e as crianças fomos procurar seus familiares para informá-los da situação, mas com o receio de encontrar o agressor no caminho. Ficou uma nítida sensação de abandono demonstrada pelos familiares ao relatarem que esse problema já era recorrente e que não poderiam ficar com as crianças, as quais retornaram com a gente até próximo da nossa casa, quando agradeceram a acolhida e seguiram de volta para casa e saber notícias de sua mãe.

Depois vieram lembranças, mas não tivemos mais contatos com essas crianças para saber notícias. Lembro-me muito desse acontecido quando me deparo com questões de desigualdade social e violência doméstica, bem como de exclusão educacional pois, certamente, essas crianças deveriam estar na escola nesse horário em que estavam desalentados na rua por conta de atrocidades vividas em casa.

Daí vem a importância de se acreditar na educação como uma possibilidade de construção de uma sociedade justa. Meu pai e minha mãe sempre me diziam para estudar, pois não tiveram a mesma oportunidade, por terem que se dedicar mais aos trabalhos na roça do que aos estudos, desde criança.

Eu fazia apenas trabalhos mais leves na lida da roça como: capinar (limpar entre as plantações), colher feijão e arroz, ajudar na farinhada, mas esses serviços eram apenas nos períodos em que não estava estudando ou quando a demanda na roça exigia mais agilidade no

serviço, assim, meus pais deram mais prioridade e condições para minha dedicação aos estudos deixando em segundo plano os trabalhos na roça.

Nesse movimento entre campo e cidade cresci e construí meus primeiros passos nos estudos. No começo foi bem difícil, mas logo nas séries iniciais comecei a entender as palavras e logo aprendi a ler. Mas por algum tempo foi um pouco complicado responder às atividades em casa, pois meus irmãos mais velhos Luiz, Lausimar e Maria José trabalhavam e não tinham muito tempo para me ensinar as tarefas. Meus outros dois irmãos, José Dimas, mais velho que eu dois anos e, Marildethe ficavam em casa comigo e estudavam, mas não tinham conhecimentos para me ajudarem nas tarefas, foi quando aos poucos consegui ler melhor e entender as perguntas, aí comecei a me virar sozinho nas tarefas da escola, a partir da terceira série.

É nesse sentido que relato a minha trajetória escolar e como pesquisador ao passo que trago a importância da educação como um todo, sobretudo, da Extensão Popular e Educação Popular para a formação, construção de novas perspectivas sociais e humanas, sobretudo, potencializadas pelos pressupostos epistemológicos construídos ao longo da trajetória histórica da Educação Popular (Freire, 2015). Sendo assim, narro minha trajetória escolar até chegar ao encontro com a Extensão Popular e Educação Popular nos diversos espaços de construção do conhecimento, dentro e fora do espaço acadêmico em constante contato com os conhecimentos produzidos com os movimentos sociais populares.

Toda a minha trajetória escolar, até o presente momento, foi construída em escolas públicas da rede estadual, do ensino primário ao médio e federal no ensino superior. Não foi tarefa fácil trilhar este caminho, pois enfrentei muitas dificuldades de aprendizados e acompanhamento do ritmo escolar em algumas fases, posteriormente, superadas quando entendi o verdadeiro significado da educação ao ingressar no ensino superior. Nesse sentido, o acesso ao ensino público e laico é uma das grandes conquistas históricas brasileiras, sobretudo para a classe popular, ainda que este seja realizado de forma não condizente com as suas necessidades específicas.

Não entendia ao certo o que se passava, e sentia-me pouco atraído para ali permanecer, no sentido de cumprir o horário e atividades propostas e realizadas, certamente por conta da pouca maturidade, ainda, de articular o conhecimento de forma mais sistematizada. Sentimento que tive também na primeira série, onde alguns professores insistiam no método tradicional de ensino, muitas vezes punitivo com castigos físicos, com golpes de apagador nas mãos e ajoelhar em pedras no canto da sala.

Aos poucos fui incorporando outras dimensões da realidade escolar, misturada com as vivências e observações e, assim, passei a ter noção, desse compartilhamento de vivências e, posteriormente, a intencionalidade do ato de ensino-aprendizagem. Para Freire (1987, p. 47) a educação como arte do fazer humano precisa estar amparada em princípios que a diferencie da educação tradicional contribuindo para a formação humanizadora, quando pontua que:

A concepção e a prática “bancárias”, imobilistas, “fixistas”, terminam por desconhecer os homens como seres históricos, enquanto a problematizadora parte exatamente do caráter histórico e da historicidade dos homens. Por isto mesmo é que os reconhece como seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos, em e com uma realidade, que sendo histórica também, é igualmente inacabada. Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana.

A perspectiva freiriana de educação, por exemplo, revela e traz problematizações sobre o aspecto social e humano, como a consciência da inconclusão do ser incorporado à educação como forma de promover transformações significativas da realidade por meio da construção da consciência crítica e progressista (Freire, 2015).

Minha fase educacional a partir da primeira série do ensino primário, 1ª a 4ª série, na época, foi cursada na escola estadual Unidade Escolar Araci Lustosa. Foram anos difíceis, porque senti bastante dificuldades para ser alfabetizado e conseguir evoluir da primeira para a segunda série. Foram precisamente três repetições na primeira série, certamente reflexo do ensino deficitário na alfabetização, visto que só aprendi a ler e escrever, com mais desenvoltura, somente na segunda série.

Concluída a fase do ensino primário fui estudar, da 5ª a 8ª série, em outro colégio estadual, na Unidade Escolar Joaquim Parente, que à época correspondia ao ensino da modalidade ginásio. Foram anos de progressivos aprendizados em todas as disciplinas, sendo que encontrei algumas dificuldades em Matemática por ainda não saber efetuar cálculos envolvendo contas de divisão usando mais de dois algarismos. Dessa forma tinha mais destaque o aprendizado nas disciplinas de Humanas e Sociais. Despertava-me, assim, o sentido de procurar refletir e entender aspectos da realidade social como a pobreza, mas em sentido econômico, sem amadurecimento ainda, para refletir como uma perspectiva e condição socialmente e historicamente construída.

Posteriormente no ensino médio senti-me mais uma vez desafiado pelas disciplinas de exatas, quando reprovei em Física e Matemática. Era o ano de 1998, quando estudei no Colégio

Agrícola de Bom Jesus. Mais uma vez, o drama de reprovar me fez pensar o motivo de tamanha dificuldade, já que vinha de bom aproveitamento no ensino fundamental. Mesmo assim, continuei os estudos, só que em outra escola. O ano letivo seguinte foi marcado por algumas mudanças.

Recomecei do 1º ao 3º ano, do ensino médio, na escola estadual Unidade Escolar José Lustosa Elvas Filho, onde concluí o ensino médio. Ao concluir o ensino médio não consegui ingressar na universidade ficando por treze anos consecutivos sem estudar. Estava pouco motivado a ingressar no ensino superior, pois trazia comigo muitas incertezas sobre qual curso escolher como formação acadêmica. Ainda com um pensamento consideravelmente alienado pelas questões relacionadas ao trabalho e a necessidade em ter logo uma profissão, não fazia ideia do que era poder ingressar no ensino superior. Para combater essa alienação referente às relações de trabalho e educacionais Freire (1987, p. 53) assevera que:

Este é um pensar que percebe a realidade como processo, que a capta em constante devenir e não como algo estático. Não se dicotomiza a si mesmo na ação. “Banha-se” permanentemente de temporalidade cujos riscos não teme. Opõe-se ao pensar ingênuo, que vê o “tempo histórico como um peso, como uma estratificação das aquisições e experiências do passado”, de que resulta dever ser o presente algo normalizado e bem comportado.

Como ainda não entendia o sentido da educação, assim como descreveu Freire (2015), tinha a impressão de que fosse apenas mais uma etapa educacional a ser realizada. Por esse motivo tive uma vacância de uma década sem estudar, o que de certa forma também me provocou uma certa alienação no campo da educação em entender, de verdade, o real significado de construir conhecimentos conhecendo outras realidades, como a realidade do outro.

Uma dessas vivências foi quando descobri o quanto era interessante estudar em grupo com outros colegas. Não sabia bem a nomenclatura para descrever o conceito dessa estratégia e metodologia de aprendizagem que quando consegui realizar estudos com outros colegas realizei as avaliações em sala de aula obtendo uma nota boa, mas o que pude observar foi que essa experiência de estudar dialogando com outros colegas compreendi que foi uma experiência importante para o estudo de textos, mesmo que estudando em regime de ensino que só priorizava a nota.

Outra vivência foi desenvolver um trabalho em grupo, na sala de aula, realizando estudos sobre o Socialismo abordando um pouco sobre o pensamento e ideias de Marx, quando nesse trabalho pude realizar a leitura de um breve trecho sobre Marx e o Socialismo, embora a

descrição fosse muito sucinta, como de costume dos livros didáticos utilizados no ensino público, pois não aborda com clareza o que viria ser a sociedade no Comunismo (Marx, 2005).

Comecei a perceber nas ilustrações dos livros didáticos das disciplinas uma relação entre os escritos e a ênfase que era dada à narrativa dos textos a partir das ilustrações das imagens. Isso me levou a refletir o contexto daquelas imagens na realidade, principalmente, quando retratavam as condições de pobreza de países africanos, muitas vezes desolados e devastados por guerras.

Ao concluir o ensino médio fiquei pouco mais de uma década sem estudar. Nesse período afastado dos estudos minha preocupação era conseguir uma formação em um curso técnico e garantir uma vaga no mercado de trabalho, pois estava tomado pela visão de que um ensino universitário seria muito longo e não conseguiria tão fácil uma vaga para trabalhar. Mesmo com esse pensamento fiz dois vestibulares para Direito e um para Licenciatura em Letras Português na Universidade Estadual do Piauí, mas não consegui aprovação.

Foi uma ilusão momentânea quando pensei que um curso técnico seria o ideal para mim, não que seja um aprendizado desprezível, pois todo aprendizado é bem-vindo e tem algo a contribuir. Quando me liberei desse pensamento pude entender bem melhor essa visão do ensino tecnicista sete anos depois no curso de Educação do Campo, na universidade.

De 2009 a 2012 trabalhei na Câmara Municipal de Currais-PI na função de controlador interno desempenhando os serviços de revisão e preparação dos documentos de prestação de contas da câmara e entrega de documentos para assinatura e retorno para contabilidade geral e, posteriormente envio dos documentos ao órgão de fiscalização do estado. Nessa função abria-me também a curiosidade e oportunidade em conhecer mais sobre as normas de funcionamento do órgão, aspectos da política, do regimento interno da câmara e da lei orgânica do município. Aprendizados que também me foram úteis nos estudos na universidade sobre os textos e artigos que tratavam da política, Estado e democracia, pensamento social brasileiros dentre outros. Pouco tempo depois, em 2013 passei a trabalhar no açougue do Mercado Lustosa com meu cunhado Juarez, onde permaneci por cinco anos. Nesse período passei trabalhando e estudando a graduação, concluída em 2019.

### 1.2.1 Encontro com a Extensão Popular pelo curso em Educação do Campo na Universidade Federal do Piauí

No ano de 2015, um amigo que já estudava no curso, me informou sobre a realização de um vestibular para a Educação do Campo. Ele já cursava, se não me engano, o terceiro

período. Ele fazia parte da primeira turma e me contou que era muito bom o curso e estava bastante entusiasmado até então, e que iria realizar minha inscrição no teste seletivo. Poucos meses depois ele me entrega o cartão de informação com data e local da prova do vestibular. Realizei o teste e fui aprovado e, em julho de 2015 comecei a estudar.

A imagem que ficava era de contentamento por ser aprovado, mas ao mesmo tempo ficava a angústia em saber que nem todos tiveram êxitos por conta da concorrência, ou seja, havia mais candidatos do que vagas, sendo assim um processo excludente da universidade, percebi isso quando fui fazer a matrícula institucional e algumas pessoas eram informadas caso houvesse alguma desistência seria convocados os suplentes.

Quando ingressei na universidade, no curso de Licenciatura em Educação do Campo, não tinha ideia de como era a estrutura do curso e para que formação era direcionado após concluir, só sabia que era uma formação para ser professor. Fui compreendendo aos poucos os demais detalhes do curso ao longo da realização da graduação. Passei a entender melhor a partir do primeiro dia de aula, nessa ocasião me senti privilegiado, por ser recepcionado com um evento de introdução ao curso junto com os demais companheiros de turma e de curso.

Adentrar o espaço universitário é uma das grandes conquistas para qualquer pessoa por conta das possibilidades de diálogos e confronto de ideias. A formação em Educação do Campo abriu possibilidades para a produção científica de artigos para participação e apresentação em eventos científicos de nível nacional e internacional. Momentos que consideramos de grande relevância, pois possibilitaram o contato com estudantes de outras realidades através de debates e trocas de experiências. Sendo assim procuramos sempre orientar nossas atividades na prática pedagógica e nos princípios epistemológicos da Educação do Campo e da Educação Popular.

O que me inseriu nessa perspectiva de educação transformadora foi um evento de introdução ao curso, que reuniu todas as turmas juntas, as duas primeiras com a terceira turma da qual fiz parte. O evento foi o *I Encontro Regional das Licenciaturas em Educação do Campo*. A participação neste evento foi marcante pois tive a oportunidade de conviver e debater experiências de educação logo nos primeiros dias de aula através das palestras, oficinas e minicurso, realizados com os professores do próprio curso, o que me aprofundou na compreensão da gênese e intencionalidade do curso, pois passei a entender que minha formação seria para atuar nas escolas do campo.

Ao mesmo tempo, nessas experiências introdutórias ao curso, as primeiras atividades provocaram um processo retrospectivo, o que me fez lembrar de forma reflexiva do meu passado, já inicialmente despertando minha visão como sujeito do campo, iniciando também uma reconstrução do meu passado para entender o meu presente. Os momentos mais marcantes

na Educação do Campo foi participar dos contatos com as comunidades do campo na realização das atividades do Tempo Comunidade com trabalhos que envolviam entrevistas e participação dos Seminários Integradores, pois o curso se realiza pela Pedagogia da Alternância.

A Pedagogia da Alternância tem sua origem em práticas pedagógicas desenvolvidas na França, por volta de 1935, utilizada no contexto de escolas rurais, para orientar práticas educativas. No Brasil, a partir do final da década de 1990 passou a fazer parte do contexto da discussão sobre pedagogias para as escolas do campo, assim como a Pedagogia do Movimento, Pedagogia da Terra e outras, por meio das ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na luta por políticas educacionais específicas para o campo, com a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA (Medeiros, 2014, p.196). É a principal estratégia teórico-metodológica utilizada no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, para a realização das atividades no curso, que ocorrem de maneira alternada em Tempo Universidade (onde os educandos realizam a discussão teórica) e Tempo Comunidade (onde realizam as atividades práticas, que posteriormente são socializadas tanto nas comunidades como na universidade) integrando os dois contextos (Batista; Silva, 2020, p. 622-623).

Quando na graduação as metodologias utilizadas no curso, as discussões dos textos lidos e, no diálogo com os professores em algumas disciplinas, recorria à ativação dessas memórias para entender melhor os textos lidos e dialogar nas rodas de conversa com a turma durante as aulas e atividades a serem desenvolvidas. Às vezes, lendo os textos e dialogando em sala relatava acontecimentos como esse que presenciei, das crianças afetadas pela violência doméstica, para tentar exemplificar de forma concreta acontecimentos que dialogassem com o que estava lendo e debatendo em sala de aula. A Educação do Campo me proporcionou muito isso, principalmente na disciplina História, Memória e identidade dos Sujeitos do Campo

Até cursar a graduação em Educação do Campo tinha a gênese camponesa, mas não a compreendia a ponto de enxergar a importância dela para minha identificação e compreensão da realidade em que vivo. Só a partir do momento em que entro em contato com as discussões sobre essa temática é que passo a compreender o conceito de camponês e relacionar os aspectos desse conceito com a minha trajetória de vida. Uma dessas compreensões foi entender a problemática dos acontecimentos históricos que negam o direito à educação aos camponeses, como uma condição histórica construída desde o início da colonização e se perpetua atualmente com as políticas neoliberais na educação.

Quando estava no sétimo período da Licenciatura em Educação do Campo, em 2018, fui convidado para ingressar no projeto de extensão Universidade Popular. Estava assistindo aula quando um de meus colegas de curso, me informou de que o projeto de extensão

Universidade Popular procurava um bolsista para uma vaga no projeto e, logo de imediato, providenciei a documentação.

A experiência como discente, pesquisador e extensionista do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade (NEPEECDES) tem sido fundamental para aprofundamento de metodologias da Educação Popular, que articula os saberes acadêmicos e populares. No projeto de extensão Universidade Popular, desde 2018, desenvolvemos práticas educativas em estágio de vivências; intercâmbios de experiências, oficinas de saberes, sistematização de experiências e devolução sistemática em uma relação de construção coletiva do conhecimento e democratização da universidade pública. Por conseguinte, tenho o núcleo de estudos como um dos espaços de formação onde se realizam simultaneamente os processos de pesquisa, ensino e extensão na universidade, consolidadas pelo projeto de extensão Universidade Popular. Abaixo, um dos momentos de planejamento de atividades do projeto.

Figura 1 - Reunião de planejamento de atividades projeto Univ. Popular



Fonte: arquivos projeto Universidade Popular, 2022.

A participação como bolsista remunerado do Projeto de Extensão Universidade Popular, de 2018 a 2019 (por um ano e meio) foi fundamental para minha formação profissional, atuando em experiências de formação por meio de práticas educativas *para* e *com* os camponeses e entidades sindicais. As atividades desenvolvidas tomam como referência as comunidades do campo, seus sujeitos e territórios em uma relação dialógica com as práticas educativas dos movimentos sociais do campo e urbanos e sindicatos dos trabalhadores.

Logo de início não sabia como funcionavam as demandas e funções a serem desenvolvidas, mas dialogando com a professora Socorro Silva, coordenadora do projeto, comecei a entender como funciona o projeto, quais seus propósitos e demais orientações para finalizar o relatório. Passei a compreender as dinâmicas do projeto a partir dos primeiros trabalhos que desenvolvi logo no início ajudando a finalizar o primeiro relatório referente à uma das primeiras atividades, que foi a participação dos bolsistas e estudantes da Educação do Campo no Intercâmbio em Recife-PE.

Foi um pouco complicado realizar essa tarefa, pois ainda recente no projeto estava procurando entender a fundo essas demandas, com leituras dos materiais do bolsista (estrutura do projeto, plano de curso e plano de trabalho do bolsista). Fiquei na responsabilidade de finalizar o relatório juntamente com o auxílio de mais dois outros colegas de curso e bolsistas no projeto.

Ainda no ano de 2019, ano de conclusão da Licenciatura em Educação do Campo, tenho a oportunidade de continuar estudando ingressando-me na Especialização em Educação do Campo, pela Universidade Federal do Piauí. Essa trajetória acadêmica possibilitou uma relação de consolidação com o tema da linha de pesquisa Educação Popular, uma vez que vivencio experiências e práticas educativas advindas da relação com os movimentos sociais do campo, em razão da luta pelo direito à educação no e do campo, que estão fundamentadas nos princípios educacionais da Educação Popular.

Ainda cursando a especialização pude participar como professor-monitor voluntário, no Projeto de Extensão Pré-Enem Popular Vale do Gurguéia, em 2019, possibilitou qualificação profissional como docente, vivenciando experiências do trabalho como professor na preparação de jovens e adultos das classes populares para realização do ENEM, entrelaçando os conhecimentos das experiências nas escolas do campo com as vivências de estar pela primeira vez reunido em sala de aula com jovens da classe popular, que assim como eu estão em busca do conhecimento na universidade.

Retomando um pouco as reflexões sobre a formação continuada, vale destacar que cursei também disciplinas sobre Educação Popular no Curso de Especialização em Educação do Campo, contribuindo para aprofundar meus estudos sobre a temática. Entendemos que a formação na especialização atende aos pressupostos da Educação Popular e Extensão Popular, pois procuram incorporar os processos formativos que convergem para a construção do conhecimento coletivo como lugar de partilha entre universidade e comunidade por meio da Pedagogia da Alternância.

### 1.2.2 Minha experiência como docente

Em caráter profissional na área docente atuei como educador no ensino fundamental, da rede municipal de educação, do município de Bom Jesus (PI), durante o primeiro semestre letivo de 2021. Apesar do pouco tempo de atuação como educador ficaram boas impressões pela oportunidade de dialogar com os sujeitos do campo. Esta experiência na atuação como docente foi desenvolvida em uma escola do campo, na comunidade Barra do Correntinho, na Escola Municipal Barra do Correntinho, zona rural do município de Bom Jesus-PI, distante 143 quilômetros da zona urbana.

Foi uma experiência marcante, pois pude conhecer a realidade dos educandos, que se confunde com a mesma que passei no começo da minha vida escolar. Os estudantes dessa comunidade convivem com problemas, como evasão escolar, aprendizados deficientes e estrutura insuficiente para acolher educandos e professores.

Atuando como docente pude então perceber como é trabalhar no ensino público, enxergar as dificuldades, conviver com as angústias, renunciar a estratégias que achamos interessante utilizar, mas não podemos devido a certas limitações. Uma delas foi perceber que se tratava de uma escola do campo que não era adotada as estratégias necessárias à escola e aos educandos, como a utilização de materiais que não dialogam com as perspectivas dos sujeitos do campo.

Essa parte foi até compreensível pois o município ainda não incorpora essas práticas educativas e certamente ainda não tem muito conhecimento sobre o curso de Educação do Campo em Bom Jesus. Tive esse pensamento de ficar imaginando como seria o ensino, caso a escola adotasse as metodologias para escolas do campo, como a Pedagogia da Alternância, e o que mudaria com a utilização dessa pedagogia, pois estava desenvolvendo algo nesse sentido, ao menos com uma semelhança.

Não que essa semelhança seja considerada uma das etapas da alternância, porque sabemos que é uma pedagogia bem complexa que envolve várias análises e conceitos. Essa característica trago a partir da forma como estava se realizando as aulas, que eu tinha que desempenhar na pandemia. Os educandos levavam os materiais impressos contendo os assuntos de forma bem resumida e as questões a serem resolvidas.

Nossa tarefa era entregar as atividades aos educandos ou aos pais ou outro parente responsável e retornar depois de quinze dias para receber e corrigir. Nem todos os educandos davam conta de responder as tarefas o que nos gerava um certo mal-estar em saber que não estavam conseguindo acompanhar. Por outro lado, também pensava na dificuldade que tinham,

pois muitos não podiam contar com o auxílio dos pais para leitura e responder às atividades, pois muitos não tiveram a oportunidade de estudar.

Esses relatos foram muito frequentes pelos pais e por parte dos educandos. Sempre me vinha na memória momentos em que pudesse utilizar as metodologias da Educação do Campo e da Educação Popular, quando imaginava realizar aulas do lado de fora da escola, organizar a sala em círculo, construir uma aula bem dialogada, promover a participação da comunidade na escola. Nas aulas de História planejava desenvolver atividades em etapas com a finalidade de narrar a História da comunidade construída com os relatos dos sujeitos e posteriormente apresentar de forma escrita para os acervos da escola.

Nas aulas de Ciências iria desenvolver uma breve catalogação da fauna e flora e sua importância para a comunidade. Em Geografia tinha os planos de trabalhar uma cartografia social da comunidade e demonstrar a importância do território e seus elementos para os sujeitos. Saí com muitos aprendizados dessa experiência inicial como docente, de que existem dificuldades que nos limitam, como foi o caso, ser docente e iniciar as atividades em plena pandemia e escassez de recursos didáticos, mas ficam as esperanças de que nunca devemos desistir e acreditar sempre na educação transformadora.

Outro momento que marcou essa trajetória foi quando tive que optar por sair da atividade como docente, pois a comunidade Barra do Correntinho fica a 143 quilômetros da sede de Bom Jesus e, não tem energia elétrica e, à época, não contava com acesso à internet (em 2021), ano em que comecei o Mestrado em Educação na UFPB. Como as aulas no mestrado eram remotas, não tinha como acompanhar e participar. Quase reprovei por faltas nas aulas, mas decidi dedicar atenção integral ao mestrado, como possibilidade de construção do conhecimento e assim compartilhar mais saberes quando retornar à docência.

### 1.2.3 Primeiros passos rumo ao Mestrado em Educação

Antes mesmo de concluir a graduação, muitos dos professores, sempre me incentivaram a continuar os estudos. Assim fiz, e logo que concluí a graduação participei de processo seletivo para mestrado em Educação, me inscrevendo no certame em 2019, na Universidade Federal do Piauí. Fiquei diante de um dilema, pois teria que decidir se desistiria da Especialização em Educação do Campo caso passasse na seleção do mestrado porque a especialização era na mesma universidade e não poderia ter duas matrículas, conforme um dos critérios de seleção. Sendo assim, não cheguei a realizar a prova dissertativa referente à primeira etapa do certame. No ano seguinte, em 2020, já na pandemia de Covid-19, submeti projeto para o seletivo da

Universidade de Campinas, mas não obtive aprovação do projeto, logo na primeira etapa, e assim não passei para as fases seguintes.

No início de 2021, a professora Socorro Silva, com quem participo no projeto de extensão na UFPI, me informa sobre a seleção de mestrado da UFPB, e de imediato me desafia a escrever o projeto. Foi um desafio muito grande, pois nesse momento passava por uma fase complicada com confirmação de caso de Covid-19 na família, em que meu cunhado ficou por uma semana internado na UTI. Felizmente, logo vieram as primeiras notícias de que estava tudo bem e em poucos dias receberia alta. Fiquei mais tranquilo com as notícias e corri contra o tempo para finalizar e submeter o projeto.

Renovei as esperanças e me concentrei para conseguir colocar as ideias de forma bem clara e vencer as etapas. Estava com boas expectativas por já vir dialogando sobre extensão, há quase quatro anos como bolsista no projeto de extensão Universidade Popular, e por isso direcionei o projeto para a linha de Educação Popular. Como ideia original no projeto a proposta foi investigar a Educação Popular e extensão universitária realizada pelo projeto Universidade Popular a partir das práticas de Educação Popular.

Obtive aprovação do projeto, e assim passei para as fases seguintes que foram a entrevista e análises do currículo. Quase não acreditei, quando vi meu nome na lista dos aprovados, e depois foi só aguardar ansiosamente o início das aulas em maio de 2021, para cursar as disciplinas e dar seguimento à pesquisa.

Ainda aguardando o último resultado das etapas de seleção no mestrado da UFPB recebi o comunicado de convocação para a vaga de professor do Ensino Fundamental, na rede municipal de ensino de Bom Jesus. Aceitei a convocação que aguardava desde o ano anterior quando realizei o teste seletivo. O desafio era então conciliar as aulas no mestrado com o trabalho como docente recém-contratado. Permaneci por 6 meses no cargo, quando precisei sair para me dedicar ao mestrado.

Já no mestrado as ideias vão mudando um pouco o afinamento do tema de pesquisa, coisa comum de acontecer porque vamos conhecendo novas fontes de pesquisas e referências. Dessa forma foi natural algumas mudanças na discussão e escrita da dissertação a partir da formulação e definição do tema de pesquisa apresentado no projeto. Antes o foco principal era a Extensão universitária e Educação Popular nas práticas educativas do projeto de extensão Universidade Popular, onde seria realizada uma discussão evidenciando os potenciais de suas práticas educativas e a descolonialidade na transformação das práticas de extensão universitária.

Quando realizei as mudanças o entendimento foi de que deveria me concentrar na categoria de Extensão Popular e trazendo elementos da Educação Popular e do pensamento

Descolonial observando e analisando como as práticas educativas do projeto de extensão Universidade Popular convergem para uma prática de extensão decolonial. Sendo assim passei a desenvolver a escrita da dissertação com o tema de pesquisa a partir da Extensão Popular.

O entendimento de englobar a decolonialidade surge primeiramente em problematizar uma teoria que foi desenvolvida a partir da análise de elementos comuns dos países colonizados, onde os embates contra a elite motivaram lutas contra a desigualdade, a opressão e posteriormente a tomada de consciência surgindo no campo da educação uma categoria de análise que se contrapõe à construção do conhecimento de forma fragmentada e desconectada da realidade.

O pensamento Decolonial também é um elemento que constitui e perpassa as práticas educativas do projeto de extensão Universidade Popular por entender que a partir do Sul do Mundo emerge um pensamento relacionado, teórico-metodologicamente, com práticas educativas extensionistas comprometidas com a transformação social e formação dos sujeitos numa perspectiva humanizadora e amorosa (Silva, 2017; Santos, 2010).

O próprio contexto em que tenho construído as minhas vivências e experiências é perpassado pelos processos que evidenciam a opressão, principalmente, aos territórios camponeses, *locus* onde desenvolvem-se as práticas educativas do projeto Universidade Popular, uma vez que esses territórios estão em constante ameaças e cercamentos pelo agronegócio.

É nesse sentido, de conhecer essas desigualdades e com as comunidades construir alternativas de superação, que as atividades formativas do projeto Universidade Popular têm realizado a Extensão Popular, com realização de atividades formativas que construam possibilidades aos sujeitos e seus territórios para lutar contra a opressão e desigualdades.

E assim participei desses diversos momentos de construção de conhecimentos, refletindo e construindo minha prática educativa, mas sobretudo, realizando a extensão coletivamente e colaborativamente com os colegas de trabalho na extensão junto com os sujeitos das comunidades do campo.

A partir de abril de 2021 a setembro de 2023 cursei o Mestrado em Educação, pela Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa Educação Popular, realizando as etapas cursando as disciplinas do curso e agregando experiências e reflexões para andamento da pesquisa. Abaixo está ilustrado um desses momentos de participação nas aulas no mestrado, conforme exposto na figura a seguir.

Figura 2 - Aula na disciplina Pesquisa em Educação (Mestrado - UFPB)



Fonte: Grupo da Disciplina, 2021.

A partir desses momentos de construção de conhecimentos fui aperfeiçoando o tema de pesquisa desenvolvendo os estudos necessários analisando a Extensão Popular e apropriação das práticas educativas da Educação Popular a partir do diálogo de saberes para uma extensão descolonial. Dessa forma é preciso lutar por uma universidade democrática e aberta aos diálogos com as comunidades e os movimentos sociais.

#### 1.2.4 Novo encontro com a Extensão Popular

Comecei a ter conhecimento mais a fundo da Extensão Popular quando iniciei as atividades de encontros para discussão do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR). Nas reuniões discutimos e dialogamos sobre os conceitos e práticas que permeiam o contexto da Educação Popular da extensão universitária, e conseqüentemente, da Extensão Popular. Foi assim que comecei a relacionar as ideias e dialogar sobre alguns aspectos da Extensão Popular e passei então a me aprofundar sobre mais conceitos com as leituras de textos e livros que abordam essa temática. Percebi que são escritos bastante densos e teorizações que requerem um diálogo constante com a Educação Popular e suas práticas para se realizar, pois difere-se do modo de extensão universitária em muitos aspectos.

O que mais me chamou atenção nessa categoria de estudo foi a simplicidade e ao mesmo tempo o rigor com que são construídos os conceitos, as ideias e teorizações sem perder de vista as dimensões essenciais das vivências e conhecimentos populares, nesse desafio de construção de conhecimentos, mas sobretudo, observando-se e diferenciando que nem toda extensão é popular, e que esse conceito requer uma atenção muito amorosa para descrevê-lo. Por outro lado, a amorosidade não pode ser confundida como um elemento romanceado no entendimento dos processos que constituem a Extensão Popular, mas sim, evidenciar e destacar sua

potencialidade em seu compromisso principal, quer seja na produção de conhecimentos, no diálogo com as comunidades, na formação de sujeitos em seus processos formativos, na construção de um projeto de igualdade e justiça social (Freire, 2015).

Uma das formas de integrar melhor o pesquisador às atividades de pesquisa e ampliar o conhecimento é a participação em grupos de pesquisa, de preferência relacionados à temática e campo de estudo que o pesquisador realiza, quando passei a integrar o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), adicionado por meu orientador no Mestrado, professor Pedro Cruz. Percebi que essa tarefa exige algo mais que vá além da compreensão e cumprimento das demandas, conforme fui interagindo e compreendendo como funciona as atividades do grupo de pesquisa. Trazia na bagagem, a experiência de participação no grupo de pesquisa em Educação e Extensão Descolonial (NEPEECDES) da UFPI. Mas foi algo inédito para mim porque estava diante da dupla tarefa, ou às vezes tripla, de realizar as atividades do mestrado e me dividir entre outras responsabilidades que desenvolvo no grupo de pesquisa na UFPI também, e participar das reuniões mensais do EXTELAR.

Nas reuniões são definidas as estratégias de realização das atividades que o grupo define para o ano conforme avançam os meses e sua programação para cada mês, onde às vezes são feitas adaptações quando não é possível realizar alguma atividade programada para determinado dia. O ir além das demandas ficou mais evidente para mim quando percebi que era necessário integrar mais elementos que antes não tinha conhecimento nessa relação de diálogos e pretensões dos objetivos de um grupo de pesquisa.

Um dos aspectos que mais me chamou atenção foi a longevidade do grupo de pesquisa, em atividade há mais de vinte anos, e logo comecei a observar alguns elementos que com certeza poderão ser tomados como exemplos para outros grupos de pesquisa e defendem princípios de educação, de extensão e pesquisa convergentes, sobretudo da educação e extensão popular. Outro aspecto importante é a preocupação com o estabelecimento do compromisso ético com as demandas externas ao grupo e a universidade em sua relação com as comunidades e sujeitos, além da realização de atividades formativas que se realizam de forma frequente, algo indispensável às atividades de realização da extensão popular (Cruz, 2018; Melo Neto, 2006).

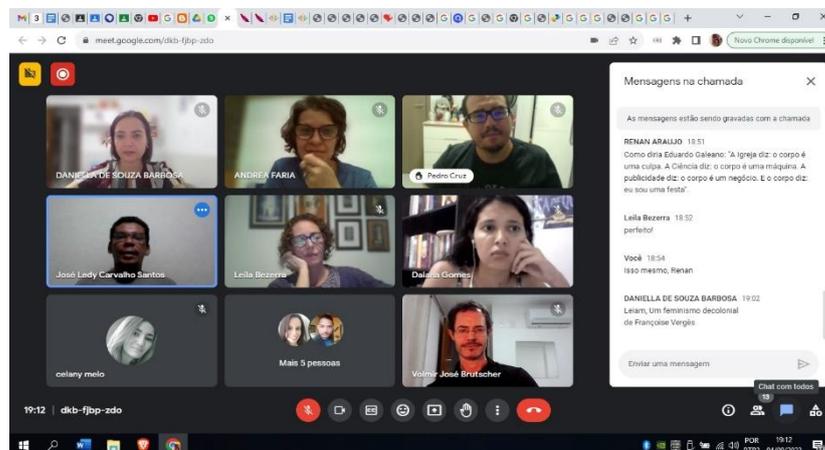
Participar do EXTELAR trouxe-me mais confiança em minhas ações na realização da Extensão Popular, principalmente o reforço das ações construídas coletivamente para a realização das práticas extensionistas da Extensão Popular. Foram momentos em que pude participar da construção de conhecimentos de forma coletiva quando ajudei a construir a proposta de realização do IV Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular (SENAPOP) participando da comissão organizadora e científica e, posteriormente, na sua

realização com participação na abertura de mesa temática e submissão e apresentação de trabalho no GT de Educação Popular, uma das atividades e eixo temático do evento.

A participação no SENAPOPOP foi muito enriquecedora pois participei em autoria de artigo que tratava sobre a discussão da descolonialidade na universidade no contexto das práticas da extensão universitária. O trabalho foi de autoria de uma das extensionistas do projeto Universidade Popular, projeto que faz parte da minha pesquisa aprofundando no conhecimento de suas práticas educativas.

Quanto à organização de mais ações do EXTELAR participei da construção de proposta de atividade IV Aula Pública - Educação no Campo e Educação Popular: Perspectivas da Decolonialidade e da Extensão Universitária, transmitida no canal do You Tube do EXTELAR, aberta à participação do público com questionamentos e diálogos. Outro evento importante que participei foi o II e III Curso de Formação do EXTELAR, construído por diálogos e conhecimentos com outras entidades e representantes de movimentos sociais populares, de onde trago aprendizados importantes na atividade e desafios como pesquisador. A participação em todas essas atividades marcou momentos importantes em minha trajetória como pesquisador da Extensão Popular ao realizar as atividades de leituras, sistematização de ideias nos diálogos de formação. Constituíram elementos necessários à compreensão de várias etapas da pesquisa na compreensão de conceitos da extensão popular, da educação popular e demais e procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa, principalmente pelos momentos de formação interna.

Figura 3 - Atividades formação interna do Extelar



Fonte: Arquivos do Grupo Extelar, 2023.

Uma das marcas que caracterizam o Extelar é o seu compromisso com Extensão Popular, a Educação Popular e construção do conhecimento, por meio de um diálogo

permanente com as comunidades e movimentos sociais, numa perspectiva progressista de formação através de cursos de extensão e palestras onde a realidade concreta e as experiências com os sujeitos nos territórios são sempre o ponto de partida e chegada para a construção do conhecimento.

Sendo assim, passamos a relacionar alguns dos aspectos apontados nessa discussão anterior relacionando esses aspectos de forma um pouco mais densa dos elementos desse contexto relacionados com conceitos teóricos.

A observação e admiração do mundo é uma característica humana, marcante desde sua origem até os dias atuais. A capacidade de problematizar sobre formas de como intervir e transformá-lo é uma possibilidade construída por meio do compartilhamento de experiências e construção dos conhecimentos necessários para as modificações do mundo. Destarte podemos inferir que há uma relação direta entre os sujeitos, na construção do conhecimento e problematização da realidade. Uma forma de propiciar algumas dessas possibilidades é construído através da educação, enquanto ciência, um ato prioritariamente desenvolvido pelos humanos (Freire, 1987).

A negação da educação como um processo negaria, também, a necessidade da escola e, conseqüentemente, do educador e da reflexão filosófica. A ordem de organização dos conhecimentos não se dá de maneira hierarquizada, mas sim cronológica, o mito é mais antigo do que o conhecimento filosófico. Jaspers (2016, p. 51) enfatiza que: “quando falamos acerca do cosmos e da história, procuramos delinear os limites das possibilidades relativas do conhecimento. Os limites exercem uma força de atração, de tal modo que o próprio saber só parece ter lugar para tentar descobrir esses limites”. A partir destas proposições o autor nos chama a atenção para o universo de possibilidades que a Filosofia se propõe em desvelar algo por um conhecimento infinito que está sempre alimentado em conhecer mais.

Desde que o homem deixou a condição de nômade houve também, para a humanidade, uma mudança em seus comportamentos e relações sociais. Ao se fixar em aglomerados mais complexos, as formas de produzir este conhecimento foram mudando, conforme as suas necessidades de adaptação ao meio e de se relacionar com os demais, exigindo mais capacidade de problematização da realidade social. Outro momento que inaugura mudanças nas formas de conhecimento é o surgimento da comunicação através da escrita por meio de códigos e posteriormente através de palavras e alfabetos.

Esta nova evolução provoca alterações significativas nas formas de comunicação e interação social. O peso significativo nas formas de construção do conhecimento, que estas mudanças passaram a exigir da humanidade em diferentes contextos foram decisivos para a

educação. Uma delas é a necessidade das instituições de ensino como espaços de produção do conhecimento. Isto é reflexo direto das transformações que o próprio movimento da humanidade foi gerando ao longo do tempo. Cada momento histórico marca esta relação na busca pelo conhecimento e procurando sempre atender as necessidades básicas do momento vivido. Sobre as instituições de ensino e suas finalidades Nóvoa (2007, p. 6) afirma que:

A sociedade foi lançando para dentro da escola muitas tarefas – que foram aos poucos apropriadas pelos professores com grande generosidade, com grande voluntarismo –, o que tem levado em muitos casos a um excesso de dispersão, à dificuldade de definir prioridades, como se tudo fosse importante.

O desafio maior nesta nova jornada é desenvolver a capacidade de estabelecer um processo de construção do conhecimento de caráter emancipatório. É construir possibilidades de compreensão de forma não fragmentada da realidade, assim como proposto pela Extensão Popular.

A escola e a universidade são os lugares socialmente e historicamente constituído para que os sujeitos encontrem possibilidades de construção do conhecimento por meio da educação, através da interação e contato entre os diferentes saberes, embora tenha sido constatada pouca abertura às experiências numa perspectiva progressista, sobretudo da Educação Popular e compartilhamentos com a Extensão Popular.

De acordo com McCowan (2011), alguns aspectos sobre “o direito à educação, entretanto, tem a sua realização condicionada por um meio especial, qual seja, a instituição escolar” nos remete a problematizar que, embora esse direito esteja expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, por uma série de fatores históricos, nem sempre a população (excluída) tem como se beneficiar do direito à educação em todos os seus aspectos e benefícios.

Aspectos esses que devem ir além do acesso à educação, ao superar os muros da escola e entender a realidade histórica na qual os sujeitos estão inseridos. No Brasil, assim como em diversos países que passaram por processos de colonização, o acesso à educação se deu de maneira lenta ao passo em que as garantias deste direito foi se constituindo com a criação de leis, numa perspectiva de um estado republicano democrático que posteriormente foi estendendo o acesso à educação.

Mesmo assim, no Brasil ainda persiste uma considerável desigualdade educacional no campo do direito à educação, quando passamos a analisar essa questão refletindo sobre a qualidade do ensino ofertado, principalmente para a popular, porque mesmo com uma universalização considerável, no acesso à educação, os demais elementos importantes para o

processo educacional não se materializaram na mesma proporção (Freire, 1987). Uma das razões desse problema grave se justifica por termos uma concentração das melhores instituições de ensino em regiões economicamente mais favorecidas.

Mas na educação, para além dos muros da escola, da universidade a Extensão popular e a Educação Popular reivindicam outro tipo de educação, ao enfatizar o seu potencial crítico, reflexivo e com uma intencionalidade rejeitando a neutralidade. Para a classe popular essa é uma função primordial da educação e da escola como um todo, que deve ser priorizada através da sua abertura e sensibilidade para incorporar as condições possíveis que possibilitem a formação ampla numa perspectiva humanizadora com criticidade (Cruz, 2018; Melo Neto, 2006).

Nessa ótica podemos enxergar, assim como McCowan (2011) a importância não só das “leis” garantistas, mas também de elementos teóricos/práticos que potencializam a construção do conhecimento, como garantia do direito à educação porque “nós só poderemos ter uma imagem clara daquilo a que o direito à educação se aplica quando avaliarmos as justificativas para o mesmo e estimarmos o nosso progresso na sua realização” (McCowan, 2011, p. 10). Para tanto é necessário a construção de um processo educacional bem estruturado e economicamente mantido pelo estado, para que esse direito seja garantido em todos os aspectos: educacional, moral e civilizatório.

Nas diversas atividades que desenvolvemos nos espaços de formação acadêmica com a graduação em Licenciatura em Educação do Campo, na Especialização em Educação do Campo, no núcleo de pesquisa NEPEECDES e projeto de extensão Universidade Popular, como discente da Universidade Federal do Piauí e, no grupo de pesquisa Extelar e no Mestrado em Educação, como discente da Universidade Federal da Paraíba seguem os mesmos pressupostos e perspectivas da Extensão Popular e Educação Popular.

Nesse sentido procuramos sempre refletir sobre a realidade e a construção de um projeto de justiça social e cognitiva, numa perspectiva decolonial e descolonial (Dussel, 1977; 2005). É envolto por todos esses elementos que vem se constituindo em nossas relações com a Extensão Popular e Educação Popular.

### **1.3 Procedimentos metodológicos: aportes conceituais e técnicos**

No processo de operacionalização da pesquisa, há necessidade de se estabelecer técnicas/instrumentos de coletas de dados e suas análises que possam permitir ao investigador a compreensão do fenômeno a ser pesquisado. Além do mais, essa etapa “[...] pressupõe a

organização criteriosa da técnica e a confecção de instrumentos adequados de registro e leitura dos dados colhidos no campo” (Chizzotti, 2006, p. 51). Nesse sentido são abordados os conceitos de forma separada, contudo, considerando que eles constituem o todo da pesquisa ligados pelos múltiplos conceitos e experiências práticas discutidas, analisadas/problematizadas no sentido de apontar resultados e contribuições.

Por isso, para análise de dados, utilizou-se a hermenêutica-dialética, cujo método é parte do movimento da própria pesquisa, que no sentido de uma epistemologia dialética, segundo Medeiros (2010, p. 7) “[...] implica na articulação entre processo histórico, realidade atual e experiência, tendo em vista a apreensão do ser social a partir do processo de totalização das relações sociais”.

### 1.3.1 Detalhamento da metodologia

A metodologia consiste em uma das etapas científicas da pesquisa, assim como as demais, que requer rigorosidade e clareza. Nesse sentido escolhemos como opção metodológica a abordagem qualitativa, do tipo Pesquisa-Ação amparando-se no método da Hermenêutica-dialética para as análises na construção do referencial teórico e dos resultados. Sobre o material adotado constituíram-se como fonte de estudos: livros impressos e em meio eletrônico, artigos, revistas científicas, sobre os quais realizou-se leituras, fichamentos e interpretação das principais ideias, na construção da revisão da literatura de forma narrativa. Ainda referente aos materiais pesquisados construiu-se análises sobre alguns documentos do projeto de extensão Universidade Popular como, relatórios, roteiros de planejamento de atividades, visitas técnico-científicas, o documento de fundação do projeto, fotografias e outros.

Nas análises recorreu-se ao método da Hermenêutica-Dialética, no sentido de possibilitar reflexões a respeito da Extensão Popular, Educação Popular e Extensão Universitária e estudos sobre a Descolonialidade e práticas educativas descoloniais na perspectiva latino-americana, além de uma breve diferenciação entre os conceitos de Descolonialidade e Decolonialidade.

### 1.3.2 Abordagem qualitativa

Para a realização do estudo, adotou-se a abordagem qualitativa. A utilização dessa abordagem de pesquisa possibilita a construção de ideias e interpretações que se encontram em estágio de não conhecimento do pesquisador e, na medida em que se avança na pesquisa, pela

aproximação com os sujeitos e seus entendimentos que se encontram no campo subjetivo, entende-se os elementos pesquisados a partir da compreensão da visão dos participantes (Minayo, 2010). Ainda segundo Minayo (2001, p. 21-22) a respeito do assunto:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa engloba elementos necessários à compreensão de fenômenos de ordem sociais e humanos que abrangem o campo subjetivo como a produção do conhecimento. Caracteriza-se pela compreensão dos desdobramentos das diversas questões que emergem dessas relações e que não podem ser quantificados de forma precisa, necessitando uma reflexão no campo das interpretações subjetivas.

Dessa forma, a abordagem qualitativa é uma forma de pesquisa que se concentra em compreender o significado subjetivo dos comportamentos, atitudes e percepções de indivíduos ou grupos. Explorar questões complexas e subjetivas: A abordagem qualitativa é adequada para explorar questões complexas e subjetivas que não podem ser quantificadas facilmente, que nesse projeto aborda a extensão popular na sua relação de produção de conhecimentos por meio das práticas educativas da educação popular.

Ela permite uma compreensão mais profunda e detalhada desses fenômenos, por meio da coleta e análise de dados descritivos, sendo que possibilita uma compreensão mais contextualizada dos fenômenos pensados, levando em conta os aspectos sociais e culturais que influenciam as experiências e o comportamento das pessoas. Ela pode ser útil para investigar a dinâmica das relações sociais, identificar diferenças culturais e explorar a influência do ambiente na vida das pessoas.

Por meio da abordagem qualitativa pode-se contribuir para gerar conhecimentos valiosos para pesquisas futuras, ajudando a identificar novas perguntas de pesquisa e aprofundando a compreensão sobre os fenômenos pensados. Ela pode ser particularmente útil em áreas onde há pouco conhecimento acumulado ou em que os fenômenos são pouco compreendidos.

A abordagem qualitativa é importante para compreender a perspectiva dos participantes, permitindo uma compreensão mais rica e detalhada de suas experiências. Isso

pode ajudar a identificar lacunas entre a perspectiva dos participantes e dos investigadores, revelando possíveis desafios e oportunidades para intervenções futuras.

Nessa abordagem, os dados são coletados através de fontes como relatos de falas, observações e outros documentos, e são analisados em busca de padrões e temas emergentes. O objetivo é compreender a perspectiva dos participantes e não simplesmente medir quantidades ou variáveis (Minayo, 2001).

Como reforça Minayo (2014, p. 195) “a investigação qualitativa requer, como atitudes fundamentais, a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos”. Dessa forma, “seus instrumentos costumam ser facilmente corrigidos e re-adaptados durante o processo trabalho de campo, visando às finalidades da investigação” (Minayo, 2014). Mas, contudo, a autora alerta que essa “flexibilidade” não pode ser mal interpretada a ponto de ser “confundida com improvisado” ou desleixo” com a pesquisa.

### 1.3.3 A pesquisa do tipo Pesquisa-Ação

Quanto ao tipo trata-se de um estudo baseado na Pesquisa-Ação. A pesquisa-ação, se confunde com o próprio processo de formação vivenciado pelo pesquisador, no nosso caso, em sua trajetória de participação ativa na Educação Popular. Assumimos a pesquisa-ação como tipo, uma vez que ela é uma das ferramentas metodológicas da Educação Popular, assim a “[...] metodologia não se resume às técnicas, mas está ligada à epistemologia, ou seja, à capacidade de se colocar boas perguntas e à capacidade de manter aberta a possibilidade de se interrogar sobre como conhecer os fenômenos sociais” (Melucci, 2005, p. 9).

Nesse sentido, a Pesquisa-Ação é uma abordagem interativa e colaborativa de pesquisa que busca promover mudanças positivas em uma comunidade ou organização mediada por aprendizados diversos construídos em territórios também diversos, que no âmbito dessa pesquisa se revelam pela extensão popular, educação popular e saberes populares. De acordo com Melo Neto (2003b), a pesquisa-ação é uma metodologia que combina teoria e prática para resolver problemas reais de forma participativa e democrática. Ela é baseada na ideia de que a melhor forma de compreender e solucionar problemas é trabalhar diretamente com as pessoas afetadas por eles.

Outro histórico relevante nessa opção pela pesquisa-ação se destaca por ser um tipo de pesquisa amplamente adotado pelo Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), do

qual faço parte como pesquisador, desde o início do Mestrado em 2021, no qual pude construir conhecimentos e aprender sobre esse método, o que facilitou o desenrolar da pesquisa, por permitir maior contato com a realidade e as vivências em extensão popular. Nesse sentido, Baptista (2009, p. 27) destaca a importância da pesquisa-ação tanto para o EXTELAR quanto para quem deseja dialogar com esse método pois,

[..], a pesquisa-ação apresenta-se como a metodologia mais indicada nas pesquisas desenvolvidas por esse grupo, uma vez que o conhecimento sobre uma certa realidade e a sua transformação implica, necessariamente, no envolvimento da comunidade, ou seja, na participação ativa dos sujeitos envolvidas nos problemas pesquisados, em um exercício permanente de desvelamento das determinações e das contradições que perpassam essa realidade.

Percebe-se nessa afirmativa a importância e vantagens da pesquisa-ação justamente por essa capacidade de desenvolver a extensão popular numa perspectiva transformadora com trabalhos direcionados às comunidades. Para além disso, também reafirmamos a opção pela pesquisa-ação, pois ela é uma das metodologias também utilizadas no projeto de extensão Universidade Popular do qual sou integrante e nessa pesquisa se constitui parte desse trabalho.

Dessas afirmações define-se a nossa opção de escolha do tipo de pesquisa, ou seja, a Pesquisa-Ação como parte da metodologia para a pesquisa, em virtude das experiências acumuladas por meio da participação direta em projeto de extensão e suas ações realizadas. E por continuar participando como voluntário do projeto, na Universidade Federal do Piauí, aspecto que nos instigou a pesquisar sobre o Projeto de Extensão Universidade Popular, na perspectiva da Extensão Popular no âmbito de suas práticas educativas, onde nossa opção pela Pesquisa-Ação está referenciada em (Melo Neto, 2003b). A importância da pesquisa-ação como recurso metodológico também desperta várias possibilidades de diálogos dentro dessa relação que pesquisadores e a universidade tem buscado em suas aproximações teóricas e de vivências com a comunidade externa.

Dessa forma destacamos alguns aspectos para reforçar nossa opção pela pesquisa-ação:

- a) participação ativa e orgânica do pesquisador na experiência estudada;
- b) estudo partiu e emergiu de uma experiência de educação popular concreta, ativa e em andamento;
- c) resultados do estudo retornarão para essa experiência e visam qualificá-la e aprimorá-la;
- d) as técnicas de coleta de informações e dados utilizadas permitem dar voz ativa e protagônica para os sujeitos da experiência;
- e) a pesquisa faz parte orgânica da ação da experiência, sendo de conhecimento de seus sujeitos e seus coordenadores, os quais têm concordância, anuência e entendem que ela

integra o quadro atual de estratégias da experiência em questão; f) a construção cotidiana da experiência é valorizada pela mobilização de informações e de reflexões a partir da observação participativa e ativa do pesquisador no curso da experiência.

Por meio da Pesquisa-Ação pretende-se pontuar uma série de elementos referente às realizações da Extensão Popular na sua relação de produção de conhecimentos com as comunidades, sujeitos e seus territórios. Isso possibilitará, nas etapas seguintes da pesquisa, construir os elementos essenciais para constituir as fontes necessárias para construção de dados suficientes e que apontem questões de análises a serem sistematizadas para a resolução do problema de pesquisa levantado.

A pesquisa-ação foi utilizada com intuito de problematizar sobre o envolvimento dos sujeitos participantes na pesquisa no fazer extensionista da extensão popular, onde encontramos relações com a nossa temática no diálogo nessa etapa da pesquisa, na qual suas contribuições foram incorporadas por meio de suas falas na participação em atividade na forma de Webnário. Isso contribuiu para aumentar o significado e a utilidade dos resultados, além de promover a transformação social a partir dos resultados obtidos.

Dessa forma a Pesquisa-Ação concentra-se em problemas práticos e relevantes para a comunidade e para os sujeitos, com o objetivo de encontrar soluções viáveis e efetivas e, por sua vez, responder ao problema de pesquisa, apontando soluções e sugestões para melhorias nas ações do Projeto de extensão Universidade Popular Vale do Gurguéia em sua relação de produção de conhecimentos com as comunidades. Isso pode ter um impacto direto e positivo na vida das pessoas envolvidas.

A Pesquisa-Ação, nesse sentido, foi utilizada com intuito de promover o aprendizado mútuo entre o pesquisador e os sujeitos envolvidos na pesquisa. Isso ocorre porque pode-se trazer uma perspectiva mais prática e experiencial para a pesquisa com a participação dos bolsistas, enquanto o pesquisador pode contribuir com conhecimentos teóricos e metodológicos. Isso se constituirá numa condução dos trabalhos com o compromisso de gerar um processo de aprendizado colaborativo, em que todas as partes envolvidas podem se beneficiar.

Melo Neto (2003b) ainda destaca a importância da participação ativa dos sujeitos da pesquisa, do diálogo constante entre pesquisadores e participantes, da reflexão crítica sobre as ações tomadas e da avaliação sistemática dos resultados. Segundo o autor, a pesquisa-ação é uma abordagem que permite aos pesquisadores desenvolver soluções inovadoras e efetivas aos

problemas em questão, ao mesmo tempo em que valoriza a perspectiva dos sujeitos envolvidos ao compreenderem a sua realidade promovendo sua capacitação e empoderamento.

#### 1.3.4 Hermenêutica-dialética

Os debates acalorados em torno das teorias, certamente, é um dos elementos que mais nutre o campo do conhecimento, como exemplo, no campo das perspectivas materialistas nas análises sobre os fenômenos sociais, em suas críticas e possibilidades de superação de uma ideologia capitalista por uma economia política centrada na equidade social (Marx, 1978; Stein, 1986). Com o surgimento da hermenêutica-dialética não poderia ser diferente, pois são dos debates em torno da hermenêutica, em seu potencial de apontar elementos para vislumbrar um conceito-verdade sobre a origem das coisas e interpretações, a exemplo dos embates travados entre Gadamer e Habermas na década de 1960 e 1970, que apontaram caminhos para a combinação desse método com a dialética, posteriormente problematizada por “Minayo (2014) e Stein (1986)” (Baptista, 2009, p. 29-30).

Na visão dialética materialista são as condições materiais que condicionam o curso da história impulsionada pelo pensamento e ação no concreto pensado, à qual compreendemos pelo confronto de ideias, produção de sínteses e análises das contradições (Marx, 1978). Na ótica da hermenêutica-dialética há mais implicações necessárias de compreensão, nesse decurso da história, pontuados pelas subjetividades dos sujeitos na produção do discurso, peças-chave na produção da história, como pontua Baptista (2009, p. 30) pois,

A hermenêutica-dialética possibilita, portanto, que a fala, a concepção do mundo dos sujeitos, seja compreendida crítica e dialeticamente a partir do processo de exteriorização do mundo e dos sujeitos, efeito do processo de exploração e dominação da classe trabalhadora. Portanto, a concepção do mundo dos sujeitos está atravessada pelas contradições da sociedade da qual fazem parte e que lhe dá sentido.

Segundo Minayo (2014, p. 166) com referência a Gadamer (1999) a hermenêutica “é a busca de compreensão de sentido que se dá na comunicação entre seres humanos, tendo na linguagem seu núcleo central”. Nesse sentido, a hermenêutica trabalha com interpretações que buscam conhecer os elementos da comunicação forjados na vida cotidiana em contato com os conhecimentos do senso comum. A dialética, por sua vez, “é a ciência e a arte do diálogo, da pergunta e da controvérsia. Diferentemente da hermenêutica, ela busca nos fatos, na linguagem,

nos símbolos e na cultura, os núcleos obscuros e contraditórios para realizar uma crítica informada sobre eles” (Minayo, 2014, p. 167).

Nesta pesquisa, as estratégias da hermenêutica-dialética possibilitaram uma análise que se inteirou da realidade sem perder de vista aspectos do contexto social investigado e a subjetividade da conjuntura apontados nas falas dos participantes. Sendo assim, para esta pesquisa considera-se como um método adequado nas análises, haja vista que as investigações se deram de forma qualitativa na pesquisa-ação. Nesse intento, Baptista (2009, p.33) considera que:

[...], o estímulo à reflexão e ao diálogo aproxima a pesquisa-ação, e nela a hermenêutica-dialética, da extensão popular, uma vez que a própria realidade deixa de ser exterior aos sujeitos, ou seja, os sujeitos, a partir dessa leitura da realidade, passam a se apropriar e a se objetivar na produção de sua realidade, ainda que dentro de certos limites.

Por outro lado, é um método que dialoga com as possibilidades de análises já experienciadas em pesquisas sobre Extensão Popular (Baptista, 2009). Além do mais, essa pesquisa investiga as potencialidades e intencionalidades da Extensão Popular, da Educação Popular, da extensão universitária sob um enfoque das práticas educativas em extensão popular numa perspectiva da descolonialidade. A partir das afirmações da autora, o próprio pesquisador nesta pesquisa, bem como os demais partícipes (bolsistas e a coordenadora do projeto de extensão pesquisado) no qual experienciamos e vivemos o contexto de realização da Extensão Popular se sentem parte desse todo aqui problematizado.

A partir da perspectiva da hermenêutica-dialética visa-se problematizar o colonialismo epistêmico, buscando superar a colonialidade pedagógica e superar o eurocentrismo a partir do pensamento latino-americano, como analisa Streck (2010, p. 21): “[...] com veemência José Martí, Simón Rodriguez, Frantz Fanon, assim como outros, defendem o desenvolvimento de um conhecimento próprio [...]”.

Justifica-se também o uso desse método porque ele envolve uma série de etapas interativas, incluindo a interpretação dos dados, a identificação de temas e padrões emergentes, a reflexão crítica sobre as interpretações e a revisão constante das análises à medida que novos dados são coletados e considerados (Baptista, 2009; Minayo, 2014).

A junção dos dois métodos, segundo Minayo (2014, p. 168) potencializa as análises, pois “Na sua articulação, a hermenêutica-dialética constitui um importante caminho do pensamento para fundamentar pesquisas qualitativas, cobrindo também uma quase ausência de pesquisas de fundamentação marxista que levem em conta a subjetividade”. Os dois métodos,

assim pensados, são complementares e não antagônicos, o que torna uma análise conjuntural mais rica e crítica.

A análise dos dados realizou-se de forma qualitativa, utilizando técnicas de análise por meio do método da hermenêutica-dialética, a fim de se obter uma análise confiável dos dados. Foi possível elencar um conjunto de práticas e estratégias pedagógicas para descolonizar a extensão universitária, baseadas nas contribuições da extensão popular e da educação popular, que contribuam para a transformação e ressignificação da extensão universitária.

A construção das estratégias metodológicas para as análises foi pensada por essa via para se definir uma abordagem e interpretações de forma crítica e considerações sobre os materiais e documentos acumulados e selecionados nas etapas que se seguiram. Dentre eles, foram analisados e construídas reflexões sobre: a) as falas dos bolsistas em Webnário, armazenada e divulgada no canal do You Tube, do Núcleo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), através de participação coletiva online *google-meet*, no qual os bolsistas colaboraram com suas visões sobre as práticas educativas do Projeto de extensão Universidade Popular, em atividade mediada pelo autor desta dissertação; b) a construção do referencial teórico a partir das leituras e fichamentos dos textos e livros; c) a participação da coordenadora do projeto de extensão Universidade Popular em uma atividade aula pública online *google-meet*, armazenada e divulgada no canal do You Tube do Núcleo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), na qual analisamos sua participação a partir de sua fala; c) as leituras e fichamentos dos materiais produzidos pelo projeto de extensão Universidade Popular, como relatórios, roteiros de atividades, fotografias, relatos de visitas-técnicas dentre outras; d) aprendizados da minha participação direta nas atividades já realizadas no projeto de extensão, nas quais pude dialogar e problematizar nesses momentos na interação com os demais bolsistas.

### 1.3.5 As etapas e procedimentos da pesquisa

Para acessar os materiais de pesquisa como: livros, artigos e teses no site em sites. Para que fosse feita uma seletividade e encontrar trabalhos que discutissem a mesma temática que pesquisamos foram utilizados descritores como “Decolonialidade”, “Extensão”, “Educação Popular”. Recorreu-se à base de dados do Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Foi feita uma leitura rápida para análise breve e, posteriormente, no avançar da pesquisa iremos organizar as informações em tabelas e realizar mais interpretações detalhadas.

Para isso, elaboramos nosso plano da seguinte forma: primeiramente Revisão da Literatura, complementada com mais duas etapas: 1) Levantamento documental e 2) Pesquisa de campo.

### 1.3.6 Revisão da Literatura

Foi realizada uma Revisão da Literatura Narrativa sobre extensão popular, educação popular e extensão universitária, na qual adotou-se um critério simples de filtragem dos materiais para efeitos de facilitar uma escolha de outras fontes que dialogasse de forma mais direta com as ideias a serem discutidas na pesquisa, tanto na construção do referencial teórico como dos resultados. Os referidos materiais pesquisados classificam-se como documentos secundários, ou seja, documentos de grande exploração pelo campo científico. A seguir descrevemos um pouco sobre esse movimento realizado na pesquisa.

Para acessar os materiais e verificar a abrangência de trabalhos nessa temática de pesquisa recorreu-se à base de dados do Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para realizar a seletividade e encontrar trabalhos que discutem a mesma temática que se aborda nesta pesquisa, utilizou-se descritores como: “Decolonialidade” + “extensão” + “educação popular”, com o intuito de, primeiramente, descobrir se essa temática é pouco ou muito abordada. Foi obtido os seguintes demonstrativos numéricos: 6 resultados na Capes.

Tabela 1 – Síntese dos resultados das buscas efetuadas no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES

<b>Descritores</b>	<b>Teses</b>	<b>Dissertações</b>	<b>Total</b>
“Decolonialidade” + “extensão” + “educação popular”	3	2	5

Fonte: Resultados da pesquisa

Ao realizar a pesquisa, a partir dos descritores acima mencionados, sem colocar nenhum critério de filtragem a pesquisa aponta para 12 resultados. Salientamos que os resultados podem apresentar trabalhos que necessariamente não apontem características ou conceitos que estamos em busca para conexões com a pesquisa que realizamos, em que esses resultados são definidos pelo próprio sistema de buscas do catálogo.

Nesse sentido utilizamos o critério de filtragem, que considerou os trabalhos a partir de Teses e Dissertações nos anos de 2019 a 2021, no qual obtivemos os 5 resultados. O conceito “extensão” foi relacionado ao trabalho de dissertação de mestrado. Já o termo “decolonialidade” está presente nos trabalhos de tese de doutorado. O termo “decolonial” apareceu ligado tanto aos trabalhos de mestrado quanto de doutorado.

Esse movimento foi importante para se definir um aspecto interessante, em face dos poucos resultados encontrados, pois pode-se construir uma discussão por um ponto de vista com mais originalidade contribuindo com novas reflexões para o campo de pesquisa.

Foi feita uma leitura breve para análises iniciais. Posteriormente, no avançar da pesquisa realizaram-se novas leituras para mais interpretações detalhadas e assim construir os elementos a serem abordados e discutidos na pesquisa.

#### **1.4 A pesquisa documental como forma de produção dos dados**

O uso da pesquisa documental, nesta dissertação, considerou-se necessária como uma das etapas de coleta dos dados em virtude de optarmos como tipo principal de pesquisa a Pesquisa-ação conforme já descrevemos e fundamentamos anteriormente. Como estratégia de coleta de dados reconhece-se também que muitas vezes esses dados, a depender da complexidade das fontes, fornecem informações e ideias não muito claras (Cunha; Yokomizo; Bonacim, 2010), que precisam ser exploradas mais a fundo, problematizadas e construídas interpretações mais robustas. Porém, considera-se sua importância para o campo do conhecimento também como uma forma de fornecer informações mais amplas misturadas com conceitos e elementos mais complexos não tão bem estruturados, mas que encontram pontos de convergências com os demais elementos como por exemplo na linguagem e na exposição oral onde os sujeitos manifestam seus entendimentos e análises sobre um determinado tema (Gil, 1999, Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

Nesse caso, considerou-se relevantes para a extração dos dados nessa pesquisa documental: a) a participação da coordenadora do projeto de extensão Universidade Popular, professora Maria do Socorro P. da Silva, durante a 4ª AULA PÚBLICA promovida pelo Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR/UFPB), realizada em 25 de novembro de 2022, às 16 h, que se encontra arquivada no canal do You Tube do EXTELAR; b) a fala dos bolsistas do projeto de extensão Universidade Popular, em atividade online registrada em áudio e vídeo

no formato de Webnário sobre Extensão Popular, Educação Popular e práticas educativas Descoloniais.

A opção por pesquisar esses documentos se justifica: a) tanto a Aula Pública como o Webnário foram atividades que envolveram diretamente o pesquisador, autor dessa dissertação e, mediador das atividades; b) os participantes dessas atividades são integrantes do Projeto de extensão Universidade Popular, do qual também faço parte e pesquisei sobre suas práticas educativas; c) as duas atividades foram realizadas e organizadas pelos integrantes do Grupo de Pesquisa em Extensão e Educação Popular (EXTELAR), responsável pela geração do material das atividades, do qual também faço parte como pesquisador; d) considera-se também como justificativa para acessar e utilizar esses vídeos como documentos, por serem atividades registradas inéditas realizadas com os participantes do projeto de extensão Universidade Popular abordando sobre suas práticas educativas, e sendo então registradas como documentos em áudio e vídeo.

#### 1.4.1 Levantamento documental

De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 6) “[...] a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias”. Nesse sentido é importante destacar um aspecto fundamental na pesquisa documental considerando que: “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (Oliveira, 2007, p. 70).

Na primeira etapa foi feito o levantamento documental, cujo objetivo consiste em identificar e selecionar o material a ser pesquisado, no seu contexto de origem e relação com a Extensão Popular, e de que forma se fundamenta pela prática educativa da Educação Popular, numa perspectiva descolonial percebendo que princípios orientam a relação universidade e comunidade. Essa etapa soma-se à observação-ação nas atividades do projeto de extensão “Universidade Popular” enfatizando suas práticas educativas já realizadas com a participação deste pesquisador junto aos demais bolsistas do projeto e coordenadora.

As fontes pesquisadas incluíram documentos produzidos pelo projeto de extensão Universidade Popular, ao longo do período 2018-2020 como: relatórios, anotações de vistas técnicas-científicas, roteiros pedagógicos, produções científicas (artigos, *banners* e resumos expandidos apresentados e publicados em anais de eventos), o documento de proposição (origem) do projeto na Universidade Federal do Piauí, criado em 2017. Esses documentos são

aqui classificados como fontes primárias, ou seja, documentos que ainda não foram analisados a fundo em trabalhos científicos.

Tais documentos são de posse do projeto de extensão Universidade Popular, constantes na plataforma de registro de projetos e relatórios de extensão da Universidade Federal do Piauí, disponibilizados pela coordenação do referido projeto de extensão. Os documentos referentes às anotações de visitas técnicas-científicas e roteiros pedagógicos foram acessados através de registros dos arquivos sobre o projeto de extensão, de posse deste pesquisador, por ter contribuído na elaboração junto aos demais bolsistas e a coordenadora do projeto. Todos os documentos necessários de autorização foram acessados, consultados e analisados mediante o consentimento do projeto de extensão Universidade Popular e utilizados somente para os fins de pesquisa.

Constituíram-se como fontes documentais o Documento-Base do projeto, apresentado ao colegiado da UFPI, que foi avaliado e posteriormente aprovado, como critério para a implementação do projeto de extensão na universidade, além de 2(dois) Relatórios de Atividades e 2 (dois) roteiros de atividades. Após as leituras dos materiais, nos quais respectivamente, foi selecionado trechos através de fichamentos, com elementos pertinentes à discussão, para referenciar as ideias interpretadas e nos relatórios construiu-se uma conceituação descritiva das metodologias e atividades práticas já desenvolvidas pelo projeto de extensão Universidade Popular.

Sobre documentos, principalmente na forma de “relatórios” e outros, Gil (1999, p. 150) considera que são documentos, elaborados por participantes de instituições públicas, que podem ser utilizados como fontes de pesquisa. Ainda segundo Gil (1999, p. 51) classifica-se esses materiais que não receberam ou receberam alguma análise como sendo de “primeira” e “segunda mão”, respectivamente.

Constituíram-se ainda como documentos, material audiovisual no qual a coordenadora do projeto de extensão Universidade Popular participou. Nos procedimentos para se construir os dados a partir das contribuições da coordenadora do projeto de extensão Universidade Popular sobre conceitos de Extensão Popular, Educação Popular, suas práticas educativas e descolonialidade recorreu-se à sua participação em atividade remota do grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) da UFPB. A referida atividade intitulada: 4ª AULA PÚBLICA - Educação no Campo e Educação Popular: “Perspectivas da Decolonialidade e da Extensão Universitária” realizada em novembro de 2022, com recorte de tempo: 2:25 min – 33:32 min. Esta aula serviu como material na pesquisa por trazer reflexões a respeito do projeto de extensão Universidade Popular abordando uma discussão sobre características e ações do projeto na

perspectiva descolonial, muito presente no projeto de extensão e na fala da professora durante a aula, apesar da temática da aula ser a decolonialidade.

Embora Gil (1999, p. 151) não mencione o cenário de produções audiovisuais de conteúdos na internet, pois esse não era o contexto por ele analisado, na atualidade pode-se considerar pertinente classificar essas produções como documentos de interesse nas pesquisas atualmente, por fornecer elementos importantes para as discussões e produção de conhecimentos.

Cronologicamente realizou-se as análises das atividades realizadas a partir do ano de 2018, contextualizando-as a partir de 2017, ano de criação do projeto de extensão Universidade Popular, a partir de seu documento de origem. Essa estratégia foi importante para se construir a problematização sobre o contexto de origem e difusão da Extensão Popular, Educação Popular e Extensão Universitária, e assim, compreender a sua importância na atualidade.

#### 1.4.2 A pesquisa de campo

A segunda etapa constituiu a pesquisa de campo com aplicação dos instrumentais na realização do Webnário, realizado com os extensionistas/bolsistas do projeto de extensão Universidade Popular. Participaram do Webnário, um total de 4 (quatro) bolsistas do projeto de extensão Universidade Popular.

Ainda na etapa do Webnário, constituíram os seguintes pontos para a seleção dos participantes: períodos de participação dos bolsistas no projeto - José Wylk (2018-2020), Onazionir Ferreira (2019-2020), Thaynan Alves (2019-2020) e Jaysa Nerys (2019); bolsistas que, além de participarem do projeto tinham como função a participação direta com planejamento e realização de atividades práticas e elaboração dos relatórios realizados sempre de forma coletiva, atividades das quais também participei.

A participação dos bolsistas realizou-se através de forma dialogada em Webnário com duração de 2 h 47 min 07 s, dividida em blocos, onde cada bloco integrou uma temática a partir de uma questão.

A realização do Webnário constituiu uma atividade integração ao componente de ação da presente pesquisa-ação, conformando-se metodologicamente como uma roda de conversa, mediada pelo pesquisador com base em um roteiro de questões geradoras. O vídeo que registrou o webnário foi, como dissemos anteriormente, publicado no You Tube<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Webnário. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=x6-nt1LjbB0>

Foram consideradas e adotadas todas as medidas de segurança. A atividade aconteceu com autorização prévia dos sujeitos, mediante comunicação prévia por meio de termo de consentimento contendo todas as garantias legais previstas para este fim, sendo que autorizaram e concordaram com a realização do Webnário. A realização do Webnário se constituiu como atividade de campo, posteriormente utilizado na produção de dados da pesquisa.

A atividade foi pré-agendada com dia e horário informados com antecedência, para ser realizada de forma mais cômoda. Os dados obtidos foram utilizados para fins de pesquisa acadêmica e tratam somente de assuntos relacionados à temática da pesquisa e suas finalidades. Como critérios para a seleção dos sujeitos destaca-se, ainda, a relevância da participação direta nas atividades realizadas pelo projeto de extensão Universidade Popular.

A atividade possibilitou aos participantes expor suas considerações sobre as práticas educativas e metodologias da Extensão Popular no projeto de extensão Universidade Popular. O objetivo da atividade foi coletar informações sobre as práticas educativas utilizadas pelos bolsistas, bem como seus pontos de vista e percepções sobre a descolonização da extensão universitária.

#### 1.4.3 Movimentos e estratégias de transcrições e releituras interpretativas argumentativas dos materiais pesquisados

Para desenvolver os passos seguintes adotou-se como estratégia três elementos da “Proposta Operacional” de Minayo (2014, p. 350), para realizar as leituras e análises e, no decorrer da pesquisa adotou-se mais elementos conforme necessário.

Nos primeiros contatos com os materiais adotou-se a “Leitura horizontal e exaustiva dos textos”, técnica na qual Minayo (2014, p. 357) entende que: “apenas provisoriamente toda a atenção do pesquisador deve estar voltada para esse material”, sem, contudo, perder de vista a relação com a conjuntura enquanto são feitas as leituras. Fez-se uma leitura de forma geral, mas atenta no intuito de captar impressões importantes e realizar o fichamento de conceitos e ideias concernentes à pesquisa.

Para o tratamento dos dados nessa fase da pesquisa (segunda etapa) recorreremos à “Leitura transversal”, que segundo Minayo (2014, p. 358), esse “[...] segundo momento é o da leitura transversal de cada subconjunto e do conjunto em sua totalidade. O processo é do recorte de cada [...] documento em unidade de sentido, [por] estruturas de relevância, [por] tópicos de informação [ou por] temas”.

Nesse sentido, na transcrição, recorreu-se ao critério de organização da discussão e abordagem das impressões a partir de uma explanação construída e apoiada nas falas dos participantes com base nas respostas formuladas a cada pergunta. Para expressar as impressões dos participantes utilizou-se trechos das falas na forma de citação direta e indireta.

Como observamos que as falas dos participantes não ficaram restritas a cada questão específica, algumas dessas citações foram utilizadas para complementar o pensamento de outras questões com base na relação com a temática da questão ou um conceito discutido. Essa etapa soma-se à observação e vivência do pesquisador e dos bolsistas nas atividades do projeto de extensão Universidade Popular, compartilhadas no Webnário e posteriormente abordada na construção da pesquisa.

Quanto à participação da coordenadora, realizou-se uma observação atenta em sua fala, assistindo-se ao vídeo da aula. Posteriormente realizou-se a transcrição da fala, utilizando-se o descritor de legendas do YouTube, disponibilizado no ícone da própria ferramenta da plataforma. A transcrição foi realizada em documento word, para possíveis correções, pois observou-se que a produção das legendas às vezes não transcreve as palavras de forma correta, conforme o palestrante as pronunciam. A transcrição encontra-se armazenada no computador do realizador dessa pesquisa.

Na construção do referencial teórico apoiado nas interpretações construídas a partir dos fichamentos também se realizou essa leitura transversal sempre confrontando os conceitos separados para análise com releituras do texto e complemento das ideias procurando extrair o máximo de compreensão possível para a construção das reflexões. No mesmo sentido fez-se com os principais elementos extraídos dos relatórios e demais documentos pesquisados sobre o projeto de extensão Universidade Popular, ou seja, construiu-se um fichamento para depois possibilitar a escrita das interpretações.

A partir da estratégia da “Análise final”, na qual Minayo (2014, p. 358) considera que “as etapas de ordenação e classificação demandaram uma profunda inflexão sobre o material empírico, que deve ser considerado o ponto de partida e o ponto de chegada da compreensão e da interpretação”, estabeleceu-se as interpretações e sistematizações para a construção dos resultados e considerações finais da pesquisa.

## **2 EXTENSÃO POPULAR: UM CAMINHO POSSÍVEL NA UNIVERSIDADE**

O seguinte capítulo aborda alguns aspectos do contexto de origem da extensão universitária para se entender suas diversas concepções de práticas educativas. Aborda-se também, a Extensão Popular, onde traz-se uma contextualização das ideias sobre suas contribuições e desafios do ponto de vista enquanto prática educativa na perspectiva da descolonialidade. Nessa compreensão realiza-se uma abordagem sobre os conceitos de Extensão Popular, Educação Popular e a descolonialidade estabelecendo-se uma compreensão inicial da interpelação entre esses conceitos e sua importância para os processos teórico-metodológico e intencionalidades da Extensão Popular.

Para tanto realiza-se uma abordagem diferenciando-a das concepções tradicionais de extensão na universidade, debatendo sobre a Extensão Universitária e seus aspectos históricos. Ainda nesta seção discute-se a Extensão Universitária e seus principais enfoques teóricos e metodológicos, e mais adiante a Extensão Popular e seus aspectos históricos e conceituais, para assim compreender a Extensão Popular e Descolonialidade: aproximações e desafios pela Educação Popular, Educação Popular: um pouco de sua história, para se consolidar como prática educativa no fazer extensionista com as comunidades.

Os itens finais do segundo capítulo apresentam-se por uma discussão dos Aspectos conceituais sobre Descolonialidade e Decolonialidade, buscando compreender a Descolonialidade apontando elementos que a caracteriza como um processo de rupturas com o paradigma eurocêntrico por meio de experiências e construção de saberes a partir do Sul Global. Nesse ínterim, também se discute sobre a Decolonialidade do saber numa perspectiva decolonial de ciência apontando os elementos que convergem para uma compreensão dos embates pela superação dos efeitos da colonialidade. Para tanto apresenta-se ainda alguns pontos de aproximações e divergências entre as perspectivas da Descolonialidade e Decolonialidade, para assim justificar a nossa opção teórica pelo conceito da descolonialidade.

### **2.1 Extensão Universitária: aspectos históricos**

Antes de compreendermos a extensão universitária faz-se necessário um breve delineamento do que se confirmou como universidade no advento do capitalismo e conseqüentemente da pós-modernidade. A universidade passa a sofrer várias transformações de ordem estrutural para dar conta das exigências vigentes surgidas com o capitalismo

direcionando a formação conforme suas necessidades, inaugurando o discurso de que uma das principais funções da universidade passa a ser o impulso no desenvolvimento econômico como garantia de se estabelecer o bem-estar social. Essa seria uma das principais formas de integrar os campos universidade e comunidade externa e desempenhar o papel de cumprimento da função social da universidade (Jezine, 2002; 2006; Paula, 2013).

Essas transformações passam a ser um dos principais elementos que, nos séculos precedentes, vai ocupar a agenda nas discussões sobre as reais funções da universidade em seus processos de ensino, pesquisa e extensão, na formação de seus discentes e atuação docente. Nesse intento é colocado em questão a produção de conhecimentos, um outro elemento primordial na modalidade de ensino superior, no qual os interesses capitalistas passaram a realizar uma espécie de seletividade de saberes e desvalorização de formações em educação como a formação humana. Passou-se a enxergar nas universidades possibilidades de diversificar o ensino e potencializar o desenvolvimento econômico, enquanto instituição responsável pela formação e pesquisa (Jezine, 2002; 2006, Paula, 2013).

Dessa forma o surgimento da extensão universitária remonta o pós-meado do século XIX na Inglaterra manifestando as ações que se tornaram pioneiras para efetivação de uma modalidade de produção de conhecimento bastante difundida nas universidades (Paula, 2013). Mirra (2009, p. 77) assinala que “a Universidade de Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade”.

Era criada uma forma de se realizar a mobilidade de saberes entre instituição e comunidade externa através da realização de cursos e palestras, mas ainda na perspectiva de transmissão de conhecimentos para aqueles que se encontravam fora do ambiente acadêmico. A adesão a essa perspectiva de interlocução de conhecimentos ganhou forte adesão na Inglaterra, contribuindo para a expansão da extensão universitária país afora e posteriormente fora dos limites ingleses, na Bélgica (Paula, 2013).

As então exitosas experiências extensionistas, pela forte adesão aos processos da extensão universitária, contribuíram ainda para sua expansão na Alemanha e posteriormente por todo o continente europeu. Depois de sua difusão na Europa, as experiências passaram a ser utilizadas pelos estadunidenses em suas instituições, sendo a primeira, na “Universidade de Chicago, em 1892, culminando na experiência desenvolvida pela Universidade de Wisconsin, em 1903”, quando criaram a “American Society for the Extension of University Teaching” para impulsionar as experiências de extensão e realizar as atividades. Essas medidas repercutiram e

conferiram prestígios às instituições, quando o então presidente estadunidense, Roosevelt, decide expandir a extensão universitária pelo país (Paula, 2013).

No contexto brasileiro, primeiramente ressalta-se que a sua origem se deu em alguns estados com projeção maior a partir de São Paulo, através de cursos e conferências, mas desvinculados da perspectiva de ordem política, religiosa e econômica conforme descreve Soares (2021, p. 127-128),

No Brasil, as experiências de Extensão elencadas como pioneiras, são as que foram desenvolvidas pela Universidade do Amazonas, no ano de 1909; pela Universidade de São Paulo, em idos de 1911; e pela Universidade do Paraná, na data de 1913. Com a iniciativa executada no contexto de São Paulo, sendo considerada como proeminente, a partir da realização de cursos e de conferências gratuitos e públicos. Nessas iniciativas, eram expressamente coibidas a abordagem de assuntos com conteúdo de caráter político, religioso ou comerciário.

Nessa esteira de sua efetivação como o terceiro alicerce das universidades, junto com o ensino e a pesquisa, a extensão universitária foi incorporando díspares funções e concepções alinhadas a cada contexto específico conforme foi se expandindo. Sabe-se que as concepções surgidas são muitas, de lá até a atualidade, e a título de exemplificação aborda-se três delas problematizadas por Jezine (2002), para assim compreender-se sua efetivação por suas práticas e concepções.

A concepção assistencialista, muito difundida no período da Ditadura Civil Militar no Brasil, que tinha como pressuposto metodológico orientador das atividades levar os conhecimentos à comunidade externa à universidade. Refletia os padrões dos primeiros trabalhos em extensão no estilo europeu por entender que as comunidades eram carentes de conhecimentos científicos além de considerar uma superioridade dos conhecimentos produzidos na academia, e que esse conhecimento teria que chegar aos diversos segmentos da sociedade através da extensão. Era, portanto, uma transmissão ou extensão do conhecimento numa perspectiva acrítica, caracterizada como uma prestação de serviços sem definição de regularidade periódica. Não incorporava a importância do diálogo no processo de sua realização. Essas práticas foram muito difundidas pelo, pelo projeto Rondon na década de 1970 (Jezine, 2002).

De acordo com Paula (2013) as concepções e vertentes de extensão universitária desenvolvidas no Brasil seguiu muitas características e aspectos das difundidas no contexto europeu. Algumas semelhanças são constatadas quando se observa que aqui se desenvolveram concepções com compromissos voltados à realização da extensão como educação continuada,

educação para as classes populares e ainda a perspectiva baseada na prestação de serviços em atividades na área rural (Paula, 2013).

A perspectiva acadêmica da década de 1980 definida pelo FORPROEX defendia mudanças nas atividades de extensão a partir de uma nova postura a ser adotada pelas universidades em priorizar os princípios e efetividades das teorias e práticas da extensão. Essa concepção buscava romper com alguns padrões deixados pelos modos de fazer extensão do modelo assistencialista, passando a imprimir uma regularidade e frequência das atividades que passariam a se realizar de forma não esporádica. Marcaram esse período uma extensão que trouxe dinâmica para o contexto dos trabalhos extensionistas no pensar e fazer acadêmico e alguns aspectos curriculares (Jezine, 2002).

Parte de sua origem no Brasil está ligada, também, ao contexto que se relaciona aos princípios influenciados pelas ideias das universidades populares no intuito de mobilizar os conhecimentos entre a universidade e comunidade externa pelas relações estabelecidas nos preceitos de práticas da multiversidade. Essa forma de se realizar a extensão denota uma preocupação por se priorizar atividades que visem a participação de setores da sociedade entendidos como setores populares e que a universidade teria que possibilitar a participação através da extensão universitária mediada pela realização de cursos, sendo assim, uma prestação de serviços pela universidade à comunidade (Jezine, 2002).

De acordo com a definição de Jezine (2002) as atividades de extensão nessa perspectiva se identificam com aspectos de reforçar o compromisso social da universidade em seu sentido de promover um fator de equidade social, haja vista que se configura no país uma visão excludente, que se estabeleceu em uma camada significativa da sociedade. Essa perspectiva também remonta a um entendimento da dimensão que a universidade pode alcançar para além de seus muros e conseguir integrar as comunidades na produção de conhecimentos (Jezine, 2002).

A concepção mercantilista é produto das transformações na sociedade imprimidas pelo processo de globalização que permite à universidade uma preocupação com os aspectos exteriores a ela como os econômicos, e realização de parcerias com outras instituições. Nesse intento reduz seus trabalhos voltados para o setor constituído pelos grupos excluídos e passa a priorizar alternativas na extensão universitária que se assemelham a uma prestação de serviços, passando a ser predominante em diversas instituições no país. Para Jezine (2002) “a extensão é o principal órgão de articulação de parcerias entre a universidade e setores externos da sociedade na busca de financiamentos e institucionalização das atividades extensionistas”. Uma alternativa possível na realização da extensão universitária é o aumento de pesquisas na área de

extensão que discuta esse tripé da universidade numa perspectiva dialética, útil no sentido da intervenção da prática social integrada com as comunidades (Jezine, 2002).

Na concepção do FORPROEX, conceitua-se a extensão como um “processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (BRASIL, 2012), o que reconhece seu papel mobilizador e capaz de realizar a interconexão dos saberes. Porém, ainda se observa que a maioria das práticas de extensão permanece atrelada a dimensões assistencialistas e mercadológicas (Cruz, 2011, p. 44). Nesse sentido, observa-se que extensão assistencialista é diferente de extensão assistencial. Muitas vezes, ao criticar a primeira, também o fazemos com a segunda. A diferença está na intencionalidade (Cruz, 2011, p. 44).

A participação da universidade frente às atividades de extensão desempenha um papel crucial no ambiente acadêmico, sendo considerado tanto um campo de investigação quanto uma estratégia de interação da instituição com as comunidades. Ao longo dos anos, o conceito de extensão universitária tem evoluído, influenciado por debates realizados em eventos como os Encontros Nacionais do FORPROEX em 2009 e 2010, o que tem possibilitado também o surgimento de novas concepções de extensão. Com base nessas discussões, o FORPROEX (BRASIL, 2012, p.28) propõe uma definição de extensão universitária que reflete os estudos e análises acumulados desde os primórdios da prática no Brasil, ao definir que:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

Nesse contexto, a extensão universitária assume novos objetivos e características para estabelecer uma conexão com as comunidades, mas ainda muito pontuada pela forma de se estabelecer uma comunicação eficaz, muito mais preocupada com uma interligação entre universidade-sociedade, mas não pontuada pela dialogicidade. Assim sendo, propõe-se a criação de um projeto abrangente que abarque diferentes áreas do conhecimento em sua interação com os diversos campos de saberes, visando promover mudanças com as comunidades (BRASIL, 2012). Essa interação é realizada de forma integrada, sem separar o ensino, a pesquisa e a extensão, para garantir uma relação sólida com a comunidade, ao mesmo tempo em que essas práticas abriram discussões para se reconhecer as diversas validades dos conhecimentos compartilhados.

Ainda de acordo com algumas definições do (BRASIL, 2012), a universidade pública desempenha um papel fundamental na produção, acumulação e divulgação de conhecimento.

Ela integra o conhecimento científico gerado por meio do ensino e da pesquisa com as demandas da comunidade em que está inserida, interagindo e impactando a realidade social, percebe-se nessas concepções uma ênfase maior no próprio papel da universidade do que nos saberes das comunidades. Em outro sentido e contexto Melo Neto (2006), a Extensão Universitária emerge como uma das responsabilidades sociais da universidade, visando priorizar o desenvolvimento social, como a Extensão Popular. Prioriza-se o engajamento em atividades de extensão que considerem os conhecimentos e práticas populares, enquanto promovem valores democráticos, como igualdade de direitos, respeito à individualidade e sustentabilidade ambiental e social.

Com a Política Nacional de Extensão universitária, delineada em 2012 quando ocorreu o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), identificou-se oito áreas prioritárias sendo elas nos domínios da comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho. A partir deste documento estabeleceu-se 12 ações estratégicas fundamentais para fortalecer a extensão universitária. Segundo o documento, uma dessas metas essenciais é a "[...] incorporação curricular definitiva das ações de extensão, reconhecendo seu potencial formativo e inserindo-as, de modo qualificado, no projeto pedagógico dos cursos" (BRASIL, 2012). Como parte desse esforço, a partir de 2020, no mínimo 10% dos créditos exigidos nos programas de graduação serão dedicados a atividades de extensão (BRASIL, 2012, p. 60).

Entre as medidas consideradas cruciais pelo FORPROEX, destaca-se a importância de enfatizar a necessidade de que as instituições de ensino superior avancem na elaboração de legislações específicas para a extensão universitária e na implementação de políticas que incentivem as ações universitárias delineadas nas 12 diretrizes (BRASIL, 2012, p. 60-62). Com um enfoque particular na dimensão social, apenas a nona diretriz menciona algo relacionado à promoção da igualdade social, propondo o “estabelecimento e fortalecimento de parcerias para a implementação de políticas públicas voltadas para a contribuição inovadora da Universidade na superação da iniquidade social e para a promoção do desenvolvimento sociocultural” (BRASIL, 2012, p. 61).

No âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), estabelecido pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estipula diretrizes, metas e estratégias para a política educacional pelos próximos dez anos, definidas nas discussões desse contexto, algumas estratégias são alinhadas com a Política Nacional de Extensão e incluídas na legislação, ao definir que:

[...] assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014, p. 74).

A incorporação dessas medidas definidas pelo FORPROEX e alinhadas às metas da Política Nacional de Extensão e amparadas no PNE redesenhou a formação oferecida pelas universidades brasileiras, representando um avanço necessário, mas não suficiente.

A origem da extensão universitária tem suas origens ligadas às primeiras iniciativas desse tipo, que assim buscavam dar mais dinamismo ao conhecimento e visavam ultrapassar os limites físicos da universidade e alcançar as comunidades externas. Inicialmente, essas experiências tinham como foco principal a divulgação dos conhecimentos científicos gerados no ambiente acadêmico (Ireland, 2017).

Em relação à origem da terminologia e primeiras experiências em extensão universitária Ireland (2017, p. 19-20) problematiza que:

Um dos primeiros registros de extensão universitária ocorreu em 1867 quando um jovem professor da Universidade de Cambridge, James Stuart, foi convidado pelo Conselho para a Promoção de Educação Superior para Mulheres do Norte da Inglaterra a proferir quatro conjuntos de palestras nas cidades de Leeds, Liverpool, Manchester e Sheffield.

Assim sendo, observa-se que os princípios originários da extensão universitária estão intimamente ligados aos processos de ensino e aprendizagem, uma área comum no âmbito da educação. No entanto, nas primeiras atividades de extensão, havia uma tendência para uma visão hierárquica do conhecimento, em que os facilitadores detinham uma posição de superioridade em relação à comunidade com quem interagem. Dessa forma, “assim, nasceu o movimento que se tornou conhecido na Grã-Bretanha como ‘extensão universitária’ e posteriormente como ‘estudos extramurais’” (Ireland, 2017, p. 20).

Em sua fase embrionária a extensão universitária já despontava para o debate sobre seus diversos aspectos, que vieram a ser confrontados no decorrer de sua disseminação nas universidades em outros contextos. Ireland (2017, p. 20) assevera que: “anedoticamente, é significativo notar que, embora a demanda original tenha sido direcionada para um curso sobre a teoria e métodos de educação, Stuart decidiu discorrer sobre a História da Astronomia”. Sobremaneira Ireland (2017) entende que, “a demanda para educação estava sendo atendida, mas a universidade se reservou o direito de decidir o que seria ensinado”.

A extensão vista por outro prisma, outros conhecimentos, outros saberes estão em construção como dinâmica essencial à renovação da universidade e da extensão em si. Basicamente constituem um dos vastos campos de pesquisa que desperta e nutre a universidade, na sua busca em entender os diversos aspectos do mundo e da sociedade como um todo (Freire, 1987).

As mudanças de paradigmas na educação estão sujeitas a ocorrerem por influências do constante debate sobre a sua finalidade e perspectivas. As 40 h de Angicos, como ficou conhecida a realização das experiências e vivências em educação desempenhadas por Paulo Freire, em processo de alfabetização com os camponeses apontou para possibilidades significativas na educação, sobretudo, na extensão universitária (Freire, 1987).

Dessa vivência, na qual foram alfabetizados mais de 300 camponeses em 45 dias de diálogos e atividades, com práticas educativas numa perspectiva libertadora, com certeza nos deixou um legado significativo. Às vezes é mal interpretada ou minimizada a um breve momento de alfabetização, mas ficando o reconhecimento da abertura para outras demandas e debates no campo teórico de aprimoramento da extensão. Nesse sentido Ireland (2017, p. 22) entende que:

Embora Freire tenha destacado a dimensão cultural como meio para conscientizar e politizar os adultos que participaram dos círculos de cultura, o foco central da sua missão foi a alfabetização dos adultos – empoderá-los a ler e escrever a palavra e o mundo criticamente na busca da sua autonomia e liberdade.

A extensão universitária incorporou em várias de suas estratégias metodologias desse contexto para realizar e desempenhar as suas funções fora do espaço acadêmico. O surgimento da extensão nasce então com uma função dupla que ao mesmo tempo se encarrega de estabelecer condições para que as atividades principais de educandos e docentes sejam desempenhadas no campo da pesquisa e do ensino. Gurgel (2003, p. 23) enfatiza que:

Não se pode esquecer que a extensão universitária sela um compromisso em maiores ou menores proporções, da universidade com a sociedade civil, com os movimentos sociais, e assim sendo, é importante que se lembre não só de levar a instituição de educação superior ao seu meio, mas de trazer à instituição universitária para um diálogo mais profundo e permanente, os atores sociais que com ela interagem.

A conexão próxima com os contextos sociais e eventos em diferentes áreas de conhecimento, durante as pesquisas, investigações e outras atividades universitárias que se

desdobram além dos seus limites, tornou-se um elemento fundamental da universidade, complementando o ensino e a pesquisa sem se separar deles, formando assim o terceiro pilar da instituição.

Embora existam concepções que entendem a extensão como uma atividade interna da universidade, que já ocorre independente dessa relação ou não com os ambientes externos à universidade, atualmente a extensão tem se destacado e tornado cada vez mais possível um diálogo no campo da epistemologia contribuindo para a construção do conhecimento. A compreensão da extensão como um ato já presente na pesquisa e ensino não anula essa perspectiva, mas despreza a extensão como um fator independente e capaz de promover mudanças na própria universidade como um todo.

A função principal da universidade é a produção de conhecimento construída em suas várias frentes de atuação no cumprimento de suas ações e procedimentos. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constitui a base que sustenta a universidade e fomenta a produção de conhecimento científico. Mas para além dessas três dimensões os diversos contextos de espaços e territórios onde se produz conhecimentos necessitam desenvolver ações necessárias ao cumprimento do seu papel social (Fleuri, 2019). Para Castelo Branco e Guimarães (2003, p. 36) na formação do conceito de extensão foi se incorporando cada vez mais uma relação de proximidade entre universidade e comunidade,

Assim, é possível que a concretização do conceito de Extensão se estabeleça ao conceber sua *páxis* de modo dialógico, crítico e, portanto, transformador, democrático e participativo. Propicia-se a construção de um conhecimento local e geral, conseqüentemente universal, baseado na nossa realidade e inserido na dinâmica dos campos socio-político e científico, onde se dá a vida cotidiana, mobilizando a comunidade para que ocupe o seu lugar, junto à atuação da Universidade.

A extensão universitária, junto à pesquisa e o ensino se articulam e devem estar o tempo todo em sintonia para que os conhecimentos sejam socializados com a comunidade externa. Em virtude de diversas abordagens, às vezes se constata interpretações e construções ingênuas da ideia de extensão. Desde seu surgimento e na atualidade nos deparamos com interpretações que direcionam o entendimento sobre extensão com o ato de estender algo a alguém, a algum território, comunidade e sujeitos, sobretudo, quando se encontram em situação de vulnerabilidade. Essa é uma ideia de extensão ainda muito visível no espaço acadêmico (Freire, 2015).

É importante diferenciar e estabelecer uma compreensão desses aspectos para assim melhor contextualizar a extensão universitária e compreender de forma mais crítica o que chamamos de responsabilidade social da universidade, enquanto detentora de instrumentos para a produção de conhecimento científico. Em outro extremo deve-se também lembrar, que desde o seu surgimento tem sido uma preocupação permanente o direcionamento das ações de extensão na sua relação com o público externo (Freire, 2015).

Há um outro elemento a ser problematizado e que vem ganhando cada vez mais espaço no campo do debate sobre a socialização de experiências entre universidade e comunidade. Um processo inverso que ocorre quando os sujeitos não só são assistidos, mas passam a contar e levar suas experiências e saberes para dentro das universidades (Freire, 2015).

Não foi o que aconteceu por aqui, pois “no Brasil, o Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 não menciona a extensão como uma função da universidade, limitando-se a divulgação de pesquisas direcionadas para uma população mais instruída”, (Gadotti, 2017, p. 01). A preocupação com as classes menos favorecidas foi se condensando aos poucos, fazendo surgir outros elementos ligados aos processos formativos da extensão (Freire, 2015).

Ainda nesta fase embrionária não se tem ainda bem definido o conceito de extensão propriamente dito. “Foi só no início da década de 1960 que a extensão como a conhecemos hoje, indissociável do ensino e da pesquisa, tomou corpo quando surgiram ações de compromisso com as classes populares, com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos”, (Gadotti, 2017, p 01). Ele surge à medida em que se constroem relações de trocas de conhecimentos de forma mais sistematizada e cria uma relação de confiança entre os espaços, territórios de saberes com os espaços institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

O termo universidade, como ideia de multiplicidade de conhecimentos avançados, é muitas vezes entendido como centro de produção de conhecimentos, de domínio de saberes diferenciados, tão admirados, e que muitas vezes se sobrepõem em relação aos demais saberes. Aí reside um dos principais elementos que muitas vezes distorce o próprio conceito de extensão (Freire, 2015).

No cenário brasileiro de surgimento da extensão um certo revisionismo pautou o campo de debate em anos iniciais das atividades extensionistas no sentido de elaborações e aperfeiçoamentos para essa nova proposta das universidades públicas. Segundo Gurgel (2003, p. 19) ao problematizar sobre as concepções de extensão desenvolvidas por Freire (2015),

extensão não corresponde a um “que fazer educativo/libertador”, encontrando seu campo associativo com expressões de transmissão, entrega, messianismo, invasão cultural, manipulação, etc. Como alternativa propõe o conceito de comunicação, que amplia a possibilidade de uma relação conscientizadora, que permite aos indivíduos colocarem-se na condição de sujeitos. Extensão teria, portanto, uma relação direta com domesticação e comunicação com libertação.

É certo afirmar que a insistência e esforço das proposições de Freire em mudar as concepções de extensão não surtiram efeitos na alteração do termo para designar essa função da universidade. Mas teoricamente a extensão passou a incorporar os elementos fundamentais de suas teorias para o engajamento nas relações dialógicas e emancipatórias com os sujeitos dos territórios.

Ainda nessa perspectiva revisionista conceitual Gurgel (2003, p.21) traz interpretações da questão a partir de debate retomado por Pedro Demo, no início da década de 1990 com a finalidade de trazer contribuições na reformulação da extensão ao afirmar que:

A discussão sobre a articulação será retomada por Pedro Demo, nos anos 90 quando em seu livro “Desafios Modernos da Educação”, defende a necessidade de revisão da trilogia ensino/pesquisa/extensão a partir da constatação de que os termos apresentam expectativas heterogêneas.

Nesse contexto as discussões dominantes do debate perpassam pelo entendimento da extensão em sua capacidade de comunicação e produção do conhecimento. E se esse conhecimento pode ser estabelecido por uma proposta de extensão que na visão de Demo ocorria de forma não relacionada entre os três elementos, que daí por diante serão entendidos em outros contextos como indissociáveis, ou seja, não há ensino sem pesquisa e extensão. Um conceito/elemento está atrelado ao outro nos múltiplos espaços em que são desenvolvidos.

Passa a ser compreendido pelos sujeitos dos territórios onde se realizam as experiências e vivências como algo superior aos seus conhecimentos. Não por acaso ou por falta de raciocínio lógico, pois carregam consigo uma carga histórica de saberes acumulados ao longo de suas vidas que historicamente não é reconhecido ou muitas vezes negado por certo grau de superioridade no qual se forjou o conhecimento científico.

Dessa forma temos uma construção da extensão perpassada por diversos elementos e reformulações para tentar estabelecer a sua função necessária. Não pode ser confundida com o ato de estender algo a alguém. A extensão concebida nesses moldes despreza o que há de mais valia nas comunidades, que são os seus saberes.

A extensão, não dissociada da pesquisa e do ensino, quando planejada de forma correta consegue estabelecer uma harmonia entre os três elementos, pois necessitam entrelaçar e relacioná-los, de maneira que não existe extensão sem antes fazer por exemplo, a pesquisa sobre o que vamos desenvolver como projeto e ensino, sobre quais aprendizados iremos construir e socializar.

De modo geral, a extensão passa a ter na universidade uma importância relevante como campo de pesquisa, mas ainda pouco valorizada enquanto currículo de formação. A determinação da obrigatoriedade de creditação da extensão como parte do currículo de formação representou grandes avanços e conquistas. Abre, portanto, a possibilidade de expansão do diálogo com outros saberes extramuros das universidades.

Se projeta como possibilidade de transformar o espaço acadêmico em seus múltiplos sentidos e intencionalidades ao abrir o diálogo com outras fontes do conhecimento, outras culturas que sejam capazes de adentrar as universidades e promover a transformação. No entanto, ainda predomina nos espaços institucionais de ensino a forte influência das questões administrativas e cumprimento de protocolos que em vários sentidos bloqueiam a participação da classe popular nesses espaços.

## 2.2 Extensão Universitária: principais enfoques teóricos e metodológicos

A extensão universitária surge no Brasil em um contexto marcado pelas desigualdades educacionais e sociais que mantém uma parcela significativa da sociedade excluída de diversas formas das políticas públicas de inclusão. Tendo em vista essas características que perduram na atualidade as práticas extensionistas ganham contornos de assistencialismo em sua grande maioria, mesmo com definições bem formuladas após inúmeras produções e debates acerca do tema.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão garantem em si o caráter de cientificidade que necessita ser adotado na realização da extensão em seus contatos com a comunidade externa. Mas em virtude das marcas ainda visivelmente presente e enraizadas em comunidades excluídas da participação social e política de forma ativa fazem com que distorções no entendimento da extensão mude o seu foco de atuação e caminhe para outras práticas distintas.

Nesse sentido, teorias e metodologias são pensadas e elaboradas para conduzirem o processo de realização da extensão de forma que não mergulhe em aventuras salvacionistas e construção de discursos que não tenham um compromisso prático com os sujeitos dos

territórios. Dar uma finalidade prática à extensão talvez seja um de seus principais objetivos possibilitados e orientados para o diálogo com o público externo à universidade.

A dimensão da relação com os territórios e seus sujeitos compreende uma das fases mais importantes da extensão no sentido de estabelecer uma relação de proximidade e confiança entre universidade e comunidade. A produção de atividades diversas tem de ser realizada com os sujeitos e para os sujeitos a partir da compreensão das dinâmicas e vivências dos territórios. Nesse sentido Castelo Branco e Guimarães (2003, p. 38) evidenciam alguns cuidados que precisamos estar cientes na condução das atividades porque:

Como a realidade planejada depende da ação de outros atores, não é possível controlá-la, bem como há várias explicações para ela – múltiplas racionalidades. O ator que planeja se relaciona com as coisas e com outros atores, que podem ser adversários ou aliados, exigindo um “cálculo interativo” ou o “juízo estratégico”, típico da interação entre os atores. A simulação humana é necessária para que se compreenda e projete a interação entre ações estratégicas e ações-comportamento.

Com essa compreensão a construção do conhecimento ganha potencialidades e possibilidades na medida em que os contatos se tornam cada vez mais próximos de maneira que permitam a troca de saberes populares e acadêmicos sendo que um é complemento do outro e renovado a cada sistematização. Pesquisar e investigar, dialogar com as comunidades são elementos essenciais à extensão universitária, uma vez que são essas ações que determinam o espectro de abrangência e impactos positivos ou negativos com a comunidade externa.

No Brasil debate-se bastante sobre duas vertentes predominantes nas concepções de extensão universitária no sentido de entender o real significado e desafios a serem superados com a relação dialógica da extensão. Dessa forma temos um entendimento sobre duas perspectivas extensionistas em vertentes que vai de encontro a uma extensão de caráter mais assistencialista e outra não assistencialista, ou seja, uma que se enquadra como prática extensionista e outra não extensionista. Segundo Gurgel (2003, p. 19-20) afirma que:

Havia outros também radicais, que procuravam rebater a visão funcionalista que organiza a educação superior com as funções de ensino, pesquisa e extensão. Para estes, era de fundamental importância abandonar do tripé tradicionalista, em função de uma definição que tinha amparo maior no processo ensino/aprendizagem e que definia uma dimensão processual onde se articulavam sistematicamente os momentos da investigação, da transmissão ou discussão teórica, acumulação e finalidade a aplicação do conhecimento.

A extensão assim nesses moldes parece, ou mais precisamente, está concebida de forma fragmentada, de maneira que há um momento específico para acontecer cada passo do processo e, só depois se condensa tudo para posteriormente caracterizar a extensão propriamente dita. Esta visão enxergava a extensão como algo ligado intrinsecamente ao contexto interno das dinâmicas da universidade sob o esquema “- Subsistema de ensino ou docência – ensino prático; ensino teórico; - Subsistema pesquisa ou investigação [...]; - Subsistema de extensão – cursos de extensão; atuação em projetos de ação comunitária; projetos estratégicos; difusão de resultados de pesquisa; difusão cultural” (Gurgel, 2003, p.20).

As duas vertentes diferem-se a partir de características que enquadram campos diferentes para interpretar a finalidade política da extensão que por sua vez convergem também para se compreender a sua finalidade social. Essas características são importantes para entendermos os rumos que extensão tem tomado ao longo de sua trajetória até os dias atuais compreendendo também os seus avanços e retrocessos.

A vertente que toma a extensão como algo assistencialista converge o entendimento para uma proposta que constrói possibilidades de transmissão do conhecimento considerando que os saberes construídos nas universidades de alguma forma precisam ser introduzidos em espaços e assim transmitido aos sujeitos e territórios. Embora tenha um entendimento de compartilhamento de conhecimentos, o aspecto assistencialista verticalizado entende que só existe um caminho de circulação para os saberes serem compartilhados, que sai da universidade até seus espaços externos.

Ao contrário dessa proposta, a extensão não assistencialista propõe uma forma que também toma o conhecimento como elemento fundamental na relação universidade/comunidade, mas com o diferencial de reconhecer as especificidades e valores culturais diferenciados entre conhecimentos da universidade e saberes populares. Propõe uma relação dialógica entre os saberes de forma que se construa uma via de circulação nos dois sentidos de circulação dos conhecimentos entre universidade e comunidade valorizando também a cultura e identidade dos saberes acadêmicos e populares.

Pensando do ponto de vista de aspectos freirianos de educação e extensão podemos pensar sobre a linha de raciocínio que define os questionamentos sobre a intencionalidade da extensão, ao perguntarmos: extensão para que? E Para quem? Freire (2015, p.11-12) problematiza desde a ação do extensionista até as finalidades e compromissos da extensão como proposta transformadora da realidade humana pois,

se sua ação extensionista se desse diretamente sobre o fenômeno ou sobre o desafio, neste caso, da erosão, sem considerar sempre a presença humana dos camponeses, o conceito de extensão, aplicado a sua ação, não teria sentido. Mas, precisamente porque sua ação de extensão se dá no domínio do humano e não do natural, o que equivale dizer que a extensão de seus conhecimentos e de suas técnicas se faz aos homens para que possam transformar melhor o mundo em que estão, o conceito de extensão também não tem sentido do ponto de vista humanista. E não de um humanismo abstrato, mas concreto, científico.

A postura ética do extensionista enquanto agente a serviço da universidade não deve de forma alguma estar acima dos conhecimentos populares das comunidades. Nesse sentido a extensão, em consonância com os aspectos da classe trabalhadora, deve estar sempre a serviço das demandas e necessidades da comunidade, e não apenas dos interesses da universidade.

A extensão universitária foi um tema muito discutido por Paulo Freire, que a via como uma possibilidade de aproximação da universidade com a sociedade e de transformação social. Nessa ótica Freire (2015, p.13) argumenta que:

Poder-se-ia dizer que a extensão não é isto; que a extensão é educativa. É por isto que a primeira reflexão crítica deste estudo vem incidindo sobre o conceito mesmo de extensão, sobre seu “campo associativo” de significação. Desta análise se depreende, claramente, que o conceito de extensão não corresponde a um que-fazer educativo libertador. Com isto não queremos negar ao agrônomo, que atua neste setor, o direito de ser um educador-educando, com os camponeses, educandos-educadores. Pelo contrário, precisamente porque estamos convencidos de que este é o seu dever, de que esta é a sua tarefa de educar e de educar-se, não podemos aceitar que seu trabalho seja rotulado por um conceito que o nega.

No entanto, ele criticava o modelo tradicional de extensão, que se baseava em uma relação hierárquica entre a universidade e a comunidade, em que o conhecimento era transmitido de forma unidirecional.

Freire problematiza que a extensão universitária precisa ser uma prática dialógica, em que o diálogo e a troca de saberes sejam valorizados. Considera que a universidade deve se colocar a serviço da comunidade, ouvindo demandas e necessidades e buscando soluções conjuntas para os problemas enfrentados pela população (Freire, 2015).

Para Freire, a extensão universitária precisa estar centrada em uma base educacional em que o conhecimento é construído coletivamente a partir das experiências e saberes dos participantes. Freire (2015, p. 15) faz uma clara distinção entre os dois modos pelos quais se institucionalizou a extensão no contexto brasileiro como uma prática educativa,

por isto mesmo, a expressão “extensão educativa” só tem sentido se se toma a educação como prática da “domesticação”. Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com êste saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que êstes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

Considera relevante a criação de espaços de diálogo e reflexão crítica, em que a comunidade possa discutir suas realidades, identificar problemas e buscar soluções coletivas.

No atual contexto a extensão universitária revela a sua importância no campo educacional, como uma prática educativa transformadora, embora não seja constatado isso em todos os projetos extensionistas. Mesmo assim, experiências exitosas tem sido cada vez mais presente na extensão, confirmando boa parte do pensamento freiriano, com a Extensão Popular (Freire, 2015).

Para além dessas questões, Freire (2015) desenvolveu bem o pensamento de que a extensão universitária deve se constituir uma prática transformadora, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.

Nesse sentido assevera a extensão como um meio de empoderar a comunidade, estimulando-a a pensar e agir de forma autônoma e consciente em suas realidades, por meio da mobilização de seus sujeitos.

Dessa forma, a extensão universitária em Freire (2015) combate a produção mecânica de saberes bem como a mera transferência de conhecimentos, mas sim a uma prática dialógica, crítica e transformadora, capaz de promover a aproximação da universidade com a sociedade e de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Freire (2015) critica a visão tradicional da extensão universitária enquanto uma atividade unidirecional, em que os conhecimentos produzidos na universidade são levados para as comunidades “não instruídas”. Para Freire, essa visão desconsidera o conhecimento popular

e as experiências dos envolvidos, perpetuando a dominação e a desigualdade. Segundo Freire (2015, p. 14-15) essa crítica que justifica uma adoção do termo comunicação e não de extensão passa primeiramente pelo entendimento da postura do educador, pois,

como educador, se recusa a “domesticação” dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de comunicação, não ao de extensão. O primeiro equívoco gnosiológico da extensão está em que, se há algo dinâmico na prática sugerida por tal conceito, êste algo se reduz à pura ação de estender (o estender em si mesmo) em que, porém, o conteúdo estendido se torna estático. Desta forma, o sujeito que estende é, enquanto atar, ativo, em face de “espectadores” em quem deposita o conteúdo que estende.

Em contraposição ao conceito de extensão, Freire (2015) propõe uma "comunicação", à qual define como um processo dialógico em que os sujeitos envolvidos se reconhecem mutuamente como detentores de conhecimentos e experiências válidas. Nesse processo, não há uma autoridade entre o "saber" e o "não-saber", mas sim uma troca de saberes que leva à transformação social (Freire, 2015).

Freire (2015) também discute a educação como um processo de conscientização e empoderamento, que deve levar em consideração as experiências e saberes dos sujeitos envolvidos. Defende que a educação como um todo deve ser uma prática libertadora, que permite aos sujeitos reconhecerem-se como protagonistas de sua própria história.

Nesse sentido questiona também abordagem unidirecional da extensão universitária, em que os acadêmicos levam seus conhecimentos para as comunidades "não instruídas". Freire (2015, p.16) argumenta que essa abordagem desconsidera os saberes e experiências das comunidades e perpetua a desigualdade e a dominação, por meio da conformação com a situação vivida.

O trabalho do agrônomo educador, que se dá no domínio do humano, envolve um problema filosófico que não pode ser desconhecido nem tampouco minimizado. A reflexão filosófica se impõe neste como em outros casos. Não é possível eludi-la, já que o que a Extensão pretende, basicamente, é substituir uma forma de conhecimento por outra. E basta que estejam em jôgo formas de conhecimento para que não se possa deixar de lado uma reflexão filosófica. O fundamental, porém, é que esta reflexão, de caráter teórico, não se degenerere nos verbalismos vazios nem por outro lado, na mera explicação da realidade que devesse permanecer in-tocada.

É em contraposição a essa dominação, também, que Freire (2015) propõe a comunicação como uma prática dialógica em que os sujeitos envolvidos se reconhecem mutuamente como detentores de saberes e experiências válidas. Argumenta que a comunicação,

é um processo que leva à transformação social, em que a superioridade entre o "saber" e o "não-saber" é superada.

Dessa forma a extensão como uma comunicação revela-se como prática educativa transformadora e emancipatória, em que os sujeitos envolvidos são protagonistas da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. De acordo com Freire (2015, p. 17),

no processo de extensão, observado do ponto de vista gnosiológico, o máximo que se pode fazer é **mostrar**, sem **re-velar** ou **desvelar**, aos indivíduos, uma presença nova: a presença dos conteúdos estendidos. Por outro lado, o homem, que não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, de vez que é um “ser-em-situação”, é também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da “praxis”; da ação e da reflexão. Nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação. (grifos do autor)

Nesse sentido argumenta que a educação deve ser uma prática, que permite aos sujeitos reconhecerem-se como sujeitos históricos e sociais capazes de transformar a realidade em que vivem. Freire (2015, p. 44) complementa seu pensar a respeito da comunicação como proposta de diálogo com as comunidades asseverando que, “todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos”.

Freire (2015) critica a descontextualização do conhecimento que é levado pelas universidades para as comunidades. Ele argumenta que o conhecimento deve ser alimentado e produzido em diálogo de proximidade com as realidades sociais de seus educandos. Nesse intento Freire (2015, p. 20) argumenta que,

a extensão em si mesma (e, quando não o é, está sendo mal denominada) enquanto é um ato de transferência, nada ou quase nada pode fazer neste sentido. Reconhecemos que a simples presença de objetos novos, de uma técnica, de uma forma diferente de proceder, em uma comunidade, provoca atitudes que podem ser de desconfiança, de recusa, total ou parcial, como de aceitação também.

A prática dialógica é uma forma de superar a relação hierárquica entre educadores e educandos, em que o conhecimento é transmitido de forma unidirecional. Dessa forma, o diálogo é uma forma de comunicação em que todos os envolvidos têm voz e são ouvidos, permitindo uma troca de saberes e experiências. Para Freire (2015, p. 19), ao se expressar sobre a prática extensionista na perspectiva da comunicação, numa relação de reciprocidade entende que,

em relação dialógica-comunicativa, os sujeitos interlocutores se expressam, como já vimos, através de um mesmo sistema de signos linguísticos. É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acôrdo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes. Isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito.

A prática dialógica também é entendida como um conceito central na educação, em que ambos tenham voz e sejam ouvidos, permitindo uma troca de saberes e experiências. Nessa abordagem, não há autoridade entre o saber do educador e o saber do educando, mas sim um processo de construção do conhecimento em conjunto. Ainda propondo argumentações sobre a relação dialógica na educação, e não obstante na prática da extensão pela comunicação Freire (2015, p. 59-60) entende que,

defendendo a educação como uma situação eminente-mente gnosiológica, dialógica por consequência, em que educador-educando e educando-educador se solidarizam, problematizados, em tórno do objeto cognoscível, resulta óbvio que o ponto de partida do diálogo está na busca do conteúdo programático. Desta maneira, os conteúdos problemáticos, que irão constituir o programa em tórno do qual os sujeitos exercerão sua ação gnosiológica não podem ser escolhidos por um ou por outro dos pólos dialógicos, isoladamente.

Freire argumenta que a prática dialógica é fundamental para a formação de sujeitos críticos e conscientes. Por meio do diálogo, é possível criar um espaço de reflexão e análise crítica da realidade, permitindo que os educandos desenvolvam uma compreensão mais profunda do mundo ao seu redor e se tornem capazes de agir de forma consciente e transformadora (Freire, 2015).

Na prática educacional em que o educador é visto como o depositário do conhecimento e o educando como um destinatário passivo a ser preenchido, se constitui a educação bancária. Contudo Freire (2015, p. 31) chama atenção para aspectos que muitas vezes passam despercebidos e impedem um diálogo participativo entre comunidade, universidade e sujeitos, quando afirma:

admitamos, para efeito de raciocínio, que todos os que fazem esta afirmação já tentaram experiências dialógicas com os camponeses. Admitamos também que tais experiências foram feitas segundo os princípios que orientam uma verdadeira dialogicidade. Que a dinâmica de grupo que se buscou não estava orientada por técnicas “dirigistas” e que, apesar de tudo, o diálogo foi difícil, a participação, nula, ou quase nula.

Nessa abordagem, o diálogo é substituído pela imposição do conhecimento, o que perpetua a desigualdade e a dominação. De acordo com Freire (2015), a prática dialógica é uma forma de superar a dicotomia na produção do conhecimento, constituindo-se como uma alternativa de superar a educação bancária. Pressupõe o estabelecimento de uma condição que rompe não só com a estrutura dicotômica, mas viabiliza a construção de uma relação fundamental na produção de saberes mediatizada pela relação sujeito-sujeito, ou seja, um educador-educando e um educando-educador.

Acredita-se assim, que essa abordagem deve ser capaz de promover a emancipação das pessoas e das comunidades. Como exemplo temos a Extensão Popular como estrutura educacional que busca a democratização do conhecimento e a transformação social por meio da participação ativa da comunidade, da valorização dos saberes populares e da reflexão crítica sobre as estruturas sociais como desigualdade e exclusão (Melo Neto, 2006).

Em seu contexto específico o termo comunicação surge como alternativa à perspectiva de extensão, que segundo Freire (2015) se caracterizava como ato de estender algo a alguém, a uma comunidade. Melo Neto (2006, p. 90) problematiza um pouco sobre a indefinição do termo comunicação proposto por Freire (2015) e conclui que,

ao se vislumbrar extensão como comunicação, permanece ausente o significado mesmo da extensão. A formulação de um conceito a partir de um outro, como o de comunicação, leva a extensão a permanecer no vazio da indefinição, considerando que o outro também é substantivo e carece de fundamentação. A superação desse tipo de conceito exigirá que outros demonstrem a instauração do diálogo como pressuposto de suas realizações, dando prioridade às metodologias que incentivem a participação dos envolvidos nesses processos.

A perspectiva de Freire (2015), embora não tenha se materializado na mudança de designação das atividades que se realizam através do contato com o mundo externo à universidade, através da extensão, deixou um legado importante sobre os processos de construção do conhecimento e reflexões sobre o papel político dos sujeitos das comunidades mediante boa parte do processo de realização da extensão.

### **2.3 Educação Popular: um pouco de sua história**

Os referenciais educacionais surgidos na educação brasileira sempre tiveram a sua origem marcada pela atuação de intelectuais pesquisadores e debatedores desses temas, preocupados em desenvolver alternativas para superar as desigualdades educacionais, numa

perspectiva inovadora. Somados aos esforços de correntes críticas em planos para a educação, sobretudo para a Educação Popular, houve uma gama de experiências e práticas desenvolvidas no Brasil, que possibilitaram uma mobilização em espaços como a universidade, segundo Vasconcelos (2011, p. 24) “A Educação Popular, na Universidade, vai sendo criada com base em diversos esforços de intelectuais, estudantes e técnicos junto com as classes populares, que pensam em ações não para elas, mas com elas”.

Para Calado (2021, p. 55) essa trajetória em diferentes contextos marcou o surgimento da Educação Popular no Brasil pois,

Na Academia e para além de seus muros, esse debate alcança as distintas áreas de saberes. As ciências sociais – e entre elas a Educação – têm-se constituído relevante mostruário de acalorados debates. O mesmo se dá em relação à Educação Popular. Tendo em vista o espectro de sociedade em que vivemos, resulta inconcebível – além de inútil – a pretensão a um consenso quanto à sua concepção.

Porém o autor chama atenção para a não generalização do termo evidenciando que essa denominação não está a serviço de grupos que não dialogam com as perspectivas da classe popular se tornando um conceito vazio de uma educação sem métodos populares evitando assim uma definição “universal”. Ao contrário disso ela representa uma forma de educação para o povo.

Nas análises de Melo Neto (2013, p. 14) concebe a Educação Popular como uma educação que perpassa por contextos da sociedade civil popular numa perspectiva de educação perpassada pelos elementos da cultura e lutas contra a opressão quando assevera que:

O *popular* adquire, a partir da ótica da cultura do povo, um significado específico no mundo em que é produzido, baseando-se no resgate cultural desse povo. Os processos simbólicos têm razão no ambiente da própria comunidade, porém no sentido da ampliação do horizonte cultural das classes. O conceito é o elemento adjetivante da educação, enquanto propõe a construção das utopias libertárias, na tentativa de superação da exploração do oprimido

Uma perspectiva de luta que a Educação popular assume como questão educacional produziu-se por movimentos que eram ligados e articulados com setores populares nas universidades e da Igreja Católica como “a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), na década de 1940; alguns setores progressistas da Universidade, como nas experiências do Método Paulo Freire, nas décadas de 1950 e 1960 [...]” (Cruz, 2011,

p. 46; Vasconcelos, 2011, p. 16). Todos desempenhados em pensar estratégias para a educação voltada para a classe popular e pela Educação Popular.

Por parte da sociedade mobilizaram-se “grupos políticos comunistas na década de 1950, e o movimento estudantil universitário, especialmente com a União Nacional dos Estudantes (UNE), desde a década de 1960” (Cruz, 2011, p. 46; Vasconcelos, 2011, p. 16). Desse contexto de transformações e mobilizações na educação cristalizaram-se ideias duradouras que posteriormente contribuíram para o surgimento de métodos de ensino, modalidades de ensino, correntes teórico-metodológicas em educação, principalmente o que hoje conhecemos como Educação Popular. Na abordagem de Cruz (2011, p. 46) entende que:

Desses movimentos, vai surgindo a Educação Popular, [...]. A Educação Popular surge, no final da década de 1950, de um movimento de intelectuais preocupados em encontrar o caminho para uma atuação social transformadora, de modo não marcado pelo paternalismo.

Compreender essas transformações e os diversos aspectos que permeiam a Educação Popular é assumir um compromisso de refletir sobre suas lacunas e evidenciar potencialidades. No entanto, também é importante revelar os seus processos contraditórios, pois nem tudo que se diz popular está relacionado com educação popular. A educação popular tem as suas raízes fincadas nos territórios e, é constituída por processos pensados e construídos com os sujeitos que compõem esses territórios, juntamente com pesquisadores e educadores populares, aspecto identificado por Lovisolo (1990, p. 18) considerando que

a educação popular não foi uma criação dos populares, mas de intelectuais que se declaravam a seu serviço, comprometidos com suas causas, solidários com seus destinos e, principalmente, com a construção da autonomia dos longos segmentos da população, representados como subordinados, dominados, etc.

Uma investigação sobre as diferentes correntes e ideologias da educação popular e seus propósitos para os segmentos populares da sociedade. De fato, confirma-se a importância da mobilização e esforços de pesquisadores em elaborar propostas de renovação na educação. Por outro lado, ressalta-se o diálogo construído junto a entidades que já vinham produzindo experiências em educação com diversos segmentos da sociedade, sobretudo, ocorrido por mobilizações anteriores.

Não obstante, Vasconcelos (2011, p. 16) reconhece também os esforços de intelectuais, sobretudo, ressalta a importância da mobilização realizada pelos diferentes setores da sociedade pois “A dinâmica social, própria da América Latina, com seus movimentos sociais muito

influenciados pela radical opressão e desigualdade imperantes e pela forte influência cultural indígena e africana, vai reorientando as suas práticas de trabalho social”.

Paludo (2001) problematiza sobre as influências do capital na educação, ressaltando que os interesses capitalistas se refletem por meio de estratégias que se definem como educação e escolarização se revelando como processos conflitantes contrários. Por integrar o ensino e a pesquisa a extensão não escapa desses elementos. As influências do capital na educação tem sido um dos maiores entraves para pensadores e educadores que lutam por transformações numa visão progressista nos processos educacionais brasileiros e em diversas partes do mundo.

Elementos como a desigualdade social persistente entre as camadas mais pobres eram problematizados para então se formular uma proposta pedagógica que pudesse ser desenvolvida com essa população socialmente e economicamente excluída e que não reproduzisse o sistema vigente de práticas educativas dominantes que na educação viam possibilidades de se manterem hegemônicos em relação aos economicamente desfavorecidos.

Certamente o ponto crucial para a efetivação da Educação Popular foi essa capacidade de diálogo com os diversos setores da sociedade para o reconhecimento e efetivação de suas práticas e referenciamento como política pública a ser promovida pelo Estado. Para Vasconcelos (2011, p. 17) “a Educação Popular se constituiu fortemente vinculada à vida universitária, não como uma ação oficial das políticas acadêmicas universitárias, mas como inspiração de muitas das práticas sociais”. Nesse contexto, a Educação Popular passa a ser um elemento a ser problematizado dentro das universidades, o que passa a promover sua institucionalização como campo da educação.

No campo da teoria e da prática as experiências freirianas criaram um ambiente rico em possibilidades para a Educação Popular quando “criou e nos legou um método de alfabetização” (Brandão, 2009, p. 9). Utilizado, inclusive, na alfabetização de camponeses excluídos dos processos escolares, como as experiências em Angicos. Ainda segundo Brandão (2009, p. 9) “[...] na verdade, o que Paulo Freire idealizou foi um sistema de educação”. Contudo Paulo Freire e seus métodos passaram a ser referência epistemológica para a Educação Popular, posteriormente.

Ele cria uma concepção de educação pautada no popular (educação do popular), demonstrando o caráter emancipatório da educação a partir da problematização da realidade ao mesmo tempo em que reforça a dimensão política da educação criando possibilidades de lutas contra a opressão. A partir da obra *Pedagogia do Oprimido* Paulo Freire adere à perspectiva de classe em Marx, para pensar sobre o aspecto político da educação e desenvolver o conceito de libertação e projeto de equidade social.

De acordo com Brandão (2009, p. 10) nesse sistema de educação projetado por Freire, não só denominavam modalidades de ensino,

Aquilo a que hoje damos nomes como *Educação Popular*, *Alfabetização de Adultos*, *Educação Inclusiva*, *Educação Humanizadora*, *Educação de Jovens e de Adultos*, fazia parte do sistema. Na verdade, era uma proposta pedagógica e política – no sentido de uma ação coletiva, transformadora, ativa e francamente humanizadora – que ultrapassava as metas de uma *educação permanente*, tal como, naquela mesma ocasião, era proposta a todo o mundo pela Unesco. (grifos do autor).

Havia nessa proposta um destaque à intencionalidade política que a educação deveria assumir. Os contextos surgidos, após a difusão dessas concepções de educação influenciarão as práticas de Educação Popular e as produções em torno do tema, por pensadores que irão adotar as concepções freirianas, posteriormente, adotadas na Extensão Popular. O surgimento da concepção de Educação Popular propriamente dita surgiu por volta dos anos 1970, com forte atuação de movimentos ligados aos setores da igreja católica com as CEBS e pensadores ligados à pedagogia da libertação e os CPCs. Os anos 80 marcam a expansão das pedagogias e, posteriormente, os anos 90 são um marco na Educação Popular por consolidar o uso dessas pedagogias e adoção de novas práticas para a educação.

Sobre uma educação em práticas educativas voltada para um espírito de libertação, como práticas da Educação Popular, Paludo (2006, p. 59) realiza vários questionamentos no âmbito da Educação Popular, que podem ser incorporados na Extensão Popular como estratégia de planejamentos iniciais da ação de extensão:

O que é uma educação de qualidade para o povo, praticada desde a concepção da Educação Popular? Uma educação que o capacite para os desafios de sobreviver e de ser protagonista de transformação? Uma educação que eleve o popular à “condição de ser dirigente, de participar, de formular e de controlar quem dirige?” Quais são as aprendizagens necessárias? Quais conteúdos? [...] Que conteúdo damos para a expressão metodologia dialética (prática, teoria, prática)?

O surgimento da Educação Popular é marcado pelo uso de novas metodologias e epistemologias no campo da educação abrindo novos horizontes para a teoria do conhecimento. Na universidade a Educação Popular surge como uma nova forma para se pensar sobre o contato dos conhecimentos produzidos na universidade, com os produzidos na comunidade gerando a produção de novos conhecimentos. Institucionalmente, a Educação Popular passa a integrar o

ensino de forma mais ampla, sobretudo em cursos superiores na universidade e como disciplinas em cursos de graduação, na Educação do Campo, na área de Ciências Humanas e Sociais.

Para além das conquistas no campo epistemológico, as lutas também possibilitaram um tensionamento para que o Estado, como agente principal difusor das políticas públicas, se sentisse na obrigação em cumprir as suas funções básicas. A Educação Popular representa, nesse sentido, uma interlocução pelo campo epistemológico e prático que tem possibilitado aprendizados a serem compartilhados em díspares espaços com alcance não só à classe popular, mas toda a sociedade em “[...] um esforço que deve estar destinado a toda a população e como um dever político do Estado” (Jara, 2020, p.67).

A Educação Popular é formada por princípios e práticas, que podem ser utilizadas nas diversas áreas do conhecimento e na produção de novos conhecimentos a partir do encontro entre os diversos saberes. Essa visão “profundamente inovadora gira em torno do papel assumido pelos educadores(as) e educandos(as) no processo educativo, como sujeitos criadores e construtores, em uma inter-relação dinâmica e mobilizadora” (Jara, 2020, p. 193).

Na abordagem de Melo Neto (2013) a Educação popular se define a partir de princípios categóricos definidos com base na classe popular em que “essas categorias teóricas, identificadas para a composição de um conceito em educação popular, parecem ir, pouco a pouco, consubstanciando a possibilidade de que as mesmas formem uma visão da educação popular permeada de princípios éticos”.

De acordo com Melo Neto (2013, p. 31) sobre uma avaliação de uma prática referenciada em Educação Popular

Tem-se uma concepção de que, ao se avaliar um trabalho em *educação popular*, esta precisa contemplar os caminhos que estão sendo percorridos, mostrar as relações que estão ocorrendo com o viver e o pensar, bem como as mudanças em uma perspectiva subjetiva – a cabeça – e possíveis novos itinerários do próprio trabalho educativo.

Calado (2021, p. 56), ao reconhecer as contribuições da Educação Popular, na universidade e em seus territórios de ação como prática educativa, sobretudo nos movimentos sociais populares, ressalta a importância de não se generalizar o termo, em classificar tudo que é popular como Educação Popular,

Inclusive pela magia da Palavra, haja vista a quase inesgotável polissemia dos conceitos teóricos. E o que dizer da ambiguidade que impregna suas práticas? Educação Popular (EP) serve, por conseguinte, aos mais variados gostos. Dir-se-ia que há EP feita para o Povo, há EP feita com o Povo, há EP feita apesar do Povo, e há até EP feita contra o Povo...

Em outro sentido, Educação Popular é um processo formativo com as classes populares desenvolvido de forma permanente onde os sujeitos sociais da classe trabalhadora são os agentes do processo a partir de suas demandas específicas, baseadas nos referenciais freirianos de inconclusão (Calado, 2021). Há também um entendimento de que este se dá de forma horizontalizada em sua produção de conhecimentos por meio de suas práticas educativas que vem possibilitando a construção de conhecimentos junto com a classe popular e os sujeitos populares.

#### **2.4 Extensão Popular: aspectos históricos e conceituais**

As experiências em Educação Popular acumuladas nas transformações históricas, políticas, econômicas e sociais brasileiras serviram de base para se pensar em estratégias que visem transformar o conceito de extensão universitária e promover práticas alternativas para a universidade e sociedade, perante as desigualdades acentuadas pelo capitalismo. É no contexto da redemocratização de meados da década de 1980, que são discutidas mudanças estruturais da extensão discutidas no FORPROEX, incorporando e reconhecendo práticas da Educação Popular a serem adotadas na extensão e, posteriormente apoio institucional e financeiro a essas práticas na realização da extensão, contudo só décadas depois é que surge a Extensão Popular (Araújo; Mélo; Cruz, 2021, p. 150).

Ainda na perspectiva de Araújo, Mélo e Cruz (2021, p. 151) compreendem que nesse percurso e contexto destacaram-se os processos de resistência empreendidos pela Educação Popular acumulados em décadas anteriores, se refletindo como continuidade no contexto de redemocratização e nas perspectivas de extensão popular reconhecendo que,

Ao longo da década de 1990, em face da consolidação e do aprofundamento do capitalismo global em sua face neoliberal, a Educação Popular manteve-se presente no contexto de resistência e na construção de alternativas a esse modelo. O trabalho extensionista, sobretudo com as comunidades socioeconomicamente vulneráveis e junto com os movimentos sociais populares, começou oficialmente a ser valorizado e estimulado na universidade, passando a ser compreendido como uma ação inovadora e progressista.

Era evidente se pensar novas formas de se realizar a extensão, que já vinham ocorrendo amparadas em críticas ao modelo inicial por não dar conta de articular as três dimensões ensino,

pesquisa e extensão numa via de mão-dupla, abordadas pelas discussões no fórum de extensão e nesse intento passaram a se articular com propostas metodológicas da Educação popular.

Segundo Araújo, Mélo e Cruz (2021, p. 150) “junto a isso, decorre uma elaboração conceitual da Extensão Universitária, advindo do fato que essa concepção desenvolvida e em vigência passa a aglutinar um número diverso de ações exercidas pelas instituições universitárias que mantinham algum tipo de relação com a sociedade”. Os objetivos eram possibilitar uma articulação de setores da sociedade composta por movimentos sociais numa perspectiva de superação das desigualdades sociais e econômicas persistentes na sociedade (Araújo; Mélo; Cruz, 2021, 151).

Nesses moldes a extensão universitária se enquadraria em uma proposta que fosse capaz de promover o diálogo externo à universidade ao mesmo tempo em que realizasse pesquisa e ensino estruturada no fazer extensionista, mas ainda não enxergava os sujeitos como protagonistas da ação, por ainda se desenvolver em uma perspectiva de universidade excludente, como assevera Cruz (2011, p. 42-43) afirmando que “ademais, ao ultravalorizar o conhecimento científico, essa perspectiva universitária vai incorporando metodologias tecnicistas, em que se concebe que as explicações para os problemas sociais estão nos livros ou em pesquisas empíricas pouco aplicadas”. Haveria assim, uma necessidade de se desenvolver alternativas na extensão universitária que dialoguem com as comunidades em outra linguagem e perspectivas.

Nessa perspectiva de transformação da própria universidade e extensão, isso passou a ocorrer em virtude de uma problematização sobre as realidades enfrentadas nas comunidades com participação de forma incisiva dos sujeitos envolvidos na ação pois, segundo Cruz (2011, p. 47) “por meio da Extensão Popular, um conjunto considerável de estudantes [...] comprometidos com a transformação social vem podendo estruturar um currículo informal que tanto critica o modelo dominante de ensino como também aponta caminhos[...]” demonstrados em ações *com* os sujeitos e *para* os sujeitos e que vem se aperfeiçoando em suas intervenções, numa perspectiva de formação que garanta a produção de saberes necessários na compreensão da realidade, percepção de sistemas opressores e desenvolvimento de estratégias com os sujeitos envolvidos na ação.

Para Cruz (2011, p. 47) as mudanças seria algo capaz de promover não só um “‘novo jeito’ de fazer extensão”, mas estava/está em curso mudanças que caminham para uma nova concepção de extensão na universidade pois,

Na essência dessas práticas, a extensão se configurava como uma possibilidade concreta de estar com as classes populares, buscando formas diversas de contribuir para melhor qualidade de vida nesses setores. Não havia uma receita pronta de como fazer, por isso, a Extensão Popular foi nascendo de muitos esforços em estar junto com as classes populares, dialogando com seus sujeitos. As metodologias, as dinâmicas e as tecnologias aperfeiçoadas nessas experiências foram consolidando o que hoje chamamos de Extensão Popular.

Décadas depois, impulsionada pela maior abertura de espaço e mais valorização da extensão a variedade de trabalhos abordando o tema Extensão Popular reforçam o seu caráter transformador. Por outro lado, impulsionam a produção de saberes com abordagens relacionando díspares elementos como uma teoria centrada na relação entre os sujeitos, problematizadas a partir do contexto dos movimentos sociais, abordagens sobre as relações do mundo do trabalho, reconfigurando a extensão na universidade como um trabalho social e com intencionalidades dialogadas nas questões de direitos e promoção da equidade social.

Sendo assim a Extensão Popular vem contribuindo para a ressignificação da própria extensão na universidade por meio de suas práticas dialogadas com as realidades das comunidades e desenvolvendo-se nos mais diversos contextos nacionais e internacionais conforme ressalta Cruz *et al.* (2018, p. 17),

Atualmente, no Brasil e em outros países, a Extensão Popular constitui uma perspectiva de pensar e de fazer as práticas de Extensão Universitária. Compreendendo-se como experiências de Extensão Popular, diversas iniciativas de projetos, programas, ações e vivências têm sido realizadas nas mais diferentes realidades [...].

Concebe-se assim como uma categoria conceitual em movimento constante de transformação que ao se desenvolver em diferentes contextos e realidades faz surgir denominações conforme problematiza o mundo, convergindo em vários aspectos como a promoção do bem viver, a exploração das contradições e no pensar soluções para um equilíbrio social sendo os sujeitos protagonistas *da e na* ação.

Não obstante Soares (2021) enfatiza que essas práticas extensionistas se manifestam também sob díspares denominações enfatizando e apontando contribuições de alguns nomes expoentes nessa perspectiva de extensão:

Dentro desse conjunto de iniciativas extensionista pautadas pela Educação Popular, observa-se, para além da Extensão Popular, a existência de diferenciadas nomenclaturas, que revelam concepções e elaborações teóricas dotadas de certas peculiaridades, como Extensão como Comunicação

(FREIRE, 2015), Extensão Popular (2014), Extensão Comunitária (DANTAS, 2009), Extensão Crítica (TOMMASINO et al., 2013), Conversidade (FLEURI, 2019) e Co-labor-ação Social (RIGOTTO; LEÃO; MELO, 2018).

Essa gama de experiências e denominações para além da Extensão Popular confirma grande parte dessa mobilidade da Educação Popular e seus pensadores, em trabalhos de Extensão Popular diversificados que (certamente, resulta do diálogo entre as realidades observadas e problematizações construídas por seus autores em experiências extensionistas e nas suas teorizações). Reside aí fontes importantes na continuidade de processos valiosos para a universidade e intervenções por meio da extensão comprometidas com valores humanizadores, como os trabalhos extensionistas em ações e atividades formativas desenvolvidas pelo projeto de extensão Universidade Popular, desde 2017, na denominação de *Extensão Descolonial*, nos pressupostos da Educação Popular.

A Extensão Popular é uma prática que recentemente vem se consolidando como formas alternativas e de transformação do papel da extensão na universidade, que busca estabelecer uma relação mais próxima entre a academia e a comunidade em geral. Dessa forma Melo Neto (2006, p. 43) afirma que a Extensão Popular se constitui em:

práticas extensionistas, que vislumbrem os seguintes aspectos: a compartilhamento dos conhecimentos e das atividades culturais; a promoção da busca incessante de outra racionalidade econômica internacional; a comunicação entre indivíduos, a responsabilidade social, direitos iguais a todos, respeito às diferenças e às escolhas individuais ou grupais, novos elementos que potenciem a dimensão comunitária e a solidariedade entre as pessoas.

Essa abordagem de extensão se baseia em princípios como a democratização do conhecimento, o engajamento social e a promoção da cidadania, de forma que promova o protagonismo das comunidades e seus sujeitos.

Essa forma de extensão tem se baseado em referenciais teóricos que incluem a teoria crítica e o diálogo de saberes. A Extensão Popular relacionando-se com a teoria crítica permite analisar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a opressão, como bem frisa Melo Neto (2006, p. 35) que:

Para entender o conceito de extensão popular e sua base teórico-prática é necessário compreender o tipo de sociedade que se deseja superar. A construção dessa perspectiva teórico-prática cobra uma caracterização, mesmo tênue, do tipo de sociedade que se deseja superar e as suas políticas dominantes.

Nesse sentido possibilita construir ou buscar formas de transformação social por meio do diálogo e da ação coletiva, ao desafiar as comunidades a intervir no processo político que constituíram e perpetuam essas desigualdades através da dominação.

Em relação a materialidade da Extensão Popular pode-se aferir como se concentra na educação e como se constitui numa ferramenta de libertação e empoderamento, em que o diálogo e a reflexão crítica sejam compreendidos como fundamentais para o processo de aprendizado e transformação social. Apesar dessas concepções Melo Neto (2006, p. 46) entende que a extensão está também relacionada com categoria trabalho, no qual suas relações influenciam diretamente o fazer extensionista em que:

A extensão configura-se e concretiza-se como trabalho social útil, imbuído da intencionalidade de pôr em mútua correlação o ensino e a pesquisa. Portanto, é social na medida em que não será uma tarefa individual; é útil, considerando que esse trabalho deverá expressar algum interesse e atender a uma necessidade humana. É, sobretudo, um trabalho que tem na sua origem a intenção de promover o relacionamento entre ensino e pesquisa. Nisto, e fundamentalmente nisto, diferencia-se das dimensões outras da universidade, tratadas separadamente: o ensino e a pesquisa.

A Extensão Popular construída por meio das bases freirianas busca promover a autonomia e a participação ativa da comunidade no processo de construção do conhecimento. A extensão vista a partir dessa perspectiva toma como pressuposto as relações que permeiam o mundo do trabalho e sua finalidade prática em atender necessidades específicas que desconstruir e superar as desigualdades sociais imposta pelo sistema capitalista em seu neoliberalismo.

Inclui-se também nessa análise da extensão Popular, como um “[...] trabalho social útil com a intencionalidade de transformação, direcionado aos setores sociais excluídos, a extensão popular realiza-se no conjunto das tensões de seus participantes em ação e da realidade objetiva” (Melo Neto, 2006, p. 48). Dessa forma enfatiza-se o aspecto da extensão ser realizada e relacionada diretamente ao contexto de ação de seus partícipes incluindo sua realidade concreta (Melo Neto, 2006).

No mesmo sentido, Prestes (1998, p. 5) reforça que: “são estas novas formas culturais, emergidas nos setores populares e voltadas a um tipo de produção setorizado que oferecem possibilidades de construção de iniciativas econômicas alternativas e inovadoras dos excluídos”. Dessa forma amplia-se a visão das comunidades como setores e populações privadas de direitos e excluídos da sociedade, e que por serem maioria tem reforçado suas lutas

em torno de soluções alternativas ao sistema excludente, através de “[...] ações educativas pautadas por princípios éticos definidos [...]” (Melo Neto, 2006).

Não obstante, a Extensão Popular permeada pelo diálogo de saberes é uma forma de valorização e reconhecimento da importância dos conhecimentos e saberes populares e tradicionais, que muitas vezes são ignorados ou desvalorizados pela academia. Segundo Melo Neto (2006, p. 40) para a desconstrução desse entendimento, que despreza os saberes populares,

a extensão busca atender as multiplicidades de perspectivas em consonância com os seguintes princípios: a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades da região; a universidade não pode entender-se como detentora de um saber pronto e acabado; a universidade precisa participar de movimentos sociais, visando à construção da cidadania.

A Extensão Popular construída nessa abordagem busca estabelecer uma relação horizontal entre os diferentes saberes, promovendo o diálogo e a troca de experiências entre a comunidade e os acadêmicos.

Consequentemente, a Extensão Popular se baseia em uma abordagem crítica, ao promover a democratização do conhecimento, e participativa, no sentido de mobilizar os sujeitos na transformação social por meio do diálogo e da reflexão crítica. Melo Neto (2006, p. 47) destaca a importância da extensão baseada nesse giro epistemológico de concepção, em que a mesma,

ao assumir a dimensão do popular, o conceito de extensão passa a considerar as dimensões fundantes do adjetivo como a origem e o direcionamento das questões que se apresentam; o componente político essencial e norteador das ações; e, com especial destaque, o popular expresso por metodologias que apontem encaminhamentos de ações, acompanhadas de seus aspectos éticos (diálogo, solidariedade, tolerância, coletivo...) e utópicos (autonomia, liberdade...) que, para os dias de hoje, tornam-se uma exigência social.

Do exposto acima infere-se que a Extensão Popular se constitui como ferramenta importante no processo de dar vez e voz aos sujeitos, ao serem desafiados a problematizar sobre sua própria realidade.

Essa prática se mostra fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que a educação e o conhecimento sejam acessíveis a todos. Através da Extensão Popular, por meio de suas práticas e ações coletivas sem finalidades assistencialistas pode-se vislumbrar alternativas de transformações sociais da realidade. Segundo Melo Neto (2006),

entende-se a Extensão Popular como uma prática que busca a transformação social por meio da ação coletiva e da participação ativa da comunidade.

A Extensão Popular não é qualquer coisa, ou seja, resumida a uma atividade básica, mas sim uma prática compreendida e relacionada a um contexto mais amplo. Contexto esse marcado por lutas sociais pela democratização do acesso ao conhecimento protagonizado e produzido pela classe popular. Para Melo Neto (2006, p. 47),

[...] ao se pensar a extensão popular, exige-se uma definição que passa por movimentos dialéticos intrínsecos ao próprio conceito, inserido no marco teórico da tradição do fazer extensão, sendo urgente a atualização dessas ações para as novas exigências que são postas a essas maiorias marginalizadas.

Nesse sentido enfatiza que a extensão popular não pode ser vista apenas como uma forma de transferir conhecimento da academia para a comunidade, mas sim como uma prática que busca a construção conjunta do conhecimento e a valorização dos saberes populares.

Para além dessa abordagem, podemos entender os aspectos que destacam a importância da reflexão construída de forma crítica e dialógica, como um elemento fundamental da Extensão Popular. Afirma a necessidade de buscarmos a transformação social que promovam a justiça e a igualdade (Melo Neto, 2006).

A construção dessa igualdade não seria em si um ato mecânico, promovido pelo Estado e simplesmente pela realização das ações de extensão, que materializam o cumprimento da função social da universidade. Ao complementar o ciclo da relação entre universidade e comunidade, Melo Neto (2006, p. 44, 45-46) chama a atenção para esse ato mecânico da extensão dura, engessada e desconectada da realidade, mas apontando soluções e, que aos poucos abre espaço para novas forma de extensão quando,

O produto da extensão, mesmo que seja o conhecimento, tem valor de mercadoria. Mas essa produção de mercadoria não acontece de forma espontânea ou mesmo arbitrária. Extensão, como trabalho social útil com a intencionalidade de conectar o ensino e a pesquisa, passa a ser agora exercida pela universidade e por membros de uma comunidade sobre a realidade objetiva. É, portanto, um fenômeno educativo com um conteúdo pedagógico derivado de questões da realidade social. Também é prestadora de serviço sem ter essa finalidade. Pode, ainda, realizar alguma assistência sem se tornar uma política compensatória assistencial.

Ao mencionar o termo acima podemos perceber uma abertura conceitual no conceito de extensão abrindo possibilidades de mobilização, transformação social, produção de conhecimentos e diálogos com as comunidades para transformação, dando introdução ao termo

Extensão Popular. Destaca, sobretudo, a centralidade de todo o processo ao colocar como protagonistas da ação os sujeitos, seus territórios e saberes por eles produzidos, e assim relacionar os saberes pelas metodologias da Extensão Popular.

Esse é um dos diferenciais e singularidades da Extensão Popular que marcam a realização da prática extensionista preocupada principalmente com as especificidades dos sujeitos. Não se trata de colocar em segundo plano os saberes da universidade, mas de criar estratégias que possibilitem o diálogo entre os diferentes saberes que marcam essa relação de produção do conhecimento (Melo Neto, 2006).

Melo Neto (2006) também destaca a importância do diálogo na Extensão Popular, ao afirmar a necessidade de estabelecer um diálogo horizontal entre os diferentes saberes e experiências, onde busca-se construir um conhecimento coletivo que seja capaz de transformar a realidade.

Assim sendo, a Extensão Popular é uma prática que deve estar a serviço das demandas e necessidades da comunidade, colocando na centralidade da proposição e realização das ações os sujeitos que compõem os territórios nos quais se realizam a prática extensionista, e não apenas dos interesses da academia (Melo Neto, 2006).

Uma das principais características da extensão popular, de acordo com Melo Neto (2006), é a participação ativa da comunidade no processo de construção do conhecimento. Segundo Melo Neto (2006), a Extensão Popular tem como principal objetivo criar um canal de diálogo entre o conhecimento produzido na universidade interligando-se com a comunidade, numa relação de trocas de saberes. Melo Neto (2006, p. 7-8) constata que nessa relação:

[...] busca-se a perspectiva de ações acadêmicas com a sociedade, no sentido de melhor equacionamento do ensino e da pesquisa com a realidade. Atividade de extensão que não só repassa o conhecimento universitário às pessoas ou comunidades, como também, absorve os seus ensinamentos. Neste sentido, pode-se falar da extensão popular como expressão daquele tipo de projeto que contribua com a organização das pessoas e da própria universidade, na perspectiva da aprendizagem mútua de cidadania que seja crítica enquanto propositiva e promotora de ações, mantendo os sonhos de uma sociedade inteiramente banhada pela justiça.

Além disso, essa abordagem também busca defender e aceitar os saberes populares e tradicionais, muitas vezes ignorados ou desvalorizados pela academia. Dessa forma, a extensão popular se torna uma prática de mão dupla, em que a troca de experiências e saberes é constante.

Para compreendermos a Extensão Popular faz-se necessário um recorte da sua trajetória histórica abordando as características e concepções metodológicas que foram dando corpo e

movimento ao seu processo de produção do conhecimento até a sua efetivação institucional. Acontecimentos que tem como foco principal a transformação da forma de se pensar e realizar os processos formativos dentro e fora dos contextos universitários com a adoção de novas metodologias de ensino aprendizagem. Essa compreensão passa pelos aspectos históricos e conceituais da Educação Popular, pois a Extensão Popular fundamenta-se em suas epistemologias e maneiras de construção do conhecimento de forma interdisciplinar e em permanente relação com a comunidade (Cruz; Botelho, 2017, p. 196).

Sobre essa relação entre desafios e possibilidades de realização da Extensão Popular no espaço acadêmico Cruz e Botelho (2017, p. 196) consideram que:

Nos dias de hoje, pensar criticamente sobre a produção do conhecimento implica um olhar sobre os obstáculos com os quais se depara o fazer acadêmico, sobretudo no que diz respeito à construção de conhecimentos para transformar a sociedade. Para isso, é necessário um esforço reflexivo acerca da sociedade, suas contradições e interfaces com a universidade, particularmente na extensão e na pesquisa.

A extensão universitária na perspectiva popular, vista por este prisma, tem como princípio fundante a participação ativa dos sujeitos em todos os espaços através da pesquisa, sistematização e ação para a transformação. Essas características são bases que configuram e conferem à Extensão Popular o seu compromisso ético com as classes, popular e trabalhadora, na missão de desenvolver processos de (re)existência e lutas contra toda e qualquer forma de opressão e fortalecimento dos territórios.

Nesse sentido, sobre essas especificidades, é importante frisar os elementos de diferenciação e compreensão da visão de Extensão Popular. Assim como a dicotomia do popular, criada em torno da Educação Popular, nem todas as configurações de extensão na universidade vão de encontro com as perspectivas de Extensão Popular. Desta forma são edificadas diferentes narrativas que se misturam ao conceito de Educação Popular e por conseguinte, na definição de Extensão Popular. Acrescentar nesse esforço de compreensão às categorias, levando em consideração, as dimensões filosóficas da Educação Popular são importantes para se compreender também as suas intencionalidades a partir de suas epistemologias.

A respeito dessa estreita relação entre Extensão Popular e Educação Popular Assumpção e Leonardi (2016, p. 443) afirmam que:

[a] [...] entrada da Educação Popular na universidade, se configura como uma possibilidade concreta de estar com os setores populares, através do esforço e desejo de dialogar com esses sujeitos. A extensão, quando realizada na perspectiva da Educação Popular, busca a construção de ações geradoras de leitura de mundo, capacidade crítica e emancipação. Os resultados são identificados no processo, na constante formação, construção e transformação da realidade e dos sujeitos envolvidos.

A extensão pensada sob o ponto de vista assistencialista defende um sistema projetado para manter as bases de sustentação do capital com uma forma de realização que prioriza momentos de transmissão do conhecimento. A trajetória de modernidade do estado brasileiro reforça a ideia de se ter a extensão onde os conhecimentos são transmitidos ao invés de promover a coletividade, quer seja na universidade ou nos contextos fora dela.

É na prática a confirmação da visão utilitarista incorporada à extensão juntamente com uma forte tendência de um pragmatismo baseado no individualismo e afirmação de um certo imediatismo que a extensão precisa ter, na visão capitalista, para se alcançar bons resultados. Em movimento contrário à essa lógica Soares (2021, p. 246) considera “[...] que a Extensão Popular pode atuar como possibilidade promotora da problematização, para a reconfiguração e recriação de uma outra forma de pensar, compreender e agir no e com o mundo, em vista de transformá-lo”. Em especial “porque o conhecimento crítico e emancipatório, só pode ser construído por meio da práxis” (SOARES, 2021, p. 246).

Há nesse sentido um ambiente de disputas por um projeto de extensão definido por visões antagônicas com relação às intencionalidades. De um lado temos a invisibilidade do campo social, a confirmação de um projeto hegemônico de extensão. De outro temos a Extensão Popular como possibilidade de construção de novos conhecimentos capazes de despertar a criticidade para se compreender a realidade e, a partir dessa compreensão promover a equidade social sem, contudo, criar uma perspectiva de extensão salvacionista.

Sobre esse ponto de vista a respeito da extensão popular na universidade Cruz e Botelho (2017, p. 197) asseveram que:

A Extensão se depara com inúmeros desafios, com os quais conquistou vários avanços. Muitos obstáculos, porém, permanecem em uma medida que necessita de algumas reflexões sobre como igualar nossos discursos às nossas práticas. Atualmente, pode-se dizer que uma das lutas da Extensão é firmar-se como a relação entre a universidade e a sociedade. Porém essa sociedade não é qualquer uma, mas uma sociedade permeada por contradições e situações de injustiça dos pontos de vista social, econômico e político.

As lutas dos movimentos sociais e de pesquisadores da Educação Popular tem se destacado ao desencadear embates por políticas públicas para a concretude da Extensão Popular. Segundo Soares (2021, p. 244) “[...] as experiências brasileiras desenvolvidas no final da década de 1950, e, ao longo das décadas seguintes (como a do MCP, do MEB, entre outras), foram fundamentais para exercer influência política e pressionar na exigência de mudanças”. É também uma forma de intervenção orgânica e peculiar dos movimentos sociais e pesquisadores que buscam provocar o debate e reflexão sobre as questões envolvidas nos processos de lutas pela Extensão Popular.

Percebemos nos dois movimentos duas estratégias importantes na luta contra a opressão que estamos buscando reunir num esforço de compreensão das contribuições da Educação Popular e da Extensão Popular e suas metodologias para transformação da realidade social. Dessa forma trazemos para o protagonismo os sujeitos e “[...] as lutas populares” que, nesse sentido, “seriam também parte significativa dos objetos de pesquisa e de ensino e dos trabalhos sociais da extensão. Considerando a realidade em permanente movimento, a valorização das lutas populares teria sentido ao reforçar a capacidade acadêmica de encontrar seu papel (Cruz; Botelho, 2017, p. 200).

Temos assim duas dimensões expressadas que podem ser incorporadas à extensão: a primeira diz respeito aos processos formativos desenvolvidos pelos movimentos sociais e pesquisadores para o próprio movimento e a sociedade; a segunda é a dimensão prática da atuação que resulta em um processo de formação bem como um processo de conscientização.

As perspectivas neoliberais na educação seguem os princípios defendidos pelas propostas de intervenções pontuados por organizações como UNESCO, Banco Mundial, UNICEF. Essas intervenções em sua grande maioria são financiadas pelo Banco Mundial e outras grandes instituições financeiras onde as intervenções promovidas pelo Estado caminharão mais alinhadas às políticas neoliberais. Uma das consequências dessas interferências políticas na educação representou uma forte resistência ao processo de institucionalização da Educação Popular e de certa maneira na Extensão Popular.

Em seu processo de institucionalização a Educação Popular assumiu diversas vertentes de organização no início desse processo aglutinando as ideias de diversos pensadores. Mesmo assim essas ideias não podem ser encaradas como únicos ideais basilares da Extensão Popular na universidade.

As discussões em Educação Popular envolvem a compreensão dos eixos centrais empreendidos em seus processos de formação representados por teoria, metodologia e intencionalidade. São os elementos considerados fundamentais na Educação Popular para se

realizar um processo que envolve sistematização, prática educativa e direcionamento específico para uma formação comprometida com os anseios das classes populares. A Extensão Popular por sua vez deve incorporar esses aspectos em sua dimensão dialógica de seus processos (Melo Neto, 2015).

A dimensão da alternatividade, representa a possibilidade de chegar às instâncias do Estado e desenvolver ações voltadas para as classes populares e pensar soluções para seus problemas. A Extensão Popular institucionalizada é um elemento importante para essa discussão porque ela abre diversas possibilidades de transformação da forma de fazer educação e pesquisa, no fazer extensionista e, de educar nos diversos contextos dentro e fora da universidade. A Extensão Popular amparada pelas instâncias do estado pode assim concorrer como projeto de educação e disputas por políticas de educação que não sejam compensatórias e reprodutoras das desigualdades.

A compreensão da relação entre cidadania, movimentos sociais e Educação Popular é também uma pauta relevante no debate sobre educação para as classes popular e trabalhadora. Ela reflete sobre como os movimentos sociais se apropriam dos preceitos da educação para empreender suas lutas pelo reconhecimento de direitos e acesso às políticas públicas, temática pertinente aos interesses da Extensão Popular. Segundo Cruz e Botelho (2017, p. 201) concordando com a ideia de extensão popular desenvolvida pelo Professor Ivandro revelam a importância dos movimentos sociais para:

Uma universidade que traz as lutas populares como seu objeto fundamental tem a extensão como ponto de partida. Mas não qualquer extensão, tampouco uma extensão apêndice (composta por diversificados projetos e propostas que não dialogam nem se comunicam e sequer foram construídos com base na realidade e nos limites da vida e da organização social).

Muitas das conquistas e avanços no campo da Extensão Popular estão ligadas a atuação dos movimentos sociais em suas lutas e enfrentamento das situações de negação da educação como direito. Sem perder de vista a realidade da conjuntura política as lutas são realizadas em parceria com a comunidade de pensadores da Educação Popular. Às vezes pensamos que a defesa dessa perspectiva de educação parece ser fechada a seu próprio interesse, que em certa medida precisa ser, mas se converte em luta e interesse coletivo quando os objetivos a serem alcançados se materializam pela realização de um processo de equidade social.

A concepção da perspectiva de educação de Paulo Freire tem entre os seus aspectos a esperança, a amorosidade, que são elementos presentes no cristianismo, aparecerão no pensamento freiriano, contudo sem renunciar a uma educação crítica e dialógica. A criticidade

corresponde ao estabelecimento de uma condição de construção do conhecimento que supera a perspectiva do senso comum. Capacidade que uma vez atingida pelo sujeito desenvolve a curiosidade em problematizar e transformar o mundo à sua volta.

É importante uma educação pautada na realidade concreta enxergando as situações e causas da opressão e lutando para superá-la com estratégias de enfrentamento a partir da interpretação e compreensão da conjuntura da realidade. A relação do pensamento freiriano em educação, que foi pensada em seu contexto específico, até hoje traz importantes contribuições para se transformar a educação na contemporaneidade.

Tomemos como exemplo da relação do pensamento freiriano com a extensão universitária e a Educação Popular a partir da obra de Freire (1987): *Extensão ou Comunicação* pontua diversas questões sobre o seu pensamento a respeito da forma e estrutura em que se realiza a extensão, em alguns casos, e qual a sua proposta para uma forma de extensão que rompe com a perspectiva de transmissão do conhecimento promovido pela extensão assistencialista.

O questionamento do caráter de cientificidade das pedagogias da Educação Popular, por muitos teóricos, não se sustenta porque já está mais do que comprovado que existe uma relação clara entre teoria e prática, pesquisa e ação para desenvolver os seus processos formativos. A busca constante pelo diálogo entre os diversos saberes é também outro elemento que confirma um caráter de cientificidade à Educação Popular. Não são metodologias colocadas sem um propósito ou uma breve observação de cada experiência e diálogos para a construção de novos conhecimentos e formação, são ideias problematizadas a partir de metodologias próprias.

Sendo assim a Extensão Popular na apropriação das práticas educativas da Educação Popular para a sua realização converge para se pensar a transformação dos contextos locais em diálogo com os diversos saberes produzidos nas comunidades e na universidade. Com essa terminologia, “[...] a extensão popular vem se constituindo como o primeiro passo de uma longa trilha de trabalhos dedicados à qualificação daquilo que é público, da defesa dos direitos sociais e empreendimentos solidários para a superação das desigualdades” (Cruz; Botelho, 2017, p. 205).

Para tanto, a discussão sobre a extensão nesses moldes relaciona-se numa perspectiva de libertação com base nas classes populares da América Latina, nas abordagens sobre o conceito de colonialidade e descolonização dos saberes. A qualificação da classe trabalhadora não deve se confundir e nem concordar com a perspectiva para se adequar ao processo de exclusão. Essa qualificação pela Educação Popular e extensão também popular deve criar possibilidades de reagir aos processos de opressão.

Essa discussão passa diretamente sobre a composição do Estado no papel de mediador e executor das políticas públicas. Não perder de vista essa discussão entre os diferentes grupos que passam a compor um governo democrático progressista passa a ser fundamental para ampliação do espectro de abrangência da educação e Extensão Popular.

Embora tendo a certeza de que nem todas as metas possam ser alcançadas, essa possibilidade representa um marco importante porque é uma forma de ocupar espaços nas instâncias públicas que garantem a efetivação dos projetos em educação e Extensão Popular. É uma forma de compor o Estado propondo transformações e políticas públicas numa perspectiva progressista de classe popular.

## **2.5 Aspectos conceituais sobre Descolonialidade e Decolonialidade**

### **2.5.1 Descolonialidade: um processo de rupturas a partir do Sul global**

Quando falamos em descolonialidade busca-se demonstrar que os fatores condicionantes, para se pensar uma ruptura com os saberes cientificamente canonizados e constituídos como conhecimentos válidos tem sua gênese fundante no paradigma contra-hegemônico sul-americano. Considera-se assim que a partir de um paradigma europeu de ciência hegemônica invisibilizou saberes de outras culturas negligenciadas ou classificadas como culturas desprovidas de aspectos civilizatórios, como classificaram os colonizados.

A perspectiva descolonial de ciência na América-Latina tem suas raízes históricas fundadas numa possibilidade de reorganização das teorias do conhecimento ligadas a um processo de desmembramento de todas as formas de dominação impostas pela colonização. Seu surgimento está ligado a uma nova concepção de construção de um projeto de igualdade pontuados por valores e conhecimentos locais, tradições e filosofias constituídas a partir da realidade do Sul global, numa concepção de valorização do saber popular (Dussel, 2005).

O termo descolonial vai sendo gestado dentro do próprio movimento de pesquisadores latino-americanos Modernidade/Colonialidade (M/C) como consequência dos debates e discussões sobre as possibilidades de construções de vias alternativas na superação dos processos de desigualdades deixados pela colonização. Essa matriz epistemológica e estratégica tem uma ênfase maior em um processo descolonizador pelas rupturas com todas as formas de colonialismo e pensamentos que ocultam essa realidade e não a problematizam (Sousa, 2021). Não obstante, Sousa (2021, p. 180) contextualiza um pouco sobre essa perspectiva no sentido de indicar sua importância para os contextos subalternizados pela colonização afirmando que:

o descolonial como rede de pesquisadores é recente, todavia, essa caracterização do grupo não deve reduzi-la a isto. Além de projeto acadêmico, o descolonial é uma prática de oposição e intervenção protagonizada desde o primeiro sujeito do sistema mundo moderno/colonial que ocorreu com a invasão da América em 1492, início da Era do Sexto Sol, de acordo com a cosmovisão indígena.

Essa imposição e classificação veio a ser o pensamento difundido enquanto também se difundiam a dominação sobre ancestralidades de culturas no Sul do Mundo, como ocorrido nas Américas, África e Ásia, sobretudo, contra populações consideradas inferiores, como povos originários e negros, que por serem considerados inferiores deviam então ser estes a propiciar os privilégios da colonização em regime de servidão escravocrata.

Problematizar a descolonialidade é perceber a construção de um paradigma descolonial de ciência que discute a centralidade do conhecimento numa perspectiva a partir de novos conhecimentos e realidades construídas em outro contexto diverso e plural forjados por culturas ancestrais anteriores ao processo de dominação. No pensamento descolonial a centralidade do conhecimento é levada ao extremo para assim problematizar e definir que outras culturas, outros sujeitos produziram e produzem conhecimentos constituídos a partir de outras matrizes.

No contexto africano temos indicativos dessa percepção de dominação no contexto das lutas argelinas por democracia descritas por Fanon (1968, p. 176) evidencia que:

É bem verdade que os grandes responsáveis por essa racionalização do pensamento, ou pelo menos das tentativas de pensamento, são e continuam sendo os europeus que não cessaram de opor a cultura branca às outras inculturas. O colonialismo não julgou necessário perder tempo em negar umas após outras as culturas das diferentes nações. Por isso a resposta de colonizado será naturalmente continental.

Assim sendo há um entendimento de que é necessário uma de(s)centralização condicionada na afirmação de construção de conhecimentos produzidos em outras realidades fora do sistema dominante europeu, que possam libertar as culturas, silenciadas pelo processo colonizador. Ao mesmo tempo em que se discute a ideia de centralidade ela é perpassada pelas relações conflituosas, que confundem as massas em seus momentos decisivos de tomadas de decisão. pronunciam um modo de produzir conhecimentos genuínos no sistema Sul do Mundo, por estarem reivindicando as origens de produção do conhecimento.

Se olharmos por outro prisma percebe-se que não se trata de reivindicar as origens de produção de conhecimentos definindo a América-Latina como centro, pois nele, ou seja, no

pensamento descolonial reside primeiramente a ideia de se colocar os sujeitos como detentores de conhecimentos que foi historicamente produzido e compartilhado com as gerações precedentes. Daí reside sua crítica ao processo devastador da colonização que em sua ânsia insaciável por recursos naturais a serem convertidos em valores econômicos destruiu e silenciou culturas e povos ancestrais como a dos Astecas, Maias e Incas na América-latina e africanas para a garantia de mão de obra escravizada.

Para desconstruir essa crítica pensa-se, primeiramente, que se o pensamento descolonial estiver concentrado na disputa para se definir um determinado território como sendo o ponto de partida de conhecimentos para se compreender as transformações sociais estaria, assim, produzindo-se um processo de recolonização pelo campo dos saberes. A ideia de romper com o pensamento e paradigma europeu passa diretamente pela compreensão da forma como se estruturou o conceito de verdade absoluta e cientificidade atribuída aos conhecimentos do Velho Mundo, que teve como motor expansor o processo de colonização.

Pensar em outra possibilidade e construção de estratégias para superar o efeito devastador da colonização, no pensamento descolonial, se assenta na ideia de não mais reproduzir os modos e conhecimentos impostos enquanto os colonizadores desenvolviam seu processo de dominação que se estenderam também para o campo do conhecimento pela imposição de uma cultura em detrimento de outras.

Para os pensadores que problematizam a partir desse paradigma um dos pontos cruciais é a educação que se estabeleceu nesses contextos marcados pelos valores e pensamentos da colonização que permanece até os dias atuais. Afirma-se ainda que sequer superou-se a colonização, pois a todo tempo ela se renova sobre a forma de neocolonialismo e persiste na atualidade sob a forma de intervenções no Estado, controle sobre as políticas públicas, principalmente de educação, que passam a ser implementadas conforme as necessidades da classe dominante. Para Fernández Mouján, Silva Carvalho e Ramos Júnior (2020, p. 16) ao abordar sobre a descolonialidade e seus desafios nessa caminhada por transformações,

O outro caminho possível são as produções (que se iniciam em 1992 na América Latina e o Caribe) a partir da perspectiva da colonialidade. A descolonização (os representantes dessa corrente) pensariam num duplo sentido: epistêmico (descolonizar o saber) e político (descolonizar a autoridade-estado e a economia).

Romper com o paradigma eurocêntrico passa também pela desconstrução dos sistemas patriarcais que se nutriu desse processo colonizador e está presente em todas as esferas da sociedade. Em grande parte, o pensamento descolonial reafirma um conceito de produção de

conhecimentos, de se desvincular dos sistemas dominantes europeus de hierarquias de conhecimentos e afirmação, principalmente, de um conceito pontuado na libertação e respeito aos saberes populares. Pensa-se assim, uma construção de perspectiva descolonial de educação, que coaduna com os princípios da Educação Popular, quando evidenciamos as construções de suas bases fundantes amparadas e empenhadas na compreensão e superação de aspectos e resquícios comuns do colonialismo. Além da compreensão são construídas possibilidades de ações planejadas para mudar a realidade concreta, seja ela dada por natureza ou imposta por grupos hegemônicos.

O pensamento numa perspectiva descolonial é uma concepção epistemológica com metodologias desenvolvidas por meio da compreensão e socialização de conhecimentos historicamente produzidos pela ancestralidade dos povos originários. É entendido como portador de uma filosofia própria, em seu aspecto primitivo/originário, com a compreensão no campo da cosmovisão por meio dos saberes ancestrais, problematizados posteriormente, no campo das pedagogias e metodologias por meio das contribuições e estudos desenvolvidos por pensadores latino-americanos.

Conforme demonstra Barbosa (2019, p. 16), nessa relação com os conhecimentos ancestrais na América Latina,

Os mitos fundacionais constituem referentes centrais na conformação de uma identidade cultural e política, materializando-se na narrativa educativo-política da resistência protagonizada pelos movimentos indígenas da América Central, particularmente na Guatemala e no México. Para ilustrar essa afirmativa, vejamos dois exemplos expressivos da apropriação educativo-pedagógica e política do Popol Wuj na história recente latino-americana: o Levantamento Armado Zapatista, no México, e o movimento de resistência Maya da Guatemala.

Contribuições que possibilitaram descobertas significativas no campo epistemológico e científico, como o surgimento do campo de conhecimentos da Educação Popular como uma nova perspectiva educacional dentro da área de educação, com suas metodologias e pedagogias próprias. Sendo assim podemos caracterizar a Educação Popular como campo de disputa do conhecimento, porque educação é a ciência mediada pelo conhecimento humano através de vivências e experiências construídas nos múltiplos espaços de produção do conhecimento.

Para evidenciar melhor a contribuição do pensamento latino-americano formulado a partir das contribuições epistemológicas de pensadores da América Latina Streck; Moretti; Adams (2019, p. 09) destacam, a título de exemplificação e reconhecimento, as contribuições de Paulo Freire, considerando que:

A América Latina tem sido, ao longo de sua formação, um importante lugar de produção pedagógica intimamente relacionada com o contexto sócio-histórico. A obra de Paulo Freire, reconhecida internacionalmente, pode ser considerada um marco recente da consolidação dessa produção. Freire não apresenta apenas uma crítica ao colonialismo e suas consequências em termos de dependência estrutural, mas ele procura desvendar os meandros da desumanização engendrados pela opressão para, a partir disso, dar forma e conteúdo à pedagogia do oprimido, pedagogia esta em realidade forjada na luta do oprimido pela sua libertação, descobrindo-se como sujeito de seu destino histórico.

O contexto dessas lutas por direitos na América Latina se constituiu também como campo teórico de problematização entre diversos pensadores no intuito de refletir sobre estratégias de resistência contra a opressão. Sendo assim, corroborando com Streck; Moretti; Adams (2019, p. 09) “[...] descolonizar implica a luta incessante pela humanização. Assim, aproximando a pedagogia do oprimido a uma ideia de pedagogia descolonial, ambas se apresentam como um movimento aberto e permanente ante as “situações limites [...]” que estão presentes na realidade dos oprimidos subjetiva e objetivamente.

A explicação de Fanon (1968, p. 175) procura expor a sobreposição de um sistema colonial sobre as populações colonizadas pelo estabelecimento de uma condição perturbadora que impede qualquer forma de se pensar em estratégias de superar as marcas do colonialismo,

Talvez não tenha sido suficientemente demonstrado que o colonialismo não se contenta de impor sua lei ao presente e ao futuro do país dominado. Ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o. Essa tarefa de desvalorização da história do período anterior à colonização adquire hoje sua significação dialética.

O colonizado toma para si valores da colonização como a violência para se promover um processo revolucionário de libertação, tomando outro valor que é centrar essas possibilidades na figura de um líder. Nesse ponto o pensamento de Fanon (1968) se aproxima do pensamento descolonial de ruptura por entender que essa revolução seria possível se os colonizados se libertarem primeiramente de todas as formas de dominação do passado colonial, que se manifesta nos colonizados na ânsia de mudar as coisas sob essa forte influência perturbadora que impede o rompimento com a lógica eurocêntrica.

### 2.5.2 Decolonialidade do saber: perspectiva decolonial de ciência

Discutir sobre o pensamento decolonial na América Latina passa diretamente por questões relacionadas ao processo de colonização desempenhado pelos países europeus em suas investidas desbravadoras, que se configuraram em dominação no campo econômico e científico. Decolonizar está circunscrito também ao âmbito do conhecimento, no combate à hegemonia dominante europeia no campo do saber (Quijano, 2005). Ao confrontar o pensamento europeu compreende-se que em outros contextos, como o latino-americano a partir de suas realidades e saberes historicamente constituídos desde os povos originários ergue-se uma crítica fundante originária da periferia para o centro global promovidas por outras racionalidades distintas daquela perpetuada pela colonização (Dussel, 2005).

Segundo Dussel (2005, p. 28), essa discussão passando, principalmente, pelo campo social, questionando padrões econômicos do capitalismo perpetuado na modernidade, é confrontado por uma renovação epistemológica crítica que vem problematizando essas questões pois,

A Modernidade, como novo “paradigma” de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, surge ao final do século XV e com a conquista do Atlântico. O século XVII já é fruto do século XVI; Holanda, França e Inglaterra representam o desenvolvimento posterior no horizonte aberto por Portugal e Espanha. A América Latina entra na Modernidade (muito antes que a América do Norte) como a “outra face”, dominada, explorada, encoberta.

A partir do exposto vimos que, a colonização como um acontecimento histórico, trouxe uma série de implicações e transformações mundiais nas diversas esferas da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e, sobretudo, educacionais. Se constitui também como momento de dominação, imposição de cultura, menosprezo pelos saberes tradicionais historicamente construídos.

Geograficamente a colonização resultou em processos que impuseram ao resto do mundo uma divisão entre centro e periferia. Essa divisão toma como ponto central a Europa formada até então pelas civilizações que ao longo da história acumularam riquezas usurpadas das civilizações e países colonizados, o que possibilitou certo grau de domínio no campo científico e produção do conhecimento através de um paradigma (Mingnolo, 2003). O surgimento de um movimento contrário e problematizador do paradigma europeu formado pela perspectiva decolonial vem renovando essa crítica como forma de transformar o campo das

ciências sociais, o que caracteriza um processo de renovação do campo do conhecimento, pela mobilização de pesquisadores na América Latina no século XXI, fortalecida desde o final da década de 1990, sobretudo pela criação do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) (Suess; Silva, 2019. p. 4).

Problematizando um pouco mais sobre aspectos da decolonialidade Suess e Silva (2019, p. 6) fazem algumas referências interpretativas sobre intencionalidades do pensamento decolonial, para se compreender um dos postos-chave que diverge dos entendimentos da descolonialidade, pois:

O movimento faz uma intensa crítica à modernidade e à racionalidade, que foram imaginadas, até então, como experiências e produtos, exclusivamente europeus. Não se trata de rompimento, mas de reivindicar que a modernidade também é, e pode ser, fruto de todas as culturas, não apenas europeia ou ocidental. Além disso, reivindica que as ideias de novidade, avanço racional-científico, laico e secular também podem ser apropriadas por outros movimentos, outros sujeitos, outros espaços.

Nesse ínterim o pensamento decolonial parte de outras realidades para assim questionar a centralidade do conhecimento tida como um evento exclusivamente restrito à Europa, que se difundiu para outras culturas, tidas como periféricas (Mingnolo, 2003). Em razão da expansão das fronteiras marítimas europeias teria então ocorrido uma espécie de primeira globalização pelas vias da colonização (Dussel, 2012; Quijano, 2005).

Dussel (2005, p. 29) descreve um pouco sobre algumas consequências desse processo em (07) sete conceitos-chave, dos quais trazemos (05) cinco para problematizar sobre essa dominação que se constituiu desde a colonização e perdura atualmente de forma que seus resquícios aparecem o tempo todo manifestado, sobretudo, por um pensamento conservador e negador da existência de outras racionalidades na produção de conhecimentos. Sendo assim Dussel (2005) considera que:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de

serem holocaustos de um sacrifício salvador (o Índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera) [...].

Como consequência desse acúmulo desenvolvem a possibilidade de domínio nos diversos campos da ciência através do acúmulo de conhecimentos impulsionados por uma necessidade de expansão de suas fronteiras comerciais em virtude de uma intensa pressão demográfica, revoluções, guerras e acontecimentos de ordem religiosa. Há nesse sentido uma outra característica que tornará possível a expansão de suas fronteiras comerciais para além de suas pretensões, que se consolidaram na espoliação de recursos naturais nas civilizações ocidentais, sobretudo da América Latina e, posteriormente, no que vem a se constituir como país, Brasil.

Eventos dessa magnitude são constatados como grandes acontecimentos por marcarem pontos de rupturas e construção de novas organizações econômicas e sociais. Mas deixam as suas marcas perversas sob a forma de alienação que se estendem para além dos interesses econômicos e se constituem como formas de dominação no campo do conhecimento, estabelecendo uma relação de superioridade dos conhecimentos do norte em relação aos conhecimentos do sul do mundo.

Sendo assim, Dussel (2005, p.29) evidencia alguns aspectos da influência do pensamento moderno que em processo de domesticação, que nega a existência e importância de outras fontes de conhecimento bem como a importância de conhecimentos primários antecessores a formação dos saberes científicos, quando considera que:

Se a Modernidade tem um núcleo racional *ad intra* forte, como “saída” da humanidade de um estado de imaturidade regional, provinciana, não planetária, essa mesma Modernidade, por outro lado, *ad extra*, realiza um processo irracional que se oculta a seus próprios olhos. Ou seja, por seu conteúdo secundário e negativo *mítico*, a “Modernidade” é justificativa de uma práxis irracional de violência.

A centralidade do conhecimento europeu foi por muitos séculos o ponto de partida e chegada para se constituir o conceito de verdade e caracterizar o saber científico como válido (Quijano, 2005). Mas rupturas e acontecimentos têm desencadeado eventos que questionam não só o padrão de critérios de cientificidade para tornarem os conhecimentos com notoriedade de valor, como também apontam para a construção de novos paradigmas de construção dos saberes, de novas formas de pensar e agir para transformar o mundo. Reforça-se que há em curso um movimento epistemológico que evidencia uma dualidade e problematização de

saberes com características e filosofias próprias do Sul que se diferem do padrão estabelecido pelo Norte.

### 2.5.3 Alguns pontos de aproximações e divergências entre Descolonialidade e Decolonialidade

Primeiramente, consideramos importante destacar que a nossa opção teórica para fundamentar as ideias relacionadas com essas duas correntes segue as concepções da Descolonialidade, por se tratar também de uma perspectiva adotada nas metodologias e problematizações da realidade nas atividades de extensão do projeto Universidade Popular, do qual faço parte como pesquisador e extensionista. Para além dessa opção, reconhece-se também a importância do entrelaçamento de ideias das duas perspectivas como alternativas à colonialidade. Justifica-se também a adoção desse conceito em práticas educativas descolonias para novos horizontes na atualidade, e que vem construindo experiências alternativas na problematização da realidade e criação de estratégias na superação dos efeitos da colonialidade.

Pode-se observar que em alguns aspectos o pensamento decolonial converge com as perspectivas do pensamento descolonial no que se refere aos modos como interpretam os efeitos devastadores da colonização ao problematizar sobre suas marcas em forma de opressão e dominação pela imposição de um paradigma. Por outro lado, a partir do exposto sobre os dois conceitos, anteriormente, percebe-se que eles divergem quanto à ideia de como combater essas desigualdades e efeitos perversos do colonialismo.

Para o pensamento Decolonial esse combate passa pelo estabelecimento de um processo de (re)existência que seja capaz de problematizar toda essa complexidade de eventos a partir do contexto da América Latina na afirmação de construção de uma outra racionalidade de conhecimentos diferente do padrão europeu, mas por um viés que não está centrado na ideia de rompimento, mas sim de ressignificações. A América Latina então seria fruto de uma modernidade, anterior por exemplo, do padrão europeu que se estabeleceu na América do Norte, reflexo do sistema europeu colonizador, tido como disseminador do conhecimento moderno como centro de referência a partir do norte global (Dussel, 2012).

No pensamento Descolonial as questões do campo social, econômico e políticos são tratadas com uma certa convergência em relação às formas do pensamento decolonial, no sentido de analisar os seus efeitos nos países então colonizados pelos europeus, quando disseminaram também o seu efeito dominador. Também se atém em discutir essas influências sobre os aspectos culturais, outro ponto discutido pelo pensamento descolonial em uma perspectiva de rompimento com o sistema dominante.

Ainda no que se refere à descolonialidade percebe-se que esta problematiza muito as questões relacionadas ao campo do saber. Por outro lado, reforça o espírito de renovação do pensamento em combate ao eurocentrismo, à dominação europeia pela hegemonia dos saberes. Esse combate passa prioritariamente por um processo de ruptura com o padrão europeu de ciência, que reivindica o Sul global a partir da América Latina e África como produtores de conhecimentos e cultura anterior à dominação europeia, Norte global, mas, contudo, sem se tornar um processo hegemônico, o que seria uma (re)colonização (Silva, 2017; Fanon, 1968).

#### 2.5.4 Práticas educativas descoloniais

As práticas educativas descoloniais tem a sua trajetória histórica enraizada na atuação dos movimentos sociais ligados às questões de interesse das classes populares na América Latina em suas frentes de lutas e demandas contra a opressão. As suas formas de mobilizações, contextualizadas junto a um processo de independência, foram aos poucos possibilitando a luta por direitos ligados à educação. A atuação e militância política de diversos autores latino-americanos desempenhou papel decisivo em várias frentes de enfrentamento às desigualdades, sobretudo educacionais e sociais (Streck; Moretti; Adams, 2019).

Uma dessas condições é o reconhecimento da opressão como forma de dominação, cujo pensamento descolonial tem buscado superar, na efetivação de novos horizontes e emancipação social. Como exemplos dessas pedagogias e novas racionalidades temos a sociologia sentipensante de Falls Borda (1981) e as concepções das epistemologias do sul em Santos (2006).

Reafirmam, respectivamente, a existência de um arcabouço teórico genuinamente latino-americano ou do Sul e as possibilidades de expressividade e comunicação por meio das relações de proximidade entre universidade, Educação Popular e movimentos sociais numa perspectiva de interconhecimentos. Muitas das práticas educativas descoloniais se espelham em pedagogias da Educação Popular e vem se constituindo a partir das lutas por uma educação emancipadora, como uma das condições necessárias na luta contra o colonialismo (Streck, 2010; Freire, 1987).

Por outro lado, as práticas educativas descoloniais têm se manifestado presente e em estreito diálogo com as pedagogias e fundamentos metodológicos pensados por autores e autoras do campo popular, de diversas regiões do globo e em específico da América Latina. As estratégias na adoção de práticas descoloniais na teorização sobre esse passado colonial coaduna com a perspectiva da transformação ação, sobretudo no campo social por uma

condição de equidade. Historicamente, a perspectiva das práticas educativas descoloniais representam forças sociais organizadas, que realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas de superação de condições adversas, impostas ou surgidas pela colonização (Dussel, 1977).

No Brasil, as práticas descoloniais, após sua inauguração desde os anos 1990, vem possibilitando uma discussão e questionamentos sobre sua evolução política e histórica do ponto de vista da colonialidade, papel fundamental para a perspectiva de mobilidade de saberes das classes populares em diversos espaços. Nas universidades as práticas descoloniais incidem nesse processo com a desconstrução do latifúndio do saber e ocupação dos espaços na produção de conhecimentos com metodologias e práticas educativas da classe popular.

Em sua gênese é comum se observar que estas práticas se manifestam como frutos oriundos da própria capacidade que desenvolveu, em questionar as realidades pré-estabelecidas, tidas como naturalizadas no próprio processo de colonização, que na visão do colonizador foi um encontro fruto de uma expansão para além-mar. Por muito tempo esse foi um pensamento difundido, que encobre a verdadeira face da colonização, como por exemplo, nos próprios relatos das chamadas cartas à colônia, onde descreviam que a terra então conquistada não era habitada por civilizações, como assim definiram os povos que aqui encontraram (Dussel, 1977).

As práticas educativas descoloniais se constituem como um conjunto de elementos de ordem educativa com finalidades específicas ao realizar um processo formativo com populações excluídas de direitos, em muitos casos provocados pelo processo de colonização que se acentua pela chamada colonialidade, do saber, do ser e que define padrões invisibilizando a face do outro enquanto detentor de cultura, conhecimentos e perspectivas de construção de uma nova realidade.

Nesse sentido é imprescindível “[...] que haja uma relação com a chamada filosofia dos povos pré-colombianos para embasar uma ótica do Sul não excludente. [...] para recuperar uma sabedoria oprimida e invisibilizada pela lógica da colonialidade” (Streck; Adams, 2012, p.249). Os autores trabalham o aspecto da polaridade do pensamento entre os conhecimentos do norte e do sul, para depois propor uma reflexão sobre essa polaridade com a possibilidade de superação do paradigma eurocêntrico, que predomina sobre a construção do conceito de verdade e da própria ciência como um todo. O paradigma de rompimento com essa proposta eurocêntrica, se fundamenta na construção de um novo a partir do pensamento descolonial.

Tem como campo problematizador a própria realidade do sujeito inserido em contextos de desigualdade, e a partir da construção de uma concepção de libertação tem se empenhado em desvelar uma percepção dessa condição opressora e possibilitar estratégias de construção

de uma equidade social (Freire, 1987; Fleuri, 2019). As práticas educativas descoloniais tomam como referências principais os trabalhos já conhecidos de autores e autoras que tem se juntado às perspectivas do grupo Modernidade/Colonialidade na América Latina (Dussel, 1977, 2005; Quijano, 2005; Mingnolo, 2003).

Alguns aspectos deixados pelas experiências dos movimentos sociais e sua atuação deixaram um legado importante e aprendizados que atualmente fazem parte das estratégias das práticas educativas descoloniais. Dentre eles estão a forma de como os pensadores e educadores, que se utilizam dessas práticas, apreendem e compreendem a realidade como uma condição possível de intervenção do sujeito numa perspectiva de construção de novas identidades, novas formas de produzir conhecimentos.

Na ditadura brasileira, as lutas no contexto opressor de 1964 a 1985, os Movimentos Sociais exerceram o seu papel de combate à opressão, mobilizações que também deixaram um legado a ser adotado e problematizado pelas práticas descoloniais. A organização e mobilização dos excluídos em torno de ideias na busca de melhores condições de vida remete a se pensar em aprendizados, metodologias e práticas para se desenvolver essa estratégia de resistência ao sistema, também se constituíram em material rico em conhecimentos a serem utilizados em décadas posteriores, numa visão descolonial (Streck, 2013).

De forma contextualizada com a conjuntura política, as lutas camponesas organizadas a partir de um movimento coletivo promoveu mobilizações para enfrentar a ditadura através de embates contra a opressão. Questionam a forma de ocupação e distribuição da terra no novo cenário de desenvolvimento empreendido pelo Estado, por exemplo. Nesse contexto já era evidente práticas inovadoras educacionais tidas como questionadoras dessa realidade de exclusão social. Segundo Fernández Mouján, Silva Carvalho e Ramos Júnior (2020, p. 34),

Na educação do mundo periférico, foi Paulo Freire aquele que assume o relato descolonizador de Frantz Fanon. A partir das categorias políticas-filosóficas que oferece o pensador martinicano, Freire refuta os pressupostos epistemológicos da produção do saber que atravessam a produção de conhecimento dentro dos cânones e paradigmas estabelecidos pela ciência ocidental, saberes que negam toda possibilidade de formas de outro pensamento. Ele propõe aos educadores e aos educandos uma atitude crítica frente à coloniedade do saber e do poder. Para Freire, o conhecer é transformar, é um ato de re-invenção e exige um compromisso daquele que ensina e daquele que aprende porque o que ele propõe é criar novos conhecimentos a partir da relação com os outros.

Como práticas educativas descoloniais tem-se observado experiências exitosas de prática educativa de extensão, as “40 horas de Angicos” com o projeto de extensão universitária

executado por Paulo Freire, o qual se refere à alfabetização dos trabalhadores rurais do sertão nordestino para o mundo da vida. Esse projeto político libertador rompe com o modelo de extensão acadêmica. Merece destaque, ainda, a educação e práticas educativas promovidas pelo Movimento Sem Terra (MST) nos acampamentos e assentamentos, nas lutas pela terra e contra o latifúndio, por meio de seus processos educativos populares (Calado, 2008, p. 35). As ações educativas da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) cuja concepção de extensão ao contrário, defende a participação efetiva da comunidade externa na universidade. A experiência do projeto de extensão Universidade Popular na UFPI, tem como princípio fundacional a Educação Popular e Ciência Descolonial (Silva, 2017).

Imbuído nesses processos de lutas está presente uma das principais pautas dos movimentos sociais, que é a luta por educação e a transformação do próprio conceito de universidade por uma perspectiva educacional presente na própria organicidade dos movimentos. Essa relação tem proporcionado uma compreensão no campo educacional problematizado a partir do conceito de conversidade.

Nesse ínterim, se somando às concepções das práticas descoloniais, essa concepção por mudanças significativas no âmbito educacional também se reflete sobre as transformações no campo social representado sobretudo pela construção de uma condição de equidade social, impulsionado pelas articulações dos movimentos sociais na produção de conhecimentos, como bem assevera Fleuri (2019, p. 63) em que a conversidade:

[...] constitui-se como um campo dinâmico, conflitual, imprevisível e incontrolável, justamente porque é um campo relacional, interativo e de luta. Neste sentido, a crise – em sua dupla dimensão de potencialidade e risco, assim como em seus múltiplos significados de crítica-contestação, crítica-radicalidade, crítica-fluidez – é inerente ao conhecimento conversitário. Pois o reconhecimento recíproco entre os diferentes sujeitos, assim como entre seus respectivos saberes, não é *dado*: não é pressuposto, nem pode ser *dado*, mas é construído numa luta de vida e morte entre os sujeitos e projetos (grifos do autor).

As mudanças no contexto numa perspectiva de uma democracia não ocorrem de forma rápida. Necessita de uma mobilização constante de lutas dos Movimentos Sociais Populares que resultem em efeitos, ou seja, enfraquecimento e quebra das bases do sistema opressor. As mudanças mais significativas ocorrem sempre num espaço de tempo médio ou longo, como a conquista da nossa redemocratização.

Demonstra-se assim essa estreita relação entre movimentos sociais populares e práticas educativas por se constituírem como espaços de produção de saberes diversos que são

produzidos internamente, mas que são problematizados externamente buscando uma relação entre a leitura do contexto social vivido e definição de estratégias para enfrentar os problemas sociais. Calado (2008, p. 34) considera como promissoras as estratégias formativas nas práticas dos movimentos sociais pois é um

[...] processo formativo, que tem jogado, não por acaso, relevante papel na consolidação de militantes conscientes, comprometidos, serenos, aguerridos e perseverantes. Nesse terreno, a Educação Popular na perspectiva freireana se revela o lugar por excelência da formação dos Movimentos Sociais Populares comprometidos com as lutas por uma nova sociedade.

Essa perspectiva ainda se caracteriza como uma epistemologia transgressora em que questiona a eficiência do estado e propõe sua transformação como forma de garantir mais abertura política e aumentar a incidência das classes populares na efetivação de políticas públicas. Essa característica fundante também marca essa relação de proximidade e convergência entre práticas dos movimentos sociais populares e do campo com as práticas educativas descoloniais (Silva, 2017).

Desta forma, os Movimentos Sociais do campo e urbanos, em sua trajetória histórica vem contribuindo, por meio de suas lutas e demandas com os processos formativos e teóricos para o campo de estudo da própria Educação Popular, como também para a constituição de práticas educativas descoloniais. Pois carregam em sua gênese aspectos importantes de lutas por direitos e estratégias de mobilizações ricas em processos de planejamentos de ações que se confundem com os processos de sistematização e formação da Educação Popular. Seus espaços de lutas e planejamentos até a culminância das mobilizações para pressionar o estado e fazer suas reivindicações são momentos carregados de sentidos e de saberes compartilhados de forma sistemática em seu movimento, visões e reflexões sobre a conjuntura da realidade social (Silva, 2017).

Esses conhecimentos são possíveis de compartilhamento em outros espaços que tange o contexto dos movimentos e podem, ou melhor, devem ser compartilhados em espaços escolares, como a universidade. Considera-se assim enxergar nas diversas frentes de ação dos movimentos sociais uma relação direta com a educação, que está imersa na própria dinâmica de atuação de cada movimento.

As práticas educativas descoloniais também se caracterizam pelo seu potencial questionador das práticas de educação eternizadas pelos traços da colonização e colonialidade, passíveis de um processo de descolonização. Para Fernández Mouján, Silva Carvalho e Ramos Júnior (2020, p. 38)

Descolonizar práticas e epistemologias requer um diálogo de saberes, como experiências de conhecimento, de reconhecimento, de democracia, de trabalho e comunicação para, a partir dali, produzir e sustentar uma prática teórico-crítica que interrogue a realidade como campo de possibilidades, que atenda as alternativas frente ao que é criticável e que, em um sentido ético-político, produza indignação.

Os conhecimentos se revelam como processos formativos que aparecem conforme surgem as demandas e requerem um processo de leitura do contexto e da conjuntura para planejarem suas ações e desenvolverem estratégias. O diálogo sobre como elaborar cada estratégia se caracteriza como uma das formas de realizar as trocas de conhecimentos entre os próprios sujeitos do movimento e a sociedade.

#### 2.5.5 A descolonialidade na universidade: desafios atuais

Em seus aspectos político e crítico a descolonialidade evidencia possibilidades e novas formas de conhecimento gerados numa perspectiva que não reproduza a lógica excludente e hegemônica herdada do passado colonial. A universidade tornou-se repositório e espaço difusor dessa lógica pela hierarquização dos saberes numa lógica notista, mas refutado por outras formas de saberes oriundos do Sul do Mundo. Segundo Streck (2010, p. 23), conhecimentos capazes de “enfrentar a colonialidade [...], num contexto epistemológico do sul, [que] significa, portanto, aprender com o espírito que produziu culturas e conhecimentos, mas sem copiar servilmente os frutos de culturas do norte”, evidenciando as potencialidades das pedagogias latino-americana e sua epistemologia fundada em sua realidade de conhecimentos diversos.

No campo científico configura-se por meio de estratégias e metodologias próprias de investigação o que lhe confere o conceito de ciência própria na perspectiva de Borda (1981) e caráter filosófico pautado por conhecimentos próprios e oriundos do sul, numa perspectiva decolonial, segundo Streck e Adams (2012, p. 247), com a possibilidade de compreender que:

Tais propostas metodológicas aqui resumidas precisam ser compreendidas como construções históricas que se apresentam como resistência e reação a outras formas de geração de conhecimento que têm servido, durante séculos, à manutenção de uma matriz cultural e epistêmica que, neste artigo, caracterizamos como colonialidade. Elas também não surgiram do nada, mas foram geradas no próprio movimento emancipatório da sociedade, estando, em grande parte, ligadas a práticas de educação popular.

A perspectiva descolonial no âmbito da universidade evidencia a importância de compreensão do pensamento social e educacional latino-americano e sua relação direta com a possibilidade de construção de novos saberes, a partir da construção de um novo paradigma de ciência e do próprio modo de se pensar a universidade.

A descolonialidade na universidade tem demonstrado e apontado diversos aspectos que abrangem tanto o campo prático quanto o campo da pesquisa com metodologias que se diferem das concepções tradicionais de educação historicamente constituídas pelo pensamento colonial. Esses aspectos têm se demonstrado cada vez mais em oposição às ideias em educação, que ainda se embasam em muitos conceitos e epistemologias importadas e não condizentes com as realidades e riqueza de conhecimentos constituídos historicamente por culturas distintas da europeia. (Streck; Adams, 2012).

Nesse processo temos que lidar com situações que permeiam a construção do conhecimento através da investigação, da pesquisa e da relação de proximidade com os sujeitos. Em função dessa visão de mundo construída a partir de culturas tidas como subalternas perpassam desafios, situações para se refletir em que sentido estamos construindo conhecimentos descoloniais que rompem com a lógica tradicional, mercantilista, capitalista por meio de estratégias e metodologias que circulam na lógica de saberes não excludentes (Silva, 2017).

A respeito dessa questão podemos refletir sobre uma perspectiva que ressalta os processos da circularidade cultural de saberes, que se referem às diferentes formas de como os diversos segmentos sociais incorporam as transformações do contexto com suas dinâmicas e vivências. Nesse sentido alguns aspectos, que são a gênese de seus processos, passam a ser deixados em segundo plano para dialogar com outras vertentes de pensamento numa disputa, por exemplo, de uma determinada questão específica, como a questão da superação dos processos da colonialidade, por estarem as massas desatentas e impregnadas por concepções criadas e introduzidas pela colonização (Fanon, 1968).

É também pensar criticamente na metodologia e objetividade das ideias com a observação de elementos importantes do contexto analisado. A partir de um contexto específico é necessário estender as ideias para um contexto mais amplo realizando o aprofundamento e afunilamento das ideias e relação direta com os objetivos e problematização construídos em uma perspectiva descolonial.

Devemos também realizar a apresentação das ideias e discussões a fim de realizar uma problematização incorporando as principais ideias na construção de conceitos e elementos

ligados à perspectiva da descolonialidade em diálogo com os conhecimentos das diversas áreas da educação, numa interdisciplinaridade de saberes.

O maior desafio posto na atualidade à perspectiva da descolonialidade na universidade é primeiramente desconstruir a crítica aos saberes oriundos do Sul por representar uma certa evidência de ser um pensamento que pretenda resgatar as origens ancestrais de culturas silenciadas, o que na visão de alguns críticos a essa perspectiva, seria uma condição de utopia.

Outro desafio seria a transcendentalidade do pensamento em superar os efeitos da colonização, colonialismo, numa perspectiva de outra concepção de ciência, de epistemologia e de metodologias próprias. Esse desafio é ainda maior quando se analisa o contexto atual, em razão de ser uma perspectiva de ciência, pontuada por elementos questionadores dos padrões pré-estabelecidos por um capitalismo forjado na modernidade, o qual herdou muito da dominação colonial.

## **2.6 Extensão Popular e Descolonialidade: aproximações e desafios pela Educação Popular**

A universidade tem em seu tripé, a extensão como dimensão da produção do conhecimento científico e é marcada pela relação com a comunidade, tendo como finalidade reconhecer sua importância e seus saberes no desenvolvimento da sociedade. O paradigma de extensão como transmissão do conhecimento, que a universidade repassa automaticamente para a comunidade, continua sendo a concepção hegemônica. Apesar disso, essa concepção de extensão tem se tornado obsoleta, em razão da própria afirmação dos conhecimentos das classes populares a partir das experiências de suas comunidades e seus modos de vida.

Embora haja a predominância de uma concepção hegemônica de extensão na universidade, o campo para novas concepções tem se alargado surgindo outras formas de realização da extensão. Essa possibilidade tem se tornado mais visível quando observamos a Extensão Popular em seus desafios na universidade e fora dela para realizar o diálogo com a comunidade externa, movimentos sociais populares e seus sujeitos.

Nesse sentido é sempre válido ressaltar alguns aspectos da Educação Popular para pensar a resignificação da própria concepção de extensão universitária e potencializar a Extensão Popular pois “a Educação Popular sob o enfoque da educação protagonizada pelos movimentos populares no processo de organização das lutas por direitos, sob a qual se originam práticas educativas libertadoras de desocultamento da realidade social” (Silva, 2017, p. 233), tem se revelado em práticas educativas que dialogam numa perspectiva de construção de um projeto de sociedade justa. Streck *et al.* (2014, p. 60) afirmam a Educação Popular como:

a) A ação educativa enraizada nas relações sociais, onde todos ensinam e todos aprendem ao mesmo tempo (concepção epistemológica, conhecimento como processo de aprendizagem, como apropriação, reinterpretação e *recontextualização* de saberes). b) A aposta no protagonismo e no papel dos oprimidos como sujeitos de transformação (proletariado em Marx). c) O educador, a partir da diretividade da Educação, como intelectual orgânico (Gramsci) comprometido com a transformação social.

É a partir desse referencial teórico-prático que reafirmamos a necessidade de superação da visão monolítica de extensão universitária que tem predominado no ensino superior. A extensão popular é então uma concepção de extensão que tem contribuído significativamente para reafirmação do protagonismo dos educandos, dos sujeitos populares e suas comunidades e territórios, oportunizando a construção de experiências educativas dialógicas. As experiências existenciais dos educandos, sua realidade, o seu cotidiano são fontes para a ressignificação do processo de construção da extensão a partir do diálogo entre os saberes da comunidade e da universidade.

Percebe-se assim a importância dessa relação entre extensão popular e educação popular, que nesse diálogo dos saberes populares com os saberes da academia, demonstra um dos pontos de partida para uma educação dialógica, emancipatória e decolonial, de ruptura com ensino tradicional, para uma construção coletiva de conhecimentos pela relação comunidade e universidade. No entanto, nessa relação dialógica de saberes reside também os desafios em propiciar uma extensão que tenha condições de integrar o ensino e pesquisa com um compromisso social de alcance emancipatório, pois esse tem sido um dos gargalos da extensão em um contexto de colonialismo, capitalista, diante da escassez de recursos, das limitações territoriais que a extensão precisa adotar como estratégias. A extensão universitária cumpre uma dimensão fundamental da relação universidade e comunidade (Fleuri, 2019).

Diante desse contexto, a *práxis* contra-hegemônica das experiências da Extensão Popular com as comunidades têm contribuído para uma ação educativa para além do capital. Entende-se que as práticas educativas e metodologias da Extensão Popular e decolonialidade contribui para descolonizar as práticas de extensão universitária. Por outro lado, atua também como processo reflexivo quando questiona a predominância da colonialidade do poder e do saber eurocêntrico que tem imposto um padrão discentes, docentes, de educação e de invenção do outro, impedindo que a extensão cumpra seu papel social de justiça e de emancipação das classes populares.

O Brasil tem protagonizado a construção de projetos alternativos de educação alicerçada nas experiências de participação ativa na transformação social da universidade e da concepção de educação, conseqüente, da extensão universitária, por meio da Extensão Popular. Essas novas pedagogias sociais têm possibilitado novas formas de produção e de gestão do conhecimento, provocando rupturas na lógica mercantilista de educação pública alienante e dominante. Santos (2007, p. 9), questiona esse paradigma de educação, da universidade e, levanta a necessidade da “[...] superação das monoculturas do saber científico, do tempo linear, da naturalização das diferenças, da escola dominante, centrada hoje no universalismo e na globalização, além da produtividade mercantil [...]”. Essa análise afirma a necessidade de descolonização do saber, tendo como sujeitos principais as classes populares.

É fundamental reorganizar os marcos teórico-metodológicos para ruptura da monocultura da ciência eurocêntrica, criando possibilidades para o alargamento dos núcleos centrais da ecologia dos saberes, na qual colocam em diálogo o saber científico e o saber popular (teoria e prática). Nesse sentido, o pesquisador faz uma opção político-pedagógica e ética que implica em assumir, enquanto extensionista popular, sua palavra como possibilidade de leitura do mundo em relação ao problema de como conhecer para transformar. Como resultado das múltiplas faces que envolvem o trabalho extensionista, onde são observadas as práticas de extensão na Educação do Campo, na Universidade Federal do Piauí (UFPI), por exemplo, Silva (2020) aponta para uma necessidade,

[...] de descolonização da concepção de extensão acadêmica pelos princípios da extensão popular que se realiza pelo interconhecimento entre saberes científicos e saberes populares; articula novas bases teórico-metodológicas no trabalho educativo por meio de metodologias participativas. A extensão popular constitui os princípios para construção do conceito de extensão descolonial, que se efetiva pela intervenção ativa dos sujeitos do campo a partir de uma pedagogia participante que promove a descolonização do conhecimento e da universidade.

Essa opção exige, de um lado, a necessidade do diálogo para a sistematização teórica das práticas educativas no contexto da extensão popular que se orienta pela educação popular, fundamentando novos arranjos alternativos de educação e práticas pedagógicas de descolonização e de emancipação das classes populares e de ressignificação da escola. A educação popular na extensão universitária aponta para práticas educacionais inovadoras que se orientam pela teoria decolonial, descolonial e teoria crítica.

Outras características que coadunam para a articulação entre Extensão Popular e descolonialidade é a relação de proximidade que a extensão popular construiu em seu histórico

dialogando com os conhecimentos pontuados por Paulo Freire. Considera-se assim como indicador dessa relação Freire-Extensão Popular-descolonialidade por seu caráter questionador dos padrões pré-estabelecidos. Os saberes populares estão inseridos nos grupos de estudo, pesquisas, movimentos sociais e nas comunidades, como parte que se confundem no processo de organização da extensão popular também na perspectiva freiriana e de autores populares, como demonstra Cruz et al. (2018, p. 19):

Como processo em movimento, a Extensão Popular somente pode se dar quando a Extensão é compreendida como comunicação (conforme fundamentou Paulo Freire) e como trabalho social útil (conforme fundamentou José Francisco de Melo Neto). Assim, em primeiro lugar, a concepção de Extensão Popular implica a compreensão da Extensão como trabalho social útil.

A ação da extensão popular, baseada em metodologias participativas, a partir da incidência de uma pedagogia participante como princípio da relação com a comunidade, se realiza de maneira que as ações se convergem com a própria realidade da comunidade numa perspectiva de transformação. A devolução dos resultados sistematizados para comunidade faz uma releitura de seus contextos, seus saberes e sua prática social.

Os princípios da Educação Popular fundamentam as novas metodologias na concepção de extensão universitária, para assim possibilitar esse diálogo na ressignificação da extensão pela Extensão Popular e descolonialidade, como: “a realidade social dos sujeitos populares; a construção coletiva do conhecimento; a pedagogia participante; as metodologias participativas; transformação social da realidade e um paradigma de projeto de sociedade justa” Silva (2017, p. 223). Desse modo, faz-se pertinente a compreensão de que a extensão Popular em diálogo com a Educação Popular representa mudança de perspectiva, a partir do diálogo permanente com a realidade social, de forma que suas análises não se desenvolvam alheias às práticas populares e à vida do povo.

Silva (2020) argumenta que a Extensão Popular, semelhante à Educação Popular, é construída com base em projetos educacionais populares, constituindo-se como um campo onde são gerados conhecimentos que destacam a importância do ser humano em suas múltiplas dimensões políticas, econômicas, culturais, sociais e territoriais. Esta abordagem reconhece que o ambiente universitário transcende as fronteiras físicas da instituição. Originária das lutas pela libertação, a Educação Popular ressoa com as transformações globais, demandando sua própria reconfiguração contínua, que deve ser promovida através de um diálogo constante com os

sujeitos e educadores, considerando também suas realidades sociais, dentro dos princípios da Extensão Popular com uma perspectiva descolonial (Silva, 2020).

Nesse sentido, Silva (2020) destaca que a Extensão Popular, enquanto uma prática educativa baseada no diálogo e fundamentada na descolonialidade, questiona o processo de colonização eurocêntrica que não apenas despossuiu os povos originários de seus territórios, mas também impôs uma visão de educação que negava suas identidades culturais e conhecimentos tradicionais. Segundo o autor, esse paradigma de conhecimento monocultural, colonial e eurocêntrico, promovido pelo projeto de modernidade, é perpetuado pela reprodução do saber, pela separação entre teoria e prática, pelo isolamento da universidade e pela concepção da educação como uma mercadoria.

Para Freire (1987, p. 61), “[...] nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais (pois) Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados”. É a partir desta concepção que surgem outras formas de saberes nos processos de luta por uma educação libertadora, as quais se estabeleceram por meio da comunidade.

Desse modo, como alternativa ao projeto de modernidade eurocêntrica na universidade e na extensão, as classes populares articulam uma nova concepção de educação por meio de atividades formativas comprometidas com a transformação social, e articulação de conhecimentos na Extensão Popular. A importância para a construção de um projeto de organização das classes populares e de suas lutas em defesa de uma educação libertadora e de uma extensão popular e emancipatória, dialogando com Freire (2011), enfatiza-se que:

Os movimentos sociais entram nessas disputas/ocupações dos latifúndios do saber, dos currículos e das próprias concepções e práticas pedagógicas. Os diversos, os pensados como inferiores se fazem presentes nas instituições do conhecimento. Entram para ocupá-las e disputá-las.

Dessa maneira, a Educação Popular e sua articulação com a Extensão Popular está situada dentro do campo democrático popular que articula um conjunto de forças sociais, das quais participam setores sociais de luta por educação, mas, sobretudo, por uma nova concepção de educação, a exemplo da luta pelo direito à educação para e, com os povos do campo. Essa concepção de educação é condição fundamental nos processos de formação e conscientização social por meio da extensão popular e descolonialidade, na desconstrução dos padrões eurocêntricos de extensão na universidade.

### **3 O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE POPULAR**

O terceiro capítulo trata sobre o contexto de criação do projeto de extensão Universidade Popular e algumas de suas ações iniciais para possibilitar o contato dos bolsistas com experiências de Educação Popular vivenciadas em outros contextos. Nessa discussão são abordadas as principais atividades formativas que o projeto realizou logo após sua criação, para possibilitar a participação dos bolsistas do projeto e estudantes da Educação do Campo em atividades teórico-práticas servindo como elementos formativos para os bolsistas e demais participantes em atividades de Encontro de Experiências (Intercâmbio), Expedições Pedagógicas Descoloniais e Estágio Acadêmico Interdisciplinar.

#### **3.1 Origem do projeto de extensão Universidade Popular *por* uma Extensão Popular**

Nesta seção da pesquisa aborda-se uma descrição dos elementos que fundamentaram a criação do projeto de extensão Universidade Popular pontuando alguns elementos do contexto do campo, locus das ações do projeto, e apresentando algumas das atividades de extensão desenvolvidas com as comunidades. O contexto que marca o surgimento do projeto de extensão Universidade Popular são as realidades de exclusão ao acesso à educação para as populações do campo intensificadas pela expansão do agronegócio em seu modo de reprodução repercute numa forte incidência pelo fechamento de escolas do campo (Borges, 2017).

O fenômeno de cercamentos às comunidades do campo também se revelaram como um elemento fundamental de problematização para se entender toda essa dinâmica e assim sustentar fundamentação teórico-prática para se desenvolver atividades formativas com as comunidades do campo do Sul do Piauí, por meio da Extensão Popular e ao mesmo tempo propiciar a formação prática dos bolsistas.

O projeto de extensão Universidade Popular foi criado em 2017, três anos após a implantação do curso de Educação do Campo na Universidade Federal do Piauí. Como o curso de Educação do Campo é voltado para a formação de professores para as escolas do campo viu-se a necessidade de se ampliar o leque de atividades formativas para se realizar a extensão além de contribuir para formação docente, sendo que os bolsistas são da Educação do Campo.

O projeto de extensão Universidade Popular Vale do Gurguéia (UPVG) nasce ancorado ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia

e Sociedade (NEPEECDES), sob a responsabilidade e demanda de ser o espaço onde se realizam os planejamentos, a formação dos bolsistas e coordenação das ações do projeto a serem realizadas com as comunidades do campo.

Desta forma se constituem como público participante no projeto de extensão os educandos e educandas da Educação do Campo, na UFPI do campus de bom Jesus-PI e os sujeitos das comunidades inseridas no contexto das realidades do Sul do Piauí. Nesse sentido, o projeto de extensão Universidade Popular vem trabalhando a Extensão Popular numa perspectiva de construção de conhecimentos pontuada pela ação dos extensionistas do projeto em diálogo com os sujeitos das comunidades do campo.

Cabe ressaltar, que em meio ao público que constituem os sujeitos partícipes do projeto de extensão estou inserido diretamente nas ações extensionistas que o projeto já realizou e vem realizando, junto com os demais extensionistas do projeto, dos quais foi possível dialogar com quatro deles e evidenciar algumas vivências que construímos ao longo dos dois anos de atividades da extensão que aqui se analisa, sobretudo Extensão Popular, ensino e pesquisa em diálogos com as comunidades do campo do Sul do Piauí.

Através da Extensão Popular o projeto vem trabalhando com a dimensão formativa dos sujeitos das comunidades do campo por entender que essa estratégia coloca em evidência as contradições criadas pelos processos de exclusão de ordem econômica, social, ambiental, territorial e educacional. Esses acontecimentos têm se intensificado desde a chegada do agronegócio e tem gerado conflitos de ordem territoriais e destruição de sistemas florestais importantes, por exemplo, para a conservação de recursos hídricos e das nascentes de rios e riachos que fazem parte da dinâmica das comunidades na preservação de seus modos de vida e permanência no território.

Dessa análise crítica, sobre esses eventos, o projeto Universidade Popular passou a desenvolver suas atividades de forma mais incidente nos territórios, mobilizando as comunidades em várias frentes a resistirem contra essas ameaças e destruição de direitos fundamentais como acesso à terra e manutenção de recursos hídricos essenciais à permanência no território. Desse intercâmbio com os territórios e sujeitos o projeto passou a implementar as primeiras ações com realização de visitas técnico-científicas às comunidades na realização de Expedições Pedagógicas e atividades de formação em forma de Rodas de Conversa e Oficinas.

O tema ambiental aparece primeiramente como elemento problematizador em função de este ser uma das realidades a qual as comunidades dos bolsistas vêm passando nas últimas décadas pelo assoreamento de rios e riachos e por esses problemas resultarem em processos que prejudicam os demais sujeitos pertencentes a essas comunidades. Nesse momento passou a se

definir um dos principais eixos como geradores de temas a serem trabalhados com as comunidades e a partir de atividades formativas despertar a curiosidade dos sujeitos em compreender a fundo esses problemas e assim desenvolver estratégias de superação.

Antecederam esse momento de mergulho mais afincado nas questões sócio-ambientais como elementos a serem contextualizados e problematizados para se definir atividades formativas, as formações com trabalhadoras associadas de Sindicato Rural em Santa Luz-PI em curso de formação com mulheres de entidades sindicais de sindicatos rurais.

Foram desenvolvidas práticas formativas abordando o tema de violência contra as mulheres, violência de gênero com a finalidade de apresentar e desenvolver estratégias de resistência contra esse problema recorrente na sociedade. O evento realizado na forma de roda de conversas e oficinas também serviu como incentivo à formação de redes solidárias entre as mulheres com intuito de compartilhar experiências.

Posteriormente passaram a predominar as questões ligadas à educação, meio ambiente, direitos humanos e educação do campo, sendo que nas primeiras atividades buscou-se um destaque mais evidente ao tema meio ambiente, mas numa perspectiva de se realizar atividades práticas que também estivesse ligado às demais frentes de ações do projeto.

Para a realização das atividades a equipe do projeto de extensão Universidade Popular reúne os integrantes bolsistas, coordenador e vice-coordenadora e demais colaboradores para construir o plano de atividades para atividades práticas ou para a organização do calendário de várias atividades a serem concretizadas com as comunidades. Essa organização garante estabelecer critérios que servirão também de roteiro para possibilitar a organização das atividades e ter materiais disponíveis para organizar a sistematização das atividades e construir as devolutivas.

Sendo assim realizou-se então as primeiras visitas técnico-científicas às comunidades Laranjeira e Assentamento Tabocas, em Currais-PI; Barra Verde, em Bom Jesus-PI; Brejo da Lagoa, em Barreiras do Piauí-PI e ao Parque das Nascentes do Rio Parnaíba, em Barreiras do Piauí-PI, ficando como local base das atividades do projeto o Assentamento Tabocas em Currais-PI. Esse primeiro levantamento de informações mais amplas e de forma mais abrangente possibilitou o delineamento das atividades formativas a serem realizadas nas comunidades.

Antônio Cândido (2010) nos traz lições importantes quando revela os acontecimentos e os problematiza em uma relação de proximidade ao escrever o livro “Os parceiros do Rio Bonito” quando relata que “[...] os fatos se tornam problemas conforme a perspectiva do pesquisador, e que não é possível desconhecer a implicação prática das investigações

metodologicamente conduzidas” (Cândido, 2010, p. 24). Procurou realizar uma discussão numa perspectiva de aproximação com as realidades dos “caipiras”, sujeitos pesquisados, sem perder de vista o compromisso com o rigor científico na apresentação das ideias de forma crítica.

Trazendo a discussão para o campo da estratégia de relação com as comunidades, o elemento evidenciado por Cândido (2010) nos reporta a refletir sobre as formas de contato e aproximação com os sujeitos e territórios. Essa relação tem implicações diretas nas perspectivas de como devemos tratar e construir o diálogo pautado numa consciência crítica, mas que não despreze os conhecimentos tradicionais acumulados.

Abaixo destacamos um demonstrativo do planejamento feito para realização de atividades com a comunidade, onde apresenta-se o roteiro das atividades formativas da Universidade Popular com a comunidade Laranjeiras e Visitas Técnicas à comunidade Pirajá, conforme constata-se abaixo na figura 4.

Figura 4 - Roteiro de atividades - distribuição das tarefas

Data	Nome da atividade	Responsáveis
31/05/2019 07:00 h	Encontro na comunidade Laranjeiras - organização das atividades e socialização de resultados parciais.	Todos
31/05/2019 07:30	Abertura das atividades com a realização da mística	Membros do projeto U. P.
31/05/2019 07:30 h	Realização, de atividades formativas com as crianças da comunidade Laranjeiras - da <b>Oficina dos Saberes</b> .	Todos
31/05/2019 14:00 h	Continuação da Oficina dos Saberes para a comunidade em geral.	Todos
31/05/2019 18:00 h	Encerramento das atividades formativas.	Todos
31/05/2019 19:00 h	Socialização das atividades realizadas durante o dia na comunidade.	Todos
01/06/2019 06:00 h	Saída para a comunidade Pirajá para a realização de visita técnica às nascentes do Brejo Pirajá.	Todos
01/06/2019 07:30 -12:00 h	Diálogo com os anciões da comunidade Pirajá e visita técnica às nascentes do brejo Pirajá e a lagoa do Pirajá.	Todos
01/06/2019 14:00 -13:00 h	Deslocamento para o Assentamento Taboca – núcleo base do projeto.	
01/06/2019 15:30 -18:00 h	Avaliação acerca das atividades formativas e visitas técnicas.	Todos
02/06/2019 07:00 -12:00 h	Elaboração do plano de atividades para o Assentamento Taboca, a serem realizadas no dia 08/06/2019.	Membros do projeto U. P.

Fonte: Projeto de ext. Universidade Popular, 2019 (Adaptado pelo pesquisador)

A figura acima trouxemos para ilustrar um pouco sobre o processo organizativo do projeto de extensão Universidade Popular com a descrição dos elementos que serão demonstrados no planejamento das atividades. A organização das tarefas descrevendo cada atividade é pensada no sentido de expor aos integrantes do projeto uma memória do que será realizado. Embora esteja descrito as atividades de forma estruturada, o planejamento pode ser alterado conforme as necessidades para se adequar as atividades num formato que propicie a participação coletiva da comunidade (Piauí, 2019).

Na imagem abaixo está a equipe em visita ao Assentamento Tabocas, uma das comunidades onde já realizamos antes, atividades formativas com os assentados e integrantes da Associação dos Trabalhadores Rurais da Comunidade, discutindo alguns problemas como conflitos de terra e ameaças de expropriação da comunidade por grileiros de terras. No planejamento ficou definido que o Assentamento Tabocas será o núcleo base e ponto de partida para as ações em 2019, conforme figura 5.

Figura 5 - Assentamento Tabocas, Currais-PI



Fonte: Projeto de extensão Universidade Popular, 2019

Iniciou-se as atividades de visitas técnico-científicas pela reunião da equipe de coordenadores, docentes colaboradores e bolsistas do projeto na comunidade Assentamento Tabocas, em Currais-PI, para revisão do roteiro de atividades e discussão da importância de realizá-las. As visitas técnico-científicas é uma das metodologias utilizadas pelo projeto de extensão Universidade Popular para realizar o levantamento de dados e observações relevantes.

Partindo do assentamento Tabocas como núcleo base das ações do projeto nessa fase de realização da extensão nas comunidades, foi realizada a visita técnica à comunidade Laranjeiras, também localizada no município de Currais-PI. Lá foram realizados os primeiros relatos dos sujeitos do território bem como anotações sobre os pontos que já havíamos conversado anteriormente, ainda nos primeiros contatos como demonstrado na figura 6.

Figura 6 - Comunidade Laranjeiras, Currais-PI



Fonte: Projeto de extensão Universidade Popular, 2019

O objetivo das visitas técnico-científicas é possibilitar o levantamento de questões relevantes que possam ser construídas, posteriormente, a identificação de problemas a serem discutidos com as comunidades, e em seguida planejar com os sujeitos as ações para se discutir

soluções aos impasses e problemas sociais ou de outra ordem que a comunidade venha enfrentando.

As atividades práticas desenvolvidas na forma de oficinas, rodas de conversas e cursos de formação vem possibilitando na universidade e nas comunidades práticas de extensão que dialoguem com as perspectivas metodológicas da Educação Popular por meio da Extensão Popular. Somado a essas possibilidades o projeto de extensão Universidade Popular também incorpora a essas práticas a perspectiva da decolonialidade, como pensamento problematizador central de suas ações, incorporando também elementos da decolonialidade por considerar que os dois estão imbricados nessa luta contra os efeitos da colonialidade (Piauí, 2019).

Conforme demonstramos anteriormente, descrevendo algumas atividades por meio do planejamento passamos a colocar em prática as atividades que planejamos. Assim sendo, partimos para a realização das primeiras devolutivas através de Oficinas e Roda de Conversas na comunidade Laranjeiras, Currais-PI, conforme demonstrado abaixo pela figura 7.

Figura 7 - Comunidade Laranjeiras, Currais-PI - mística da água



Fonte: Projeto de extensão Universidade Popular, 2019

Em nossos encontros de formação com a comunidade antecede esse momento a realização da mística. Essa estratégia metodológica é do conhecimento de todos os bolsistas e docentes por ser trabalhada desde a graduação em Educação do Campo. Para realizar a mística o tema é escolhido de uma forma que dialogue e seja integrado com os elementos que foram construídos com os sujeitos da comunidade desde as primeiras visitas e diálogos. Nesse caso, o tema foi a Água e sua importância para a vida na comunidade.

Em seguida socializamos alguns materiais pela exposição das fotografias feitas nas primeiras visitas à comunidade, para que os sujeitos fizessem um olhar atento ao que foi registrado, e assim fomos dialogando e observando os relatos deles e como entendiam a importância da preservação do riacho da comunidade, da vegetação e das nascentes do riacho para a reprodução da vida no território, conforme se verifica pela ilustração abaixo figura 8.

Figura 8 - Comunidade Laranjeiras, Currais-PI



Fonte: Projeto de extensão Universidade Popular, 2019

Observando as fotografias os sujeitos expuseram suas observações e impressões, em que relataram como era a comunidade em tempos passados e como estava na atualidade pela

devastação que vem poluindo o riacho secando suas nascentes em decorrência do desmatamento pelo agronegócio (Piauí, 2019).

Em seguida continuamos as atividades através de Roda de conversa, na qual participei como dialogista junto com os demais integrantes do projeto, onde fomos socializando as impressões e discutindo o que poderíamos fazer nas próximas atividades para começarmos a pensar em estratégias de resistência e afirmação da identidade da comunidade e preservação na garantia de manter os traços da comunidade pela reprodução do seu trabalho no território como demonstramos a seguir na figura 9.

Figura 9 - Roda de Conversa na Comunidade Laranjeiras, Currais-PI



Fonte: Projeto de extensão Universidade Popular, 2019

Essa atividade foi importante pois pudemos dialogar sobre os conhecimentos e a visão de mundo que os sujeitos da comunidade têm sobre sua própria realidade demonstradas em seus relatos na forma como enxergam esses problemas e quais soluções podem ser construídas frente aos problemas. Em outro espaço era realizada a Oficina dos saberes, coordenada por outra parte da equipe do projeto, direcionada às crianças da comunidade onde participaram da atividade através de diálogo e posteriormente as crianças representaram suas impressões na forma de desenhos sobre o que foi abordado. Em seguida foram socializados os aprendizados e impressões das duas atividades, onde as crianças apresentaram seus desenhos.

A realização dessas atividades práticas e científicas marcaram um passo importante no projeto de extensão Universidade Popular, pois possibilitaram o direcionamento para outros temas geradores que incidirem, de forma mais próxima em teorias e práticas com os sujeitos das comunidades, possibilitando as ações nas demais temáticas como educação, território e direitos humanos estabelecidas também nos cronogramas de atividades.

Ainda no ano de 2019 programamos mais atividades de vistas técnicas e expedições pedagógicas à comunidade Brejo da Lagoa, em Barreiras do Piauí-PI, em 26 de julho de 2019, para concluir o levantamento de dados sobre as nascentes de rios e riachos das comunidades do campo que planejamos visitar.

A comunidade Brejo da Lagoa está localizada a 20 km da sede do município de Barreiras Do Piauí, o nome da comunidade está ligado à existência dos brejos na região gerando a origem do nome da comunidade. A comunidade é uma das localidades que integram os municípios que fazem parte das Nascentes do rio Parnaíba, que divide os estados do Piauí com o Maranhão, ilustramos abaixo esse momento.

Figura 10 - Visita a Comunidade Brejo da Lagoa, Barreiras (PI)



Fonte: Fonte: Projeto de Extensão Universidade Popular, 2019

Assim como nas visitas às comunidades Assentamento Tabocas e Laranjeiras, a comunidade Brejo da Lagoa faz parte das vivências de uma das bolsistas do projeto de extensão Universidade Popular. Lá também realizamos os diálogos com os sujeitos da comunidade para construir a proposta de realização das atividades e devolutivas. Posterior às visitas havíamos programado as atividades práticas e devolutivas, mas tivemos que mudar os planos em virtude

da pandemia de Covid-19. Sendo assim houve mudanças bruscas na programação e redirecionamento das atividades que passaram a ser remotas através de cursos e Rodas de Conversas.

Ainda nessa programação em Barreiras do Piauí realizamos a visita ao Parque das Nascentes do Rio Parnaíba, em Barreiras do Piauí-PI, onde o objetivo foi propiciar as vivências das atividades de extensão para os bolsistas do projeto e mais dois moradores da cidade de Barreiras do Piauí, em equipe formada por 16 integrantes entre os quais se encontravam a professora coordenadora do projeto, motoristas, guia, técnico da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR) e os alunos bolsistas do projeto Universidade Popular.

As visitas tiveram como objetivo conhecer uma das quatro nascentes presente no parque e ao mesmo tempo compreendermos a importância dessas nascentes existentes no parque, demonstrar que as nascentes de rios e riachos menores que estão mais próximos das comunidades também são importantes para manter o volume de água do Rio Parnaíba, principal rio do Piauí e um dos principais do Nordeste. Na figura 11, está a equipe do projeto.

Figura 11 – Visita-técnica ao Parque das Nascentes do Parnaíba



Fonte: Projeto de Extensão Universidade Popular, 2019

O ponto principal de toda essa mobilização foi construir um diálogo com o Estado na garantia de criação de uma lei específica para a proteção das nascentes de riachos e rios de menor porte, pois não foi constatada nenhuma lei nesse sentido, ficando evidente que nascentes dessa natureza vem constantemente sendo extintas prejudicando as comunidades do campo. Através dessa mobilização foi possível marcar e realizar uma visita da SEMAR, no território de

Laranjeiras, para realização de análises da qualidade da água, realização de audiência pública com secretário da pasta do meio ambiente e realização de atividade na Universidade Federal do Piauí entre os membros do projeto Universidade Popular e auxiliar da pasta dos recursos hídricos para se discutir sobre a preservação das nascentes nas comunidades do campo (Piauí, 2019).

As ações de Extensão Popular desenvolvidas pelos integrantes do projeto junto com as comunidades vêm contribuindo de forma significativa para a formação dos sujeitos envolvidos no processo por serem pensadas numa perspectiva para a superação das desigualdades pelas quais passam as comunidades do campo. Em outra frente, as propostas formativas efetivadas pelo projeto contribuem para o fortalecimento de outras frentes de ações para o campo por possibilitar um espaço de formação prática para professores de escolas do campo, haja vista que os bolsistas são oriundos da Educação do Campo. Dessa forma, intercalando as frentes de ações entre as diversas áreas do conhecimento espera-se a formação para uma conscientização também no aspecto humanizador e sensível aos problemas sociais.

O projeto de extensão Universidade Popular traz como uma de suas justificativas, uma reflexão ligada à problemática do contexto das realidades de comunidades e sujeitos do campo, do Sul do Piauí. Em seu texto base considera “[...] relevante qualificar a intervenção desses sujeitos coletivos nos processos educativos que envolvem as temáticas da educação e suas relações de totalidade com as demandas sociais e desenvolvimento de projetos na garantia dos direitos dos povos do campo” (Piauí, 2017, p. 3). Daí surge a necessidade do diálogo constante em torno das contradições estabelecidas e problematizadas a partir da realidade das comunidades do campo e suas vivências e experiências.

As ideias de criação de um espaço de reflexão em torno das contradições vivida pelas comunidades do campo vêm para se somar com as reflexões geradas por meio da implantação dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo na UFPI, que através da formação de professores para as escolas do campo intensificou o debate em torno dessa problemática, na UFPI, campus de Bom Jesus-PI. Observando a descrição do resumo do projeto pode-se perceber a ênfase na epistemologia da Educação Popular e Ciência Descolonial, no qual descreve que:

O Projeto de Extensão Universidade Popular tem como objetivo garantir processos de formação continuada, visando a democratização do conhecimento, da ciência e práticas educativas no âmbito da universidade tendo como fundamentos epistemológicos a Educação Popular e as Metodologias Participativas e Não-Extrativistas e os paradigmas de ciência descolonial produzida pela interação entre Movimentos Sociais do Campo e Universidade na construção de um paradigma epistêmico de

interconhecimento entre saberes científicos e saberes popular. O projeto persegue o fortalecimento de espaços de ciências e de conhecimentos na sociedade que estejam comprometidos com a garantia dos direitos de justiça social e de justiça cognitiva em espaços escolares e não-escolares (Piauí, 2017, p. 1).

Assim sendo, o projeto de extensão Universidade Popular tem sua proposta ligada à Educação do Campo e, com suas bases teóricas estruturada na Educação Popular, como alternativas para se pensar em novas formas de extensão na universidade

Na elaboração de sua proposta estão evidenciadas as realidades do contexto agrário e social, como problemática para subsidiar a justificativa da implementação de extensão que dialogue com as realidades concretas da comunidade. Nessa relação dialógica enfatiza que defende e propõe uma concepção de extensão “que busca o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico no desenvolvimento de projetos e cursos de extensão diversificados que articulem ensino e pesquisa e ofereçam uma educação continuada” (Piauí, 2017, p. 3). Nessa perspectiva as atividades propostas como forma de dialogar com as comunidades têm evidenciado a urgência de se explorar as contradições para entender essa realidade.

Pensada sobre esse ponto de vista, a forma de extensão, então proposta pelo projeto de extensão Universidade Popular, engloba também, a necessidade de se compreender processos de exclusão social e ausência de direitos e outros problemas decorrentes, como consta no texto do projeto (Piauí, 2017, p. 4) e considera que

A constatação de ignorâncias recíprocas é o seu ponto de partida. O seu ponto de chegada é a produção partilhada de conhecimentos, tão globais quanto os processos de globalização e tão diversos quanto somos todos os que lutam contra a globalização neoliberal, o capitalismo, o colonialismo, o patriarcalismo sexismo, o racismo, a homofobia e outras relações de dominação e de opressão.

Por outro lado, tem no engajamento das comunidades a compreensão de que promovendo a participação efetiva e ativa dos sujeitos das comunidades, é possível a construção de conhecimentos e fortalecimento de lutas contra processos de exclusão social (Piauí, 2017). Além disso destaca-se também a perspectiva de construção do conhecimento pontuada por Rancière (2002), no qual considera que nessa relação de produção do conhecimento, os sujeitos de ambos os lados partem da mesma concepção com relação ao que não sabem e passam a produzir conhecimentos nas experiências compartilhadas, daí a questão da “ignorância” no

campo do saber, ou seja, ambos ainda não sabem das experiências vividas por cada lado e passam a problematizar e, posteriormente, construir conhecimentos quando as conhecem.

Observando essas características vislumbra-se aspectos da extensão universitária representados pela ênfase na construção de conhecimentos e troca de saberes, pois automaticamente a extensão se baseia fundamentalmente nessa relação. Porém refuta a concepção tradicional de extensão, descrito em seu objetivo, conforme consta no documento de fundação do projeto Piauí (2017, p. 5-6) ao

Desenvolver processos formativos visando a democratização do conhecimento, da ciência e de práticas educativas e pedagógicas no âmbito da universidade tendo como fundamentos epistemológicos as metodologias não-extrativistas e os paradigmas de ciência descolonial produzida pelos Movimentos Sociais do Campo e pelos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo na construção de um paradigma epistêmico de interconhecimento entre saberes científicos e saberes popular no fortalecimento de espaços de ciências e de conhecimentos na sociedade que estejam comprometidos com a garantia dos direitos de justiça social e de justiça cognitiva.

Assim sendo, aborda em suas metodologias aspectos que dão mais liberdade e abertura na participação processual da extensão com criticidade adotando práticas metodológicas da Educação Popular, com ênfase em aspectos da descolonialidade, como estratégia de promover maior compreensão da realidade, a partir de um contexto mais próximo, ou seja, da América Latina.

Mais especificamente, essa perspectiva de extensão tem como referência características como: a necessidade do diálogo com as comunidades externas, a produção de conhecimentos, atividades formativas, dentre outras. É certo afirmar que essas características, de alguma forma, sempre estarão presentes na extensão em si, pois são elementos presentes desde os primórdios da extensão universitária e, certamente, são seus elementos basilares, principalmente quando pensada e realizada numa relação “dialógica” (Freire, 2015).

A perspectiva de extensão pensada a partir da problematização dos contextos e inserção dos sujeitos das comunidades em boa parte dos processos de realização da extensão tem sido a chave de leitura para definirmos novas formas do fazer extensionista. Ao colocar os sujeitos como parte do processo através da atribuição de funções como mobilização da comunidade, proposição de ideias, participação ativa, tem-se automaticamente iniciado o processo de formação em si, que já é anterior à realização das atividades formativas (Freire, 2015).

Essa característica, que de certa forma vai envolvendo aos poucos os sujeitos dos territórios nas atividades, certamente, é um dos principais diferenciais e potencialidades da

extensão, que assim podemos agora então nomear, de Extensão Popular. Pode-se então a partir desses pressupostos iniciais construir uma problematização, que de certa forma, se contrapõe às formas tradicionais de se realizar a extensão. Enfatiza ainda que essa relação de saberes vai além da simples troca de conhecimentos. A produção de conhecimento dentro da extensão universitária, e por conseguinte da Extensão Popular se caracteriza, então, como um de seus principais elementos nessa relação.

### **3.2 Principais atividades formativas para os bolsistas e estudantes da Educação do Campo no início do projeto Universidade Popular**

#### **3.2.1 Encontro de Experiências (Intercâmbio): diálogos de saberes**

Essa foi a atividade que marcou o início dos trabalhos no projeto Universidade Popular pouco tempo depois de sua efetivação. Na elaboração do plano de trabalho para se realizar a formação dos bolsistas foi organizada pelos integrantes do projeto definindo os principais elementos a serem buscados nesse diálogo de formação. Na elaboração da atividade foi feita uma explanação inicial sobre os centros de ensino e pesquisa nos quais iriam realizar as atividades, constituindo a primeira atividade da Universidade Popular, ou seja, Encontro Regional de Experiências em Pesquisa e Extensão nos Movimentos Sociais e na Universidade realizado de 02 a 12 de maio de 2018, na cidade de Recife - PE demonstrado na figura 12,

Figura 12 - Visitas técnicas às práticas educativas do SERTA - (UFPE)



Fonte: Projeto de Extensão Cenas Camponesas, 2018

Segundo o relatório do projeto de extensão Universidade Popular (Piauí, 2018), “Participaram 40 (quarenta) pessoas entre estudantes, educadores e docentes da Universidade (UFPI, UFPE, UFRPE, UESPI e UFPB), Movimentos Sociais do Campo e da Cidade”. A mobilização tanto dos bolsistas quanto de docentes e discentes de todas as instituições envolvidas possibilitaram a realização do “[...] Encontro de Experiência” em que o principal tema foi: “Educação Popular e Ciência Descolonial: lutas, territórios e prática social nos Movimentos Sociais e na Universidade, com carga horária certificada de 40h”.

De acordo com o relatório (Piauí, 2018) fica evidente a importância da mobilização de entidades representativas do estado, através da universidade pela Educação do Campo e de parcerias com outras entidades como a Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), pois,

As atividades de interconhecimento foram organizadas a partir da perspectiva da Investigação-Ação Participante, que passamos a expor brevemente três dimensões, metodológica e epistemológica das ações educativas da Universidade Popular, como: Expedições Pedagógicas Descoloniais nos Movimentos Sociais e os Estágios de Vivências Interdisciplinar na Universidade.

Nessas observações já se percebe um delineamento e direcionamento bem definidos para as questões da descolonialidade e da realização da extensão como uma prática integrativa entre os saberes, na relação com os diversos espaços e com os movimentos sociais numa perspectiva interdisciplinar.

### 3.2.2 As Expedições Pedagógicas Descoloniais

A dinâmica de formação nesse processo teve como destino para os diálogos o Centro Sabiá e o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), para se realizar as formações numa perspectiva da pedagogia ação-transformação dos movimentos sociais. No relatório das atividades do projeto de extensão Universidade Popular (Piauí, 2018) consta que essas expedições têm por objetivo

promover intercâmbio e vivência nos contextos educativos dos movimentos e organizações sociais que desenvolvem pedagogias transgressoras de produção do conhecimento como alternativas ao paradigma hegemônico. Os estágios devem ocorrer em dois dias, em movimentos sociais diversos e de diferentes vertentes de atuação em Pernambuco, a partir das parcerias e contatos que a EQUIP dispõe.

As expedições pedagógicas no projeto Universidade Popular são espaços de valorização dos saberes populares comprometidos com a pedagogia da formação para transformação social, “a pedagogia ação-transformação é a realidade e a prática social dos sujeitos como lócus do conhecimento que se movimenta nas diversas áreas do conhecimento e que, ao mesmo tempo, transforma-se e se atualiza, ao situarmos fazeres dos sujeitos populares.” (Silva, 2017, p. 198).

A expedição pedagógica no SERTA e no Centro SABIÁ contribuíram na formação dos bolsistas na compreensão de elementos para uma perspectiva de desenvolvimento sustentável através da Agroecologia e dos Sistemas Agroflorestais como podemos perceber nos registros do relatório das atividades (Piauí, 2018),

No Centro Sabiá o trabalho de campo possibilitou conhecer os processos de auto-organização autogestão comunitária, onde mobilizam a comunidade para envolvimento nos projetos comunitários e participação na Associação local, sendo a comunidade referência na produção de biodigestor, Cisterna Telhadão/Seriadão, Casa de Sementes e plantações orgânicas. O SERTA é uma instituição que visa ao desenvolvimento sustentável a partir de tecnologias sociais relacionadas à Agroecologia, Agricultura Familiar e Movimentos Sociais do Campo.

As expedições aos vários Sistemas Agroflorestais (SAF's) responsáveis pela produção de hortaliça, fruticultura e cereal, visou a compreensão sobre a segurança alimentar, energética e familiar, já que os bolsistas e demais integrantes do projeto, iriam trabalhar com questões ligadas ao contexto do campo. Compreender essas realidades é parte fundamental para compreender a dialética dos territórios e assim definir as atividades de extensão a serem realizadas.

### 3.2.3 Estágio Acadêmico Interdisciplinar na UFPE

As atividades formativas para os bolsistas nessa fase se desenvolveram no sentido de possibilitar um diálogo com os grupos de pesquisas e compreender processos organizativos de pesquisas, e assim, fazer uma relação de como se organizar e realizar a extensão de forma conectada com a pesquisa e o ensino. Nesse momento os bolsistas e demais integrantes da equipe que foram às atividades se reuniram com o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPCOL) apontando elementos importantes sobre movimentos sociais, cultura e política na compreensão de processos em tramitação no cenário político, além de outras questões relacionadas a área de saúde.

Ainda segundo o relatório (Piauí, 2018), em vista ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG AYNI), dialogou-se sobre mais aspectos relacionados ao campo e, principalmente, sobre os efeitos do agronegócio, outra realidade e desafios presente no contexto dos bolsistas do projeto Universidade Popular, por isso foi pertinente dialogar

[...] sobre Agroecologia e as atividades e relevância do núcleo, no auxílio a pesquisas voltadas para o manejo sustentável, e a maneira de conservar o meio ambiente e promover uma produção agrícola pautada nos pressupostos epistemológicos da Agroecologia, como contraponto ao modelo hegemônico do agronegócio, isto é, sem uso de defensivos químicos – agrotóxicos.

Todas as experiências e vivências, até aqui construídas, têm servido como referenciais para orientar e realizar atividades externas à universidade, cumprindo o papel social não só da universidade através da pesquisa, ensino e extensão com as comunidades e sujeitos. É a partir dessas características em comum que o projeto de extensão Universidade Popular em diálogo com a Educação Popular encara os desafios para a construção de seus diálogos com as comunidades das distintas realidades sociais do campo. Isso tem tornado possível estabelecer um processo de construção do conhecimento de forma crítica e interventiva na realidade social promovida pelos próprios sujeitos formados por estes educadores.

## **4 EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE RESSIGNIFICAÇÃO DA EXTENSÃO EM PRÁTICAS DESCOLONIAIS**

Neste capítulo debruçou-se sobre a análise dos dados construídos. Realizou-se as análises com o objetivo de trazer as contribuições por meio das práticas da Extensão Popular e descolonialidade, em que através de seus relatos trouxeram suas visões sobre as ações de extensão do projeto Universidade Popular a partir das perguntas e tema de cada bloco, onde dialogamos sobre essa temática.

As contribuições dos bolsistas participantes foram estruturadas de acordo com os seis blocos da atividade Webnário que pesquisamos como documento: visão dos participantes: considerações para se compreender sobre aspectos que definem a Extensão Popular como prática descolonial; Nos relatos dos extensionistas, apresenta-se também, o que pode possibilitar que uma prática de extensão popular seja descolonial; Um pouco sobre a realização prática da Extensão Popular e a incidência de aspetos que podem contribuir para fragilizar ou dificultar essas práticas, em seu aspecto descolonial; Relatos dos bolsistas: considerações sobre o conceito de Educação Popular, para se entender um pouco sobre sua relação com a Extensão Popular; Analisando a experiência dos bolsistas sobre as dificuldades que sentem para fazer uma prática educativa que seja efetivamente descolonial; A partir das experiências dos extensionistas pôde-se analisar sobre sugestões ou recomendações que fariam para outras práticas de extensão popular, no entendimento de qualificar o sentido da descolonialidade.

Finaliza-se o quarto capítulo com a análise dos Relatórios como fontes documentais de uma Extensão Popular, onde buscou-se descrever os aspectos relevantes do projeto Universidade Popular em seus desafios na realização da Extensão Popular.

### **4.1 A análise dos dados: contribuições por meio das práticas da Extensão Popular e descolonialidade**

A análise das falas dos participantes é um processo que requer também atenção à interpretação a fim de possibilitar reflexões satisfatórias em torno das questões analisadas. Para Gil (1999, p. 176) “classicamente, a interpretação dos dados é entendida como um processo que sucede à sua análise. Mas estes dois processos estão intimamente relacionados. Nas pesquisas qualitativas, especialmente, não há como separar os dois processos”. Tanto as análises quanto as interpretações possibilitaram um entendimento dos principais conceitos abordados nas falas,

as quais analisamos de forma mais descritiva apresentadas no discurso construído pelos participantes e procurando relacioná-las às impressões construídas na pesquisa desde a formulação do referencial teórico (Baptista, 2009; Minayo, 2014).

Como a participação dos bolsistas foi realizada no formato de Webnário optamos por apresentar os resultados das análises apresentando as considerações com base em cada pergunta, que durante a atividade serviu como temática para cada bloco a cada rodada de respostas. Para complementar a nossa análise em observação às considerações apontadas pelos participantes, sobre Extensão Popular, práticas educativas descoloniais e Educação Popular, foi incluída também as considerações da coordenadora do projeto de extensão Universidade Popular, professora Maria do Socorro, feitas durante a IV aula Pública do Extelar, realizada de forma remota em 25 de novembro de 2022, onde abordou sobre aspectos da Extensão Popular e descoloniailidade, Educação Popular e as práticas de extensão já realizadas pelo referido projeto que coordena.

#### 4.1.1 Contribuições dos participantes: visões para se compreender aspectos da Extensão Popular como prática descolonial

Nesses pressupostos pode-se destacar nas falas dos participantes aspectos que potencializam uma forma de extensão que estabelece como objetivos a realização da extensão de forma dialógica, pensada a partir da realidade concreta das comunidades e seus sujeitos. Para tanto é importante compreender-se aspectos que caracterizam a Extensão Popular como uma prática descolonial no âmbito de suas práticas e atuação dos bolsistas. Em suas afirmações a extensionista Participante, Jaysa Nerys, no WEBNÁRIO em 22 de maio de 2023, expressa da seguinte forma:

Eu acredito, afirmo e confirmo que a extensão popular é descolonial, porque ela vai valorizar as perspectivas de cada um. Ela valoriza a gente coletivamente e individualmente, ela traz o nosso contexto, [...] a nossa realidade social, ela problematiza as questões, as problemáticas que a gente enfrenta no âmbito, tanto dentro da universidade como dentro da nossa comunidade, a extensão popular tem essa capacidade de fazer com que os nossos saberes sejam promovidos como algo científico também que pode ser contextualizado dentro da universidade, que o nosso saber tem valor. E através da extensão popular, da própria universidade popular eu vi isso de perto interagir. [...] Por esse motivo a extensão popular é sim descolonial.

A partir da fala da Participante compreende-se a interligação do conceito de descolonial com uma prática que possibilita a compreensão e apreensão dos aspectos da realidade social

dos(as) participantes das atividades de extensão passa por uma valorização do conhecimento e um diálogo entre os saberes populares e acadêmicos numa perspectiva que valoriza também a própria prática da extensão. A perspectiva de desvalorização dos saberes ainda se manifesta em formas de extensão que priorizam mais a transmissão dos saberes em detrimento da relação que se estabelece entre os sujeitos. Uma das estratégias de se pensar renovações e reinvenção da extensão dentro e fora da universidade de forma dialógica consiste em integrar o pensamento descolonial, juntamente com as metodologias e estratégias da Extensão Popular, com base nas práticas e metodologias da Educação Popular para a construção da. Isso tem sido um fator que vem contribuindo para a extensão como um todo.

Dessa forma a Extensão Popular também relacionada ao pensamento descolonial tem buscado construir uma relação de proximidade não só do ponto de vista teórico, mas também pontuado e marcado pelas realidades vividas nas comunidades. A extensionista Participante, Onazionir Ferreira, afirma o seguinte, sobre esse aspecto da Extensão Popular:

não entendia muito sobre extensão popular, educação popular, sobre a descolonialidade, que são pensamentos que vem transformando a nossa vida como ser pensante, construtor do pensamento, de uma verdadeira educação voltada para as nossas raízes. Raízes [...] porque sou camponesa, do campo e essa extensão popular ela visa muito a valorização do conhecimento do camponês a partir da sua realidade. Então nesse sentido eu pude perceber que desde a minha trajetória acadêmica dentro do projeto, que é um processo sim decolonial, porque a gente constrói o conhecimento a partir das nossas raízes, da nossa classe popular.

Nas contribuições da Participante, Onazionir Ferreira, percebe-se que as suas considerações convergem para um entendimento de que esse aspecto da descolonialidade, na Extensão Popular, possibilitou a construção de uma valorização do conhecimento, porém definido de um ponto de vista de reconhecimento de classe, na qual a participante não só define a relação com a comunidade como também destaca a importância de seu contexto camponês, demarcando também a importância fator território nessa relação de saberes. Temos assim representado outro elemento importante nessa relação dialógica com os sujeitos, que é a dimensão do território e suas implicações, que também contribuem nessa produção de conhecimento. O elemento território tem suas implicações diretas nas atividades de extensão, pois é um dos pontos principais a serem englobados e problematizados nas diversas frentes de ações da Extensão Popular. Nos territórios se constroem as relações históricas e sociais concretas e abstratas que definem a memória das comunidades nas relações sujeito-sujeito.

Ao realizar as práticas de extensão, o projeto Universidade Popular tem como ponto de partida e chegada, a realidade dos territórios, com seus conflitos e potencialidades como formas de, respectivamente, produzir a denúncia para situações de exclusão e, conseqüentemente, anunciar e construir alternativas com os sujeitos. Em outra abordagem sobre a descolonialidade na extensão o Participante, Thaynan Alves, no WEBNÁRIO em 22 de maio de 2023, pontua que:

[...] dentro da própria extensão popular, dentro das perspectivas freirianas elas vão se constituindo descolonial porque, primeiramente, por esse movimento da negação desse lugar de extensão e pelas suas práticas, em que elas vão se constituindo, para que a gente possa construir o nosso próprio lugar de fala, o nosso próprio lugar de fazer o conhecimento. Na minha perspectiva é o que a extensão popular busca fazer, e dentro dessa perspectiva descolonial é trazer uma visão de um novo conhecimento, um conhecimento que vai sendo constituído a partir de práticas coletivas entre a universidade e a sociedade e os sujeitos externos.

Já para o Participante, Thaynan Alves, o descolonial que caracteriza a Extensão Popular, se constitui como um elemento que desconstrói a visão monolítica da extensão como prática que não entende o contexto de inserção no qual se encontra. Destaca a importância da construção do lugar de fala como uma forma de valorizar a visão de mundo que se constrói do micro para o macro espaço, e nesse sentido está representado também uma valorização dos conhecimentos locais. A Extensão Popular também é descolonial por representar uma ideia de construção de novos conhecimentos. Contudo essa proximidade se realiza com o compromisso ético de se estabelecer uma relação pontuada pela necessidade do diálogo permanente com as comunidades, para uma perspectiva de transformação da realidade.

Assim a extensão pontuada nos pressupostos da Extensão Popular trabalha com possibilidades de diálogos, em que os sujeitos sejam conduzidos a uma reflexão sobre sua realidade. Na visão do extensionista Participante, José Wylk, no WEBNÁRIO em 22 de maio de 2023, considera que a Extensão Popular

é descolonial porque rompe com os paradigmas, do ponto de vista da ação da Extensão Popular, que é a relação sujeito-sujeito e não na relação sujeito objeto, como a universidade trata na relação com a sociedade de uma universidade elitizada europeia. É descolonial também porque ela é inclusiva, ela insere os sujeitos [...] no ambiente da universidade, dentro da universidade, [...] então, ela é uma Educação Popular que rompe com esses paradigmas, é por isso que ela é descolonial.

Segundo os relatos do Participante, José Wylk, para designar a Extensão Popular como descolonial destaca de início a importância do rompimento com os padrões euro-centrados em um paradigma, traço comum do colonialismo difundido na universidade e na própria extensão universitária. A ideia de inclusão converge para se perceber na Extensão Popular a importância de se inserir os sujeitos [das classes populares] nos processos da extensão dentro do espaço acadêmico, bem como os sujeitos extensionistas ocupando os seus diversos espaços. Reconhece também que a Extensão Popular é descolonial quando se revela por uma Educação Popular que rompe com o paradigma hegemônico de extensão, de educação e de universidade.

Em outro plano, como resultado de suas ações, o projeto Universidade Popular, desempenha o papel político do processo a fim de possibilitar que os sujeitos sejam instigados a tomar a iniciativa no enfrentamento das situações adversas e pensar soluções junto à equipe da universidade. Nesse sentido reforça a adoção das características do pensamento descolonial como marca de suas ações, reforçadas pelas reflexões a partir do pensamento anticolonial, anticapitalista subsidiado pela decolonialidade e descolonialidade. A justificativa para a adoção do termo descolonialidade como ponto de partida das ações do projeto de extensão Universidade Popular, pontua uma característica de ruptura com os processos de exclusão deixados pela colonialidade.

Nota-se assim que esse processo deixou marcas que se perpetuam de várias formas, perpassando a extensão dos sujeitos e comunidades, que afeta os campos do pensar, do agir, do existir. Interfere em diversos processos dentro e fora dos espaços educativos, principalmente em espaços destinados à formação da classe trabalhadora.

#### 4.1.2 Possibilidades de uma prática de extensão popular descolonial

As práticas de Extensão Popular são perpassadas por questões que definem suas possibilidades para realização de suas atividades. A partir dos relatos da Participante, Jaysa Nerys, no Webnário em 22 de maio de 2023, define que existe uma produção de saberes da Educação Popular que se realiza em contato com os conhecimentos populares que são produzidos fora do espaço acadêmico e que também se manifestam na Extensão Popular “[...] porque quando existe essa troca de conhecimento, quando existe esse intercâmbio, [...] é a melhor possibilidade que tem de transformar a extensão popular em uma prática descolonial”. Dentro dessa própria relação de troca de saberes é importante reconhecer esse diálogo como uma possibilidade de valorização dos saberes populares e reorientação das práticas de extensão

na universidade que possibilite transformar a extensão pelas práticas da Extensão Popular como uma prática descolonial.

Para o Participante, Thaynan Alves, a prática de Extensão Popular pode ser descolonial quando se observa primeiramente pela dimensão de alcance dessas práticas em possibilitar o diálogo entre os saberes em sua forma do fazer extensão, que é definido pelas relações estabelecidas com as comunidades “[...] é realmente saber que esse lugar vai articular esses dois conhecimentos, o conhecimento popular e o conhecimento científico. O que possibilita que essa prática da extensão seja realmente descolonial, é a sua forma de fazer”. Nessa relação dos diferentes tipos de conhecimentos passa também a compreensão de que a Extensão Popular se realize de forma que não seja uma transmissão de conhecimentos e sim uma prática que dialogue com as realidades dos sujeitos entendendo seus contextos e problematizando a realidade.

Não obstante a Participante, Onazionir Ferreira, retrata sobre os aspectos relacionados pelo compromisso coletivo em sempre ter consciência de que se está de verdade comprometidos com uma prática de Extensão Popular pautada na descolonialidade pois, “[...] todo trabalho que a gente faz dentro da extensão popular a gente sabe que é uma forma de prática da descolonialidade”. Ainda de acordo com a Participante, Onazionir Ferreira, passa também pela ideia de que a Educação Popular enquanto uma prática realizada por sujeitos da classe popular tem suas contribuições significativas de transformação da extensão na universidade pela extensão popular descolonial pois, “É nesse sentido que a gente vem fazendo essa prática desse conhecimento e reconhecendo essa prática dentro da extensão com esse pensamento da descolonialidade, dentro da classe da educação popular”.

Para o Participante, José Wylk, a possibilidade de a Extensão Popular ser uma prática descolonial remete a considerar os sujeitos como protagonistas das ações realizadas no processo, e que esses sujeitos se tornam presentes nessas ações quando ocupam os espaços da universidade, sobretudo pelos sujeitos populares, quando afirma “[...] que ela seja trabalhada do ponto de vista dos sujeitos populares [...]. Ela é descolonial, justamente por isso, é a prática de contribuir para que sujeitos populares da classe trabalhadora estejam dentro dos espaços da universidade [...]”. Sendo assim, fica evidente que, o que tem contribuído para uma extensão popular descolonial é o repensar de suas práticas e da transformação da extensão pela mobilização dos extensionistas e dos sujeitos onde ambos se tornam protagonistas da ação no processo.

#### 4.1.3 A realização prática da Extensão Popular e a incidência de aspetos que podem contribuir para fragilizar ou dificultar essas práticas em seu aspecto descolonial

Compreende-se que na realização da Extensão Popular há elementos que contribuem para fragilizar ou dificultar essa prática. Nesse sentido o projeto de extensão Universidade Popular tem estabelecido em suas ações a realização dos processos da extensão, através da Extensão Popular, como elementos assimiladores de processos formativos que envolvam as comunidades e seus sujeitos ao longo de todas as etapas. Nas palavras do extensionista Participante, Thaynan Alves, no WEBNÁRIO em 22 de maio de 2023, considera que

existe elementos que podem sim fragilizar, como por exemplo, a falta desses materiais, a falta dessas perspectivas, da perspectiva desses diálogos, de uma prática verdadeiramente descolonial [...]. Uma coisa é eu dizer: o que faço na comunidade Laranjeiras, é uma prática descolonial, outra coisa é sair daqui do meu lugar, [...] chegar até a comunidade de uma forma que eu não chegue imprimindo algo que eu queira que eles digam [...]. Isso precisa ser desconstruído no fazer, não adianta eu dizer que essa prática é descolonial, mas é o como chegar, como fazer, o como desenvolver esse processo, essas articulações, que elas vão dizer dessa prática, o que vai se constituir, o que vai dar uma visibilidade desse lugar de uma nova construção, nova perspectiva de um novo conhecimento, é o que nós estamos chamando de descolonial.

Nas considerações do Participante, Thaynan Alves, percebe-se em sua afirmação que considera importante o apoio institucional e um compromisso ético na perspectiva do diálogo para uma prática descolonial, pois sem esses elementos dentre outros a Extensão Popular como uma prática descolonial fica comprometida e fragilizada. Esse compromisso também passa pela forma como é feita a abordagem nas comunidades, que deve ser articulada e mediatizada por uma relação de construir com a comunidade numa perspectiva de respeito entre os saberes e não em forma de um diálogo de superioridade em relação aos conhecimentos da comunidade. É considerar que essas práticas não sejam vistas como descoloniais apenas no discurso. O envolvimento nesse sentido manifesta a compreensão de que a extensão seja um processo de formação com as comunidades em que apresenta uma regularidade de suas ações e não sejam caracterizadas como atividades pontuais.

Dentro de sua dimensão formativa também estão englobadas a relação de interconhecimento, a relação de proximidade com o sujeito e seus territórios, suas vivências e experiências. Mas convive com processos que dificultam as ações de extensão, sobretudo por ser descolonial, como visto nas palavras da Participante, Onazionir Ferreira, no WEBNÁRIO em 22 de maio de 2023, foi observado elementos que,

na nossa trajetória em todos os momentos, a gente enfrenta muitas dificuldades, dentro dessas práticas, porque às vezes a gente tem até a construção de um pensamento, mas quando ele não é importante é fragilizada, e deixa de construir essa prática dentro da nossa realidade para estar acrescentando outros saberes que não dialoga com a nossa realidade, com a nossa cultura. Então são várias fragilidades e dificuldades encontradas sim nessa prática, dentro do processo de formação, em todo o processo nosso, sempre tem esses elementos, que dificulta cada vez mais a nossa existência nos espaços que são nossos por direito.

Nas palavras da Participante, Onazionir Ferreira, há uma ênfase na construção do conhecimento tomando como ponto de referência os saberes e vivências individuais que é fragilizado quando esse conhecimento não é integrado, trabalhado e vivenciado nas práticas de extensão na universidade, sendo assim uma das dificuldades apontadas pela participante. Aponta-se assim mais elementos que também dificultam uma Extensão Popular descolonial na universidade e em espaços externos, quando é negada a vivência da extensão em espaços como a universidade, que não são acessados pelos sujeitos de direitos sobre esses espaços enquanto classe popular. A realização da Extensão Popular convive, assim, com elementos que a dificultam, mas tem procurado se estabelecer e fortalecer seus laços com as comunidades. Esse elemento dentro do processo facilita a comunicação, no diálogo com os sujeitos, realizadas pelos extensionistas e demais sujeitos que fazem parte das ações da extensão.

Caminha-se assim, para a realização de outro processo importante no diálogo para se definir a condução e discussão dos temas geradores e definir a importância de se pensar a partir das realidades locais do contexto em problematização. Não obstante a extensionista Participante, Jaysa Nerys, no WEBNÁRIO em 22 de maio de 2023 entende que:

um dos principais elementos, que dá essa fragilidade, que dificulta a prática da Extensão Popular no processo de descolonialidade, a inserção de políticas públicas que nos coloque dentro da universidade para que nós sejamos um dos atores dessa prática de descolonialidade. Porque [...] ainda precisa ter essa inserção de políticas públicas que deem mais a possibilidade de os camponeses entrarem dentro da universidade, para que a partir dessa entrada na universidade, a partir dessa contextualização, dessa troca de conhecimentos desse intercâmbio de experiências, eles mesmo, nós mesmo, possamos ser os autores da descolonialidade.

Daí se constrói também os pontos importantes para uma formação de maneira que todos os elementos que orientam a ação estejam presentes nos processos formativos da extensão. São esses aspectos que têm possibilitado, por exemplo, a produção de conhecimentos.

Na concepção de Melo Neto (2006, p. 93) é um dos principais componentes da Extensão Popular como, “[...] um trabalho social útil sobre a realidade, [...]” [que tem como resultado um] “processo dialético de teoria e da prática dos envoltos nesse trabalho, externando um produto que é o conhecimento novo, cuja produção e aplicabilidade possibilitam o exercício do pensamento crítico e do agir coletivo”. A produção de conhecimento é possibilitada também por um engajamento da comunidade se somando aos demais fatores que permeiam o fazer extensionista, como o diálogo e as relações de trocas de saberes.

Com relação às práticas educativas adotadas no projeto de extensão Universidade Popular pode-se considerar alguns elementos que convergem com os pressupostos da Educação Popular. Entende-se que essas dificuldades, destacadas na visão de Silva (2022), na IV Aula Pública do Extelar, são influenciadas pelo “modo como a extensão vai organizando a pesquisa ainda predomina os pensadores eurocêntricos, os pensadores que se organizam na lógica da Europa, norte-americana, que hegemonizaram o campo da ciência”.

4.1.4 Relatos dos bolsistas: considerações sobre o conceito de Educação Popular, para se entender um pouco sobre sua relação com a Extensão Popular.

Analisou-se as concepções sobre o conceito de Educação Popular pontuada pelos sujeitos participantes a fim de abordar a importância de alguns aspectos da educação popular, como sua concepção teórico-metodológica que fundamentam suas práticas e definem suas perspectivas e intencionalidades, onde esses aspectos são mobilizadores e definidores das estratégias e intencionalidades para a Extensão Popular. Para dialogar sobre essa compreensão abordamos em sequência as contribuições interpretativas dos quatro extensionistas, observando a ênfase dos aspectos abordados respectivamente nas falas dos(as) Participantes: Jaysa Nerys; Onazionir Ferreira; José Wylk; Thaynan Alves, no WEBNÁRIO em 22 de maio de 2023:

Educação Popular é a garantia dos princípios do interconhecimento entre os discentes, os docentes e os educadores das comunidades. Essa prática educativa, consiste pela luta dos direitos das classes populares que lutam por direitos, lutam contra a desigualdade social, contra a violação dos direitos humanos, contra a hegemonia (Thaynan Alves).

Entender Educação Popular é entender, como um ato político, porque a gente vai se constituindo, se entendendo como sujeito trazendo as nossas sensibilidades para poder conhecer as nossas próprias realidades. Entender essa realidade como uma potencialidade (Jaysa Nerys).

A educação popular eu a vejo como uma educação para todos, inclusiva, uma educação que pensa [em] outros modos de produção do conhecimento, que oportuniza às pessoas a se inserirem nos espaços da universidade pública e gratuita. A educação popular é uma educação que rompe com a hegemonia de que a universidade tem que ser elitizada (José Wylk)

Educação popular, é a forma diferenciada dos sujeitos construírem o saber através da sua prática, através da prática educativa dentro da sua classe. Busca ampliar os saberes dos sujeitos a partir da prática pedagógica, dando o roteiro nessa formação do conhecimento que valoriza todos os sujeitos que estejam inseridos nessa classe, na classe popular (Onazionir Ferreira)

Analisando as argumentações dos quatro participantes percebemos que eles possuem uma interpretação sobre o conceito de popular articulada por elementos que definem a Educação Popular como um ato educativo relacionado a conceitos políticos e intencionalidade política que a educação precisa assumir para se definir como popular, incidência política dos sujeitos enquanto construtores de conhecimentos. Na fala do Participante, Thaynan Alves, percebe-se uma ênfase maior na perspectiva da Educação Popular como uma educação para a luta por direitos e justiça social, na construção de um projeto de igualdade de direitos humanos.

Para a Participante, Jaysa Nerys, o popular que define a educação como Educação Popular perpassa pela integração de todas as categorias de sujeitos que fazem a educação, ou seja, docentes, discentes e educadores das comunidades que a partir de uma educação, que seja popular de fato, ela se caracteriza como tal por essa interpelação de múltiplos saberes. Também acentua a Educação Popular como sendo uma luta mobilizada pela classe popular em suas lutas por direitos.

Nas considerações do Participante, José Wylk, a ideia de popular está atrelada ao princípio de acolher os diversos e múltiplas formas de diálogos na produção de saberes, onde todos possuem conhecimentos potentes. Essa é uma das formas de se promover na universidade a superação de uma concepção hegemônica e construção de novas perspectivas de conhecimentos na universidade e com as comunidades.

Para a participante, Onazionir Ferreira, a ideia de uma educação centrada nos princípios de classe fica evidente quando reforça que a Educação Popular também é uma forma de construir conhecimentos a partir da própria realidade. O conceito de classe popular também define o próprio conceito de popular quando assimila que a Educação Popular também se define teórico-metodologicamente a partir das vivências e experiências da classe popular.

Por meio das contribuições dos participantes na pesquisa, o que se discute a partir das considerações coletadas e analisadas é a relação que existe entre Educação Popular e Extensão Popular para se concretizar como prática motivadora do diálogo, de repensar e propor novas

formas de extensão na universidade, que dialogue com a classe popular, os movimentos sociais, as comunidades do campo e demais espaços onde se realiza a extensão. Nesse ponto a perspectiva de Extensão Popular descolonial converge para esse entendimento, ou seja, de que nem tudo que se diz popular de fato é popular por uma simples grafia do termo ou pronúncia, para além disso se relacionam com múltiplas identidades que marcam a Educação Popular e movimentos sociais populares (Melo Neto, 2015; Calado, 2021). Por seu caráter político, pelas características e desenvolvimento de suas atividades práticas de compromisso com a classe popular, movimentos sociais populares, sobretudo, na resolução de problemas sociais enfrentados por essa classe e movimentos, a Extensão Popular se inspira e propõe novas formas de abordagens e fazer extensionistas pelas metodologias e fundamentos da Educação Popular.

#### 4.1.5 Análise da experiência dos bolsistas sobre as dificuldades que sentem para fazer uma prática educativa que seja efetivamente descolonial

Entende-se que há dificuldades para a Extensão Popular se materializar como uma prática efetivamente descolonial, como a forma que são planejadas as ações, a preocupação com a definição dos temas das ações, a inclusão dos sujeitos da comunidade nos processos formativos desde o seu planejamento, além de preocupação com as devolutivas.

Nesse sentido temos as contribuições narrativas da extensionista Participante, Jaysa Nerys, no WEBNÁRIO em 22 de maio de 2023, onde conclui que:

[...] precisa encontrar métodos, metodologias que a gente consiga fazer esse intercâmbio da prática educativa como uma prática descolonial, precisa achar uma linguagem que caiba em toda a conversa, [...] tem que saber o lugar, tanto nosso de fala quanto nosso lugar de ouvinte. Saber chegar, saber ouvir, saber conversar, saber montar práticas interativas que forme uma excelente construção coletiva para poder intercambiar essas práticas educativas que fomentem a descolonialidade.

Nas palavras da Participante, Jaysa Nerys, as principais dificuldades se representam pelas definições de estratégias e métodos nas práticas da Extensão Popular que possa fomentar o diálogo com os sujeitos numa perspectiva integrativa e em abordagem pela linguagem que possa ser acessível de compreensão por todos que não compreendem a linguagem acadêmica. Numa perspectiva descolonial a Extensão Popular se define pela utilização de práticas que vão de encontro aos anseios da comunidade mediada em sua participação ativa em todo o processo e não somente da universidade, e dessa forma consegue-se articular os saberes. Há um esforço

colaborativo em desempenhar as etapas de forma que seja integrado nos diversos momentos tanto as ações dos extensionistas quanto as contribuições dos sujeitos da comunidade.

Pode-se destacar contribuições e realizações de processos da extensão que tem possibilitado a aproximação entre universidade e comunidade através da proximidade de sujeitos. A coordenadora do projeto de extensão Universidade Popular, Silva (2022), na IV Aula Pública do Extelar argumenta que “é nesse fazer em que o conhecimento da comunidade, as demandas da comunidade vão atualizando o nosso fazer extensionista. E aí a extensão é viver com os sujeitos e não viver para o sujeito, mas é viver os processos”. Nas realizações das ações se tornam todos sujeitos da ação, do movimento, da mobilização e construção de saberes. Sobre esse ponto o extensionista Participante, José Wylk, no WEBNÁRIO em 22 de maio de 2023, considera que as dificuldades, muitas vezes são impostas, ao passo que as práticas são desenvolvidas, pois

São experiências que eu vivi dentro da universidade, que tem que evoluir, que faz parte da mentalidade ainda branca, eurocêntrica. Então, são desafios muito grande, fazer essas práticas educativas com relação sujeito-sujeito, trabalhar essa construção coletiva do conhecimento, saberes populares, saberes científicos, fazer essa relação, principalmente, do ponto de vista que posso falar como membro da comunidade, como ser, como sujeito e como sujeito participante da universidade, da extensão.

Nas afirmações do Participante, José Wylk, o que tem sido posto como desafiador na efetivação das práticas descoloniais pela Extensão Popular tem se revelado pela dificuldade de se difundir o pensamento de outras práticas extensionistas que não seguem os padrões da universidade, que é pontuado por uma classe hegemônica dentro da universidade. Fica evidente a partir dos relatos do participante que uma aproximação dos saberes e não o rompimento de contato entre os conhecimentos sinaliza para essa possibilidade da Extensão Popular e descolonialidade. Aproximação esta, que tem possibilitado momentos de estreitamento de laços entre ambas as partes, vem dialogando nessa perspectiva.

É nesse sentido também que a Extensão Popular pontuada na descolonialidade tem contribuído para inserir nos espaços de discussão de ideias, na universidade, os sujeitos das comunidades, quando da realização de eventos na universidade. Nesse ínterim, Silva (2022), em participação na IV Aula Pública do Extelar, destaca a importância da mobilização dos bolsistas e na relação com a comunidade em aspectos educacionais e sociais

e aí entra o trabalho dos nossos alunos da graduação e da pós-graduação e os parceiros externos. Então, vamos nos organizando nessa lógica da relação com

a comunidade, em que a comunidade ajuda a pensar e, junto [...] vai pensando um novo jeito de fazer extensão e que a extensão também é um processo de incidência política, que implica a transformação, baseado no princípio da Educação Popular, em que o primeiro princípio a partir da realidade do sujeito constitui uma pedagogia que os sujeitos não seja apenas o destinatário da ação, mas se sinta participante desse processo de educação e construção coletiva do conhecimento.

Nas considerações de Silva (2022), destaca-se a importância da mobilização dos bolsistas no projeto de extensão Universidade Popular, que nessa seção da pesquisa contribuíram na atividade, sendo que analisei como pesquisador e participante também do projeto. Comenta sobre a ação dos bolsistas do projeto, e que essa ação não se efetiva sem a relação com a comunidade na definição das metodologias e formas mais adequadas de se realizar a Extensão Popular mediada e dialogada pelos princípios e metodologias da Educação Popular. A ênfase no aspecto político é resgatada e afirmada como elemento chave na formação dos sujeitos das comunidades, quando o projeto de extensão Universidade Popular realiza com os sujeitos da comunidade o momento de construção e recapitulação através de linha do tempo, em diálogo com os sujeitos da comunidade, destacando sempre a importância da consciência do ato político na educação, para os sujeitos da comunidade (Freire, 2015).

A dimensão formativa é o elemento que mais se evidencia na perspectiva de ação do projeto de extensão Universidade Popular por meio das práticas da Educação Popular, visto que aparece com mais ênfase essa característica. Nesse sentido, Silva (2022), durante participação na IV Aula Pública do Extelar enfatiza que “essas práticas vão também criando um modo de produzir conhecimento, do potencial da Educação Popular, como os próprios movimentos sociais do campo vão instituindo epistemologia”, considerando-se também os conhecimentos dos sujeitos dos territórios. A opção por trabalhar com essa temática conduz o pensamento a refletir sobre as influências de um passado colonizador que se estabeleceu desde o início, sobretudo, com marcas mais visíveis, nas comunidades do campo, que ainda contam com educação deficitária.

Daí a necessidade de o projeto trabalhar com atividades formativas numa perspectiva para a transformação da realidade, pelo despertar crítico e mobilização das comunidades, através do conhecimento de suas próprias realidades. Na visão da extensionista Participante, Onazionir Ferreira, no WEBNÁRIO em 22 de maio de 2023, esse aspecto perpassa pela mudança de concepção construída na realização dessas práticas que:

quando a gente entra na universidade, entra sem uma visão crítica porque não tem uma linguagem configurada e isso é uma das dificuldades maior que a

gente enfrenta para poder desenvolver essa prática educativa, que seja efetivamente decolonial. Para nós, que somos sujeitos do campo para realizar uma atividade dessa, sem ter o conhecimento [...] fica muito difícil. Tem 'n' fatores que dificulta nossa aproximação, nossa compreensão para desenvolver essa prática educativa porque a gente precisa ter acesso a muitas políticas públicas que possa fortalecer essa base que levamos para dentro da universidade e que a gente possa também levar para dentro das comunidades para construir essa prática educativa com a descolonialidade [...].

Segundo a abordagem da Participante, Onazionir Ferreira, o que mais dificulta a realização de uma prática de forma efetivamente decolonial é compreender, primeiramente, o próprio processo do fazer extensão. Essa dificuldade se acentua justamente por ainda não ter acesso ao conhecimento acadêmico por ser de uma classe que teve esse acesso negado, e se apropria desse conhecimento pela visão colonial.

A partir do momento em que se tem acesso aos conhecimentos da universidade por uma perspectiva que desconstrói essa superioridade passa-se então a perceber essa relação na Extensão Popular que questiona esse padrão pela descolonialidade. O contexto de atuação do projeto de extensão Universidade Popular é perpassado pelas questões agrárias excludentes, em que através da expansão do agronegócio vem se acentuando processos de opressão contra as comunidades e sujeitos do campo, esse também é outro elemento que dificulta a realização de práticas descoloniais na extensão.

São essas características e compromisso de realizar a extensão de matriz decolonial que caracterizam o projeto de extensão Universidade Popular como impulsionador da ideia de transformar a universidade, o fazer extensão e atuação dos extensionistas. As concepções de aproximação com as comunidades aparecem na fala do extensionista Participante, Thaynan Alves, no WEBNÁRIO em 22 de maio de 2023, considerando:

Para que essa prática educativa seja efetivamente decolonial, o primeiro ponto de partida é a forma como a gente chega para a realização dessa prática educativa. A dificuldade de se realizar essa prática educativa [...] das dimensões do diálogo, como esse diálogo vai ser constituído. A forma com que eu consiga expressar e trabalhar essas articulações com a comunidade de forma em que eu não invisibilize o que a comunidade tem de processo organizativo, de processos educativos, porque eles têm seus processos educativos, mas também que ao realizarmos uma prática educativa eu não vá impor aquilo que eu acho que seja correto.

Para o Participante, Thaynan Alves, a primeira dificuldade é na forma como se deve fazer a aproximação com as comunidades para se definir a realização das práticas educativas, por ser esse um dos elementos fundamentais na construção do diálogo. Entende-se que,

primeiramente, é necessário se constituir uma relação de proximidade que se dá desde os primeiros contatos. Esse cuidado fica evidente na fala do participante quando define que essa é uma atitude a ser mantida no fazer e viver da extensão, pois sempre é necessário manter um olhar atento para assim definir as metodologias e práticas a serem trabalhadas numa perspectiva da descolôniaidade sem impor os conhecimentos da academia, mas sim respeitando os saberes que se encontram nas comunidades desde suas origens.

Para tal, essas ações também se desvinculam de um caráter assistencialista de extensão, pois são incentivadas e impulsionadas, através da realização de suas práticas educativas, elementos que possibilitem a mobilização e auto-organização dos sujeitos das comunidades.

Há uma ênfase perceptível na mobilização por entender que esse é um elemento fundamental para a construção da perspectiva de classe, de identidade, que por sua vez dá mobilidade no processo de enfrentamento da opressão. Esse é um dos elementos que também se destaca na própria constituição da Educação Popular e, por conseguinte da Extensão Popular, na realização de suas práticas educativas.

A Extensão Popular se encontra também com os pressupostos da Educação Popular por se realizar enquanto movimento que realiza o enfrentamento para se manter na universidade. Assim desempenha papel importante para se contrapor ao paradigma de extensão universitária hegemônico dentro e fora da universidade.

#### 4.1.6 Extensão Popular: ressignificação da extensão em práticas descoloniais

A partir das experiências dos extensionistas participantes pôde-se analisar sobre sugestões ou recomendações que fariam para outras práticas de extensão popular, no sentido de qualificar o pensamento descolonial. Foi possível, também, compreender a Extensão Popular como uma prática educativa que, amparada nos pressupostos da Educação Popular pode contribuir como firmamento de uma prática descolonial para outras formas de extensão também populares.

Nesse sentido, foi dialogado sobre essa perspectiva com os bolsistas. Para o Participante, Thaynan Alves, no WEBNÁRIO em 22 de maio de 2023, essas as sugestões para experiências de extensão na perspectiva popular passam por considerar que:

A gente precisa refletir sobre as nossas ações, refletir sobre as nossas experiências, sobre o nosso fazer. E a Educação Popular que vai fomentar a sua prática educativa como pesquisador, a minha prática educativa que está envolvida no projeto da Universidade Popular vai dizer: a gente precisa refletir

sobre a nossa prática, para que a gente possa fazer processos avaliativos e isso que vai me permitir realmente se aquela prática é decolonial ou não, se ela vai contribuir ou não. E vai se constituindo o conhecimento decolonial que estamos nos propondo, que está discutindo aqui.

Segundo o Participante, Thaynan Alves, as experiências com as práticas de Extensão Popular podem ser motivadoras para outras práticas, no sentido de contribuições para os aspectos da decolonialidade, quando essas práticas também evidenciam as contribuições da Educação Popular, o que qualifica a Extensão Popular em seus aspectos da decolonialidade. Outro aspecto importante destacado é que no estabelecimento de uma Prática da Extensão decolonial se exercite também os processos reflexivos que incidem sobre as práticas e metodologias que estão sendo utilizadas, assim, se consegue problematizar sobre a própria condição que nos esclarece se de fato está se realizando uma prática decolonial, apontando e refletindo também as contradições.

Uma de suas características que sinaliza para uma perspectiva de contraposição à lógica eurocêntrica é a preocupação de realização de atividades devolutivas de experiências. Outro ponto importante é a forma de integração dos sujeitos da comunidade em momentos de diálogo e construção de propostas de realização de atividades por meio da mobilização da comunidade.

Já para o Participante, José Wylk, no WEBNÁRIO em 22 de maio de 2023, dialogando sobre esse aspecto da Extensão Popular perpassa pelas considerações sobre a extensão como uma forma de se ter o conhecimento em seu formato científico, mas que precisa dialogar com os conhecimentos populares, pois

A universidade tem muito a aprender. Práticas, trabalhos que conscientizem, não que a gente leve, que a gente vai ensinar isso, que a gente é universitário, a gente é formado e detém um determinado saber, mas que a gente, enquanto universidade, enquanto conhecimento científico possa contribuir com os sujeitos populares, como a Universidade Popular contribui com o território Laranjeiras, na formação, no fortalecimento da criação da associação, que é uma importante ferramenta de organização e coletividade para a defesa do território para defesa do meio ambiente.

Para o Participante, José Wylk, fica evidente a partir de seus relatos uma necessidade de superação da visão que as vezes fica de forma inconsciente fazendo com que se trate os conhecimentos a partir de dois ambientes distintos, universidade e comunidade, em relação às formas como entendemos quem educa quem. Na visão acadêmica fica sempre a impressão de que os conhecimentos precisam se deslocar às comunidades, quando na verdade os dois lados vão dialogar e, assim, fazer com que as alternativas sejam construídas na comunidade. Então

para se dialogar no sentido de reinventar a extensão na universidade como prática descolonial através da Extensão Popular é necessário desconstruir essa visão de superioridade do conhecimento.

Constata-se que é desenvolvido pelas atividades de formação do projeto de extensão Universidade Popular, através de suas práticas educativas, a construção de uma perspectiva coletiva de extensão, por meio da integração universidade comunidade. Enfatiza-se assim, a necessidade da descolonização como proposta capaz de contribuir para a transformação da extensão universitária, uma vez que reivindica o diálogo permanente com outras racionalidades de conhecimento, ou seja, o conhecimento popular.

O debate para a descolonialidade, na Extensão Popular pelo projeto de extensão Universidade Popular, perpassa sobre dois campos, que dialogam entre si de forma permanente: no campo teórico, quando perpassa pelo confronto de ideias numa perspectiva dialética e dialógica na construção do intelectual orgânico comprometido com a luta da classe popular; e no campo da ação, enquanto sujeito detentor do conhecimento e que esse conhecimento oriente processos na construção de um projeto de igualdade social.

Nesse sentido tem-se destacado a importância do diálogo entre os saberes produzidos no contexto da universidade em contato com os produzidos na comunidade, pelos sujeitos do território. Nos momentos de mobilização são discutidos elementos de mais interesse e que sejam de impactos previsíveis de mudanças positivas para a comunidade.

Para entender mais sobre essa relação, as considerações da Participante, Onazionir Ferreira, no WEBNÁRIO em 22 de maio de 2023, abordam a necessidade de se pensar as devolutivas também como uma relação dialógica, onde essas devolutivas sejam construídas como momentos de escuta dos conhecimentos captados pelos sujeitos das comunidades, para tanto,

Há uma necessidade também como a gente faz a devolutiva, seria bem interessante eles fazerem a devolutiva para a gente no momento que estivéssemos fazendo a devolução para eles, de tudo que foi construído, de tudo que foi realizado naquele espaço para saber se realmente eles compreenderam também o sentido da construção do conhecimento através daquela prática desenvolvida naquele espaço de formação. Seria muito proveitoso tanto para a gente quanto para a extensão popular e para a comunidade porque a gente vai compreender tanto a realidade nossa como eles também, dando a sua contribuição na formação, no desenvolvimento daquela atividade.

Nos relatos da Participante, Onazionir Ferreira, os processos de devolutivas realizados nas atividades de extensão são exemplos de como se destacar a importância do elemento da

descolonialidade na Extensão Popular em que se crie condições de fazer com que a comunidade se aproprie da sua própria realidade com criticidade. Dessa forma consegue-se realizar as práticas de extensão de maneira que a construção dos saberes faça sentido para as duas realidades, ou seja, da universidade e da comunidade. Tem-se assim, desenvolvido a extensão de forma integrativa de conhecimentos, perspectiva que dialoga com uma produção de saberes pela perspectiva da dialética, ou seja, é na relação do diálogo pelos díspares saberes que se produz novos conhecimentos.

Sobre a perspectiva de contribuições da produção de saberes pela Extensão Popular, do ponto de vista da descolonialidade pode-se concluir que a produção de uma cultura para a superação da colonialidade do saber está em processo de evolução. São cada vez mais perceptíveis elementos que apontam para a afirmação da Extensão Popular na universidade, sobretudo, por meio de suas práticas educativas. Sobre esses aspectos da descolonialidade na extensão e sua relação com as comunidades Silva (2022), na IV Aula Pública do Extelar assevera que:

o lugar político e de fala são lugares completamente distintos que nós não somos capazes de nos ver completamente e, muitas vezes, ficamos mesmo, ocultos quando nos baseamos por essa lógica de ciência. Penso que é essa contribuição, em que vamos atualizando o nosso pensamento na relação com a comunidade e na relação com os nossos discentes, na construção coletiva do conhecimento reafirmando que o nosso conhecimento deve servir para ter uma vida digna e uma vida prudente, o contrário disso pode ser extensão universitária, mas não será a extensão descolonial.

A partir do relato acima percebe-se nessas considerações uma representatividade da perspectiva gramsciana de classe, quando se vê já envolta nos processos em que os sujeitos tomam consciência da ação a ser desenvolvida, nas ações de extensão realizadas pelo projeto de extensão Universidade Popular, quando destaca a necessidade da tomada de consciência de classe como intelectual orgânico, para a construção do conhecimento, na disputa do Estado, sobretudo pela efetivação de políticas públicas de caráter popular inclusivas.

Para complementar as análises recorreu-se à estratégia de elaborar um quadro demonstrativo de respostas. Na sua elaboração utilizei as palavras-chave da dissertação como buscador de referência com as impressões e abordagens descritas pelos participantes. Para encontrar pontos comuns entre as palavras-chave utilizei a ferramenta “localizar” do editor word do meu computador. Usando a ferramenta fiz a busca e identificação das palavras-chave dentro dos trechos das falas. Posteriormente fui relacionando os conceitos com as descrições

identificadas realizando um processo de releitura para capturar mais elementos relacionados com a discussão dos conceitos na minha pesquisa.

No quadro abaixo estão representados parte dos resultados, em que os apresento em recortes por proximidade das palavras-chave apresentando o quantitativo de achados abordando 1 (uma) consideração de cada participante e em seguida uma breve conclusão, em poucas palavras, apontando as impressões indicando relação com a fala de cada um, alguma característica relacional com as concepções das práticas educativas da Extensão Popular, Educação Popular e descolonialidade, conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Complemento das análises das falas dos participantes

<b>Palavras-chave</b>	<b>Result.</b>	<b>Exposto</b>	<b>Falas dos Participantes</b>	<b>Conclusões</b>
<b>Extensão Popular</b>	13	1 de cada participante	Jaysa - É descolonial, porque valoriza as perspectivas de cada um; Onazionir - Visa muito a valorização do conhecimento do camponês; Thaynan - Um conhecimento que vai sendo constituído a partir de práticas coletivas; José Wylk - É a relação sujeito-sujeito e não na relação sujeito-objeto;	Jaysa - Conhecimentos internalizados; Onazionir - Identidade; Thaynan - Construção coletiva; José Wylk - Relação dialógica
Educação Popular	9	1 de cada participante	Onazionir - Verdadeira educação voltada para as nossas raízes José Wylk - Rompe com esses paradigmas; Jaysa - Garantia dos princípios do interconhecimento; Thaynan - Um ato político	Onazionir - Contexto vivido; José Wylk - Descolonial; Jaysa – Classe popular e direitos; Thaynan - Conhecer e transformar a realidade
Descolonialidade	6	1 de cada participante	Onazionir - São pensamentos que vem transformando a nossa vida como ser pensante, construtor do pensamento; Jaysa - Intercâmbio da prática educativa como uma prática descolonial	Onazionir - Conhecimentos críticos; Jaysa - Prática educativa
Práticas Educativas	2	1 de cada participante	Jaysa - Saber chegar, saber ouvir, saber conversar, saber montar práticas interativas que forme uma excelente construção coletiva; José Wylk - São experiências que eu vivi dentro da universidade, que tem que evoluir	Jaysa – Aproximação e diálogos; Jaysa – Desconstruir o eurocentrismo; fortalecer a relação sujeito-sujeito

Extensão Universitária	0 (zero)	1 de cada participante	0 (zero)	Não se aplica
<b>*Extensão</b>	17	1 de cada participante	*Aparece na fala de todos os participantes	*Aparece de forma muito vaga para designar a extensão universitária; De forma mais evidente aparece ligado à Extensão Popular

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa, 2023

Complementando as breves análises dos elementos, realizadas no quadro acima, fica evidente que os participantes demonstraram em suas afirmações, um grau de proximidade muito forte com a Extensão Popular e Educação Popular com resultados numéricos mais expressivos na fala com 13 e 9, respectivamente. O termo Descolonialidade e Práticas educativas aparecem de forma menos expressiva numericamente, com 6 e 2 resultados respectivamente. Porém, estão descritos de forma relacionada com as práticas educativas e intencionalidades da Extensão Popular e Educação Popular.

Chamou-me atenção o aspecto de não abordarem o conceito de extensão universitária ou ao menos a própria palavra “extensão universitária”. Nesse sentido pesquisamos somente a partir do termo Extensão, para ver o resultado. Observando mais atentamente a fala dos participantes percebe-se que o uso do termo Extensão aparece na maioria das vezes seguido do termo Popular, o que revela uma pouca apropriação do conceito tradicional de extensão na universidade.

#### **4.2 A análise dos Relatórios como fontes de uma Extensão Popular**

A produção de relatórios é uma das principais formas de registros das ações de extensão do projeto Universidade Popular. Nessas formas de registros são descritas as atividades realizadas pelo projeto em sua relação de produção de conhecimentos com as comunidades.

Nas descrições são relatadas as atividades como visitas técnicas, transcrição de entrevistas, apresentação de fotografias e descrição das atividades de formação, de maneira que os registros constituam fontes de consultas posteriores. A principal finalidade dos relatórios é possibilitar materiais para estudos e reflexões sobre as atividades realizadas, o que possibilita também a construção de processos de repensar a própria prática dos membros do projeto.

A produção dos relatórios utiliza-se da metodologia descritiva como forma de registro e narrativa das etapas de realização das atividades, uma espécie de memória escrita dos momentos de realização das atividades do projeto. Em alguns casos podem se somar à narração dos momentos das atividades a descrição da abordagem dos participantes, como se relatasse a fala no desenrolar das atividades, e momentos de participação dos sujeitos das comunidades.

Outra estratégia, é durante as atividades, realizar momentos registrados em vídeos, áudios e anotações com os sujeitos dos territórios onde são realizadas as atividades de extensão. Contudo, tem-se o cuidado para que tais atividades não se constitua como momentos desconectados do contexto de realização das atividades formativas e, de forma que não se constitua como atividade “extrativista” de pesquisa, de construção do conhecimento, sobre os quais Borda (1981) nos alerta para um compromisso ético no diálogo com as comunidades.

Ainda de acordo com Borda (1981) esse tem sido uma característica que define a construção de modo “extrativista do conhecimento”, sobretudo pontuado pelo academicismo racionalista. A construção desse tipo de conhecimento é marcada, principalmente, pela ausência de compromisso devolutivo das atividades, o que resulta também na descontinuidade da relação com as vivências do território.

Na produção dos relatórios alguns aspectos são padronizados seguindo as normas da instituição, no caso, da Universidade Federal do Piauí, numa sequência de descrição por itens já pré-definidos pelo programa de extensão da universidade. Nesse sentido, a produção do relatório fica um pouco amarrada aos padrões da universidade, pré-definidos pelos itens elencados como principais pontos a serem descritos em sequências, o que termina por padronizar a descrição.

De certa maneira essa característica é plausível de compreensão, pois os programas de extensão são cobrados a prestar essas informações de forma clara, para assim, produzir seus dados de divulgação e análises dos projetos de extensão. Contudo, a forma de escrita e abordagem da realização das atividades fica a cargo do projeto de extensão, por meio dos bolsistas e coordenadores. Essa apresentação dos resultados, de forma sequencial, é compensada quando em outros itens do relatório pode-se apresentar as ideias de forma livre, seja por elementos descritivos ou já sistematizando de forma indireta as ideias.

Nesse aspecto os relatórios se consolidam como uma produção escrita aberta, em sua abordagem, embora tenha que descrever alguns itens obrigatórios e pré-definidos por requisitos do próprio programa de extensão. E nessa abordagem, de forma mais aberta os relatórios possibilitam a abertura ao diálogo e levantamento de ideias que podem ser ampliadas posteriormente a cada pesquisa.

Há também a possibilidade de reformular e melhorar a abordagem com a revisão e introdução de elementos que possam ser lembrados ou que não foram registrados. Nesse sentido os relatórios também se constituem como forma de construção da memória das ações do projeto de extensão, o que possibilita a construção de uma espécie de linha do tempo, que também é utilizada como estratégia pedagógica nos momentos de formação nas atividades do projeto.

Toda essa dinâmica é previamente planejada e discutida pelos membros do projeto de extensão, como a definição das equipes e dos responsáveis para cada atividade como: equipe de mobilização, registros escritos, elaboração do relatório, registros fotográficos, escrita de artigos e livros, devolutivas. Como se percebe, há uma dinâmica estruturada para a realização de todas as etapas de atividades, ou seja, não acontecem de forma aleatória.

A partir de fatores como esses, o próprio conceito de extensão é problematizado e retroalimentado num sentido mobilizador e transformador da prática extensionista. Ao se realizar de forma organizada e estruturada em metodologias as práticas extensionistas populares contribuem para transformar a extensão universitária e desconstruir a visão hegemônica.

Pôde-se observar que, para a realização das etapas das atividades segue uma sequência primária em três momentos: a) planejamento; b) visitas técnico-científicas; c) sistematização das atividades. Essa organização definindo-se esses três primeiros pontos como parte inicial dos trabalhos no projeto são importantes para se definir quais atividades realizar, como oficinas e cursos de formação, e quais metodologias e estratégias utilizar, como círculos de cultura dentre outros.

**Planejamento** - Refere-se à organização das atividades e atenção na produção de roteiros, preparação de material, mobilização das comunidades, reuniões, formação da equipe. Isso possibilita o desenvolvimento das atividades de forma estruturada facilitando a produção dos materiais escritos, a exemplo dos relatórios.

**Visitas Técnico-científicas** - São momentos de observação das características físicas, culturais e sociais das comunidades realizadas anteriormente às atividades práticas educativas. Esse momento também é registrado de forma escrita e fotográfica, o qual constitui maneiras de se construir a memória das atividades.

**Sistematização das atividades** - Estratégia metodológica utilizada para realização da organização de fotografias, avaliação (discussão de pontos fortes e fragilidades) e escrita sobre as atividades através de anotações, depois uma nova escrita e síntese na produção final dos relatórios. A sistematização é uma das práticas amplamente utilizadas no projeto de extensão

Universidade Popular, que também lhe confere um caráter de cientificidade em suas práticas educativas.

**Oficinas** - São atividades realizadas com intuito formativo e troca de experiências com os sujeitos da comunidade, por meio de diálogos a partir de elementos presentes na própria dinâmica da comunidade. Para possibilitar esse encontro de saberes tem-se a preocupação com planejamentos, estabelecer justificativas e objetivos, além da importância da atividade formativa.

**Círculos de Cultura** – estratégia metodológica seguindo os pressupostos freirianos após a realização das atividades de intercâmbio, expedições e estágios acadêmicos realizamos momentos de compartilhamento das experiências com estudantes da licenciatura em Educação do Campo, na UFPI, além de sistematização dessas experiências para a produção de materiais escritos, como resumos, relatórios e artigos para ampliar e socializar os conhecimentos construídos.

**Cursos de formação** - são atividades desenvolvidas para propiciar a formação dos bolsistas no projeto e realizar o diálogo com as comunidades proporcionando também a construção do conhecimento a partir das realidades apreendidas nos processos anteriores realizados nas vistas técnico-científicas e sistematizações.

Essas etapas são realizadas no sentido de priorizar e construir dados para que se possa ter à disposição elementos que possam possibilitar sempre uma reformulação das ideias, revisão de estratégias, da própria prática utilizada nas atividades formativas. Nesse sentido, a sistematização ocorre em dois momentos: logo após a construção de dados e após a realização das atividades práticas.

O que observamos dos relatórios é que eles se concentram mais no aspecto descritivo e abordagem das atividades de forma cronológica. Isso permite aos extensionistas e demais membros do projeto uma consulta aos materiais que possibilita uma releitura do que já foi realizado e construção de uma linha do tempo das atividades.

A estratégia de construção da Linha do Tempo foi uma das metodologias compartilhadas no intercâmbio de formação realizado para a introdução dos bolsistas no projeto, e que passou a ser utilizada nas atividades formativas do projeto de extensão Universidade Popular. Em trabalhos com as comunidades essa metodologia é utilizada como forma de instigar os sujeitos a perceber sua realidade.

Nos processos de sistematização das atividades realizadas, também utiliza-se a linha do tempo para que todos possam interagir e dialogar. Esses momentos também servem para se

expor as potencialidades e fragilidades das ações realizadas e, assim, definir mudanças que precisam ser adotadas nas ações futuras.

Algumas ações foram prejudicadas devido ao contexto da pandemia de Covid-19 sendo necessária uma reorganização das atividades e cancelamentos das visitas às comunidades. Nesse período as atividades se concentraram em cursos de formação, palestras e seminários com as comunidades, realizados em encontros online, retornando-se algumas atividades realizadas de forma presencial com público reduzido e em espaços abertos, assim que avançou a vacinação contra a Covid-19, trazendo mais segurança.

Com a retomada das atividades de forma presencial passamos a dialogar em torno das questões de demarcação territorial indígena, da comunidade Laranjeiras. Nesse sentido foi realizado, com participação efetiva dos indígenas, o I Encontro Cultural e Ancestral dos Povos Gamela, para discutir assuntos relacionados aos direitos dos povos originários, como educação, saúde e segurança. Essa ação contempla parte do eixo definido como questão social e direitos humanos definidos no relatório, e se realizou em 2022, e que aqui trazemos para exemplificar uma das práticas mais recentes realizadas pelo projeto de extensão Universidade Popular.

Por parte do projeto de extensão Universidade Popular, essa temática foi discutida e abordada como um momento de escuta dos sujeitos do território e por outro lado os bolsistas do projeto e demais componentes participaram como um momento formativo, de aprendizados e desconstrução de conceitos coloniais tanto na perspectiva da universidade quanto na dos próprios indígenas.

Sendo assim identificamos nas ações do projeto de extensão Universidade Popular duas características da Extensão Popular. A primeira se identifica pela apreensão das realidades locais que estão também relacionadas com o conhecimento popular e visões que as comunidades têm para se expressar. A segunda é a necessidade de se trabalhar esses conhecimentos em diálogo com a perspectiva dos conhecimentos descoloniais sem, contudo, desvalorizar os conhecimentos locais.

Essa perspectiva na realização das ações de extensão do projeto de extensão Universidade Popular tem sido trabalhada no sentido de possibilidade de construção de conhecimentos. A produção desses conhecimentos também é vista como elemento de mudança de concepção na percepção de aspectos da realidade que oprimem as comunidades, possibilitando o agir crítico dos sujeitos. A partir desses objetivos alcançados pode-se realizar a extensão de uma forma que as comunidades sejam propositivas de ações e não só a universidade pense em estratégias de superação de condições desiguais.

## BREVES CONSIDERAÇÕES

Como considerações, trazemos algumas reflexões sobre essa relação da Extensão Popular, Educação Popular e descolonialidade produzidas nesse diálogo, até aqui realizado, para expor de maneira não totalizante os entendimentos e assim, deixar a palavra aberta para futuras contribuições. As atividades de extensão na universidade têm em sua essência características peculiares que demarcam o papel social da universidade na sua relação de trocas de conhecimentos com as comunidades. No entanto outras perspectivas e estratégias tem se revelado cada vez mais presente no fazer extensionista, na produção de novos saberes em diálogos com as realidades das comunidades, o que vem contribuindo e resultando em processos de transformação do fazer extensionista por outras perspectivas práticas, em sintonia com a pesquisa e ensino, ampliando-se o próprio conceito de universidade nesse processo de horizontalidade do conhecimento.

Na atualidade ainda é frequente o abandono da interpretação da realidade social como forma de construção do conhecimento, da extensão como um processo dentro e fora da universidade que realize processos para além da dimensão formativa, como representado pela forma tradicional de transmissão do conhecimento. Apesar disso, autores da era contemporânea, como Freire (1987), defendem que a problematização da realidade do sujeito é uma das principais formas de construção do conhecimento. Isto implica determinar como o contexto social do educando pode contribuir na sua formação enquanto sujeito consciente aguçando sua criticidade.

Na Extensão Popular a fonte do conhecimento se combina com a própria vivência e existência do sujeito, enquanto ser que atua para transformar a realidade. Para a forma tradicional de construção do conhecimento o ser é quase, senão por completo, desvinculado da realidade. Esta distinção implica claramente em reivindicar e evidenciar a importância da vivência e experiência para os processos formativos.

Um pensamento mais crítico do sujeito passou a ser determinante para o entendimento das diversas formas de opressão sofridas pelo homem, com as formas demonstradas pela Extensão Popular, Educação Popular e pensamento descolonial. A intensificação destas opressões, ocorridas no contexto colonial e capitalista na atualidade, se intensificou com o aumento da exploração do homem pelo homem de formas diversas. Atualmente ela é expressa pela dominação do conhecimento como forma estratégica de orientação e direcionamento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Surge então a necessidade de construção do conhecimento em prerrogativas que acentua a importância da emergência de práticas educativas de caráter emancipatório como a Extensão Popular. Essa condição tem sido um dos princípios fundantes de pedagogias, práticas educativas e experiências vivenciadas nos territórios que visam a construção de paradigma emergente de educação, de pesquisa e de transformação da própria maneira de se conceber e materializar a extensão dentro da universidade e fora dela por experiências humanizadoras de extensão.

Quando falamos em paradigma estamos nos referindo a um novo modelo de educação que se contrapõe ao modelo hegemônico de ciência. Modelo este que se configurou e se firmou nos preceitos do positivismo, constituído desde a era moderna da ciência. Em contraposição, a Extensão Popular e Educação Popular reafirmam outros conceitos de verdade sobre a sociedade e o mundo contemporâneo por meio de seus conhecimentos e metodologias próprias.

Segundo Santos (2010, p. 69), “[...] à medida que as ciências naturais se aproximam das ciências sociais estas aproximam-se das humanidades. O sujeito, que a ciência moderna lançara na diáspora do conhecimento irracional, regressa investido da tarefa de fazer erguer sobre si uma nova ordem científica”. Dessa forma o modelo de ciência hegemônica, que se constituiu como paradigma dominante, procura a formulação do pensamento construído de maneira a isolar os conhecimentos da realidade social. A superação de uma perspectiva hegemônica constitui-se elemento de superação das formas hegemônicas de extensão na universidade pela Extensão Popular e diálogos de saberes em perspectiva descolonial.

O paradigma emergente tem perspectivas que rompem com a lógica dos conhecimentos racionais construídos de forma mecânica, bancária que, da mesma forma mecanicista em seu modelo de ciência tentam construir e transferir conhecimento. Em outra lógica evidenciada e anunciada por Freire (1987) e autores latino-americanos, partindo de reflexões de filosofia descolonial, o conhecimento pode ser construído e compartilhado ao invés de transferido.

A perspectiva da descolonialidade foi trazida nessa discussão no sentido de evidenciar formas outras de produção de conhecimentos por matrizes epistemológicas que se diferem da lógica dominante de ciência em teoria e prática. Assim sendo ela foi forjada em múltiplos contextos perpassados pelas questões da colonialidade em que esse próprio aspecto negador das identidades, conhecimentos e culturas oriundos do Sul Global foram determinantes para se construir as teorias e práticas contrárias a todo esse processo de exclusão criado pelos efeitos da colonização.

Adotamos como ponto referencial desse sul global a América Latina pois também traçamos nossas análises em perspectiva de alguns conceitos filosóficos com os quais

demonstrou-se as possibilidades e limites para se contrapor ao pensamento hegemônico de universidade e da própria concepção de extensão, sobretudo empenhados pela Extensão Popular. Nesse intento também consideramos relevantes as frentes de processos educativos, de produção de saberes e de movimentos contra opressão desenvolvidos em outros contextos como a África, que também criaram suas contribuições nesse processo, com produções que dialogam com os anseios da classe popular por justiça social.

Dessa forma o conhecimento e as experiências e vivências passam a acontecer numa perspectiva histórica e dialética. O fazer extensão nessa perspectiva tem sido cada vez mais frequente na universidade, embora seja uma construção recente que aos poucos ganha mais abrangência na atualidade através da Extensão Popular.

O conhecimento constituído a partir dos preceitos da Extensão Popular e Educação Popular na universidade tem se tornado cada vez mais necessário para ressignificar e transformar a própria universidade e a extensão. Numa relação direta com a materialidade dos sujeitos, em sua dimensão histórica e filosófica, caminha para o desenvolvimento de uma matriz formativa de ciência descolonial.

Para se pensar um projeto político de construção e emancipação do sujeito, em suas múltiplas dimensões por meio de experiências que valorizem os distintos saberes, a Extensão Popular também se articula como processos de luta permanente ao lado das comunidades. Se estamos em luta contra uma opressão, é pertinente a construção de novos conhecimentos, novas epistemologias e formas de comunicação com as comunidades e territórios por meio da Extensão Popular, entrelaçando conhecimentos e vivências da Educação Popular, para a transformação da extensão universitária (Silva, 2020).

Também é válido considerar que a Extensão Popular tem desempenhado um papel significativo por meio de abordagens metodológicas participativas, nas quais a extensão se concretiza por meio da interação de experiências entre educadores dos movimentos sociais, professores das universidades públicas e organizações parceiras, visando à partilha de conhecimento (Silva, 2020). Especificamente em relação ao foco deste estudo, a Extensão Popular tem se manifestado através de práticas educativas comprometidas com a justiça social, centradas na realização de Expedições Pedagógicas, com o objetivo de proporcionar espaços de vivência para conhecer e analisar as experiências de saberes populares nas comunidades, bem como os novos modelos de produção de conhecimento descolonial.

A Extensão Popular vem assim, se constituindo na universidade como campo de produção de novos conhecimentos numa perspectiva dialógica marcada pela proximidade com as vivências das comunidades. Trazer essa compreensão da extensão como elemento basilar da

construção de conhecimentos tem possibilitado a construção de conhecimentos como uma via de mão dupla na perspectiva de Melo Neto (2006).

Nesse sentido, a extensão tem como elemento principal a inserção dos aspectos das comunidades na agenda de eventos da universidade, ou seja, a participação dos sujeitos como construtores do conhecimento. Esse diálogo pode possibilitar, assim, um dos principais objetivos do projeto de extensão Universidade Popular, que é a inserção dos sujeitos dos territórios nos espaços de discussão da universidade.

Olhando por esse aspecto tem-se evidenciado momentos que se caracterizam por dar vez e voz aos sujeitos, reivindicação de lugar de fala, ao provocar o diálogo mediado por assuntos de natureza das comunidades. Momentos como esses, possibilitam ainda, a aproximação dos campos díspares de conhecimentos pelo encontro de saberes, que a partir daí reconhecem os territórios como espaços de cultura e produção de conhecimentos.

Nas análises também foi possível constatar que a realização das atividades formativas tem em seu papel principal despertar nos sujeitos a curiosidade para a percepção de aspectos da realidade, como a opressão. Ao mesmo tempo desempenham as possibilidades para a construção de alternativas para a superação das desigualdades e construção de um projeto de igualdade de direitos.

Como pode-se observar as realidades nas quais os territórios do campo brasileiro foram forjados são perpassados pelos aspectos da desigualdade social e opressão. Nesse caso o território de atuação do projeto de extensão Universidade Popular se encontra cercado pela expansão do agronegócio e suas estratégias para expropriação dos camponeses, problemática na qual se constituiu essa relação de proximidade entre universidade e comunidade nessa perspectiva de autonomia das comunidades e formação crítica dos sujeitos como estratégias de libertação e construção de justiça social.

Nesse aspecto as atividades do projeto são pensadas e realizadas no sentido de se construir com os sujeitos do território estratégias que reforcem a luta contra situações de opressão. Tem-se assim evidenciada a expressão defendida por Freire (1987) que converge para um entendimento do sujeito enquanto “ser”, capaz de intervir na realidade do mundo ao perceber que está contido em suas realidades e transformações.

Outra característica presente no projeto de extensão Universidade Popular é sua relação de proximidade e adoção de estratégias e metodologias da Educação Popular em suas atividades formativas. Isso evidencia uma outra característica que qualifica as ações de extensão a serem realizadas numa proposta que seja efetivamente transformadora da realidade.

Englobando ainda essa característica transformadora, pode se destacar a percepção que desde o seu início trouxe em seus conceitos a relação com a realidade e a vivência de experiências. Como atividade formativa realizou-se de início o contato com outros contextos, o que serviu de base para a formação dos bolsistas, através de intercâmbio com outros espaços universitários.

Assim como a Educação Popular, a Extensão Popular se caracteriza como um movimento que vem ganhando força na universidade, principalmente, por trazer em suas práticas, formas de diálogos horizontalizados e se contrapor ao aspecto salvacionista de extensão, por persistir na libertação e consciência crítica do sujeito. Contudo reforça o conceito de compromisso social da universidade, em promover ações que vão de encontro às realidades das comunidades, respeitando suas especificidades e conhecimentos populares.

A Extensão Popular assim pensada evidencia-se como campo transformador e capaz de reconfigurar a extensão universitária, se pensada e realizada tomando como ponto de partida e chegada para a construção do conhecimento das realidades das comunidades. Numa perspectiva descolonial a Extensão Popular contribui ao trazer para o foco do debate a realidade vivida, as contradições e conflitos, condicionadas por um processo longo de colonização e com ramificações sobre diversas formas de dominação e poder.

A descolonialidade, nesse sentido, evidencia-se como elemento que coloca em questão a discussão da colonização e seus efeitos na forma de colonialidade do ser, do poder e do saber, que também se manifestam na atualidade em forma de opressão e injustiças sociais. A descolonialidade se torna um elemento crucial para a superação dessa condição, pois pode-se considerar a colonização como um processo que precisa sofrer uma descontinuação, para assim ser superado.

Entende-se assim, que nesse processo colonizador, ocorreu e vem ocorrendo, várias formas de dominação e poder nos campos do conhecimento, nas condições materiais e históricas da América Latina, por exemplo. Assim, a descolonialidade se caracteriza como um processo de ruptura que aponta horizontes para superar a colonização, ao mesmo tempo constrói elementos alternativos, no campo do conhecimento, para superação dos padrões da extensão universitária.

Nesse sentido, a superação de paradigmas leva ao entendimento de que a extensão universitária é perpassada pelos padrões europeus de ciência, pontuado pela racionalidade do conhecimento científico. Nesse intento tem-se a construção do conhecimento de forma verticalizada e estruturada em hierarquia onde essa racionalidade confere cientificidade aos conhecimentos produzidos pela universidade e desvaloriza os conhecimentos populares.

A mudança de perspectiva na construção de novos conhecimentos, a partir da relação dialógica da Extensão Popular, contribui para o rompimento dessa lógica hegemônica de extensão ao produzir conhecimentos sob novas perspectivas de mundo e de contextos sociais onde se realizam as trocas de saberes. A produção de saberes, nessa lógica, passa a ser vista como uma produção horizontal de conhecimentos, pontuada pela relação dialógica de saberes constituídos nesse diálogo entre universidade e comunidade.

A produção do conhecimento passa então a ser uma relação mediatizada pelas realidades sociais, históricas e da vivência das comunidades como elementos direcionadores das ações extensionistas e suas práticas educativas. Dessa forma a produção de conhecimentos converge para uma construção de forma coletiva pelo compartilhamento de experiências evidenciando outra característica da horizontalidade na construção de saberes.

Articulada com o ensino e a pesquisa, a Extensão Popular desenvolve essa possibilidade de produção diferenciada de conhecimentos. Possibilita realizar o seu movimento do campo teórico, perpassando pelo campo prático e se materializa ao realizar no plano da ação o diálogo necessário que instiga nos sujeitos a criticidade para a tomada de iniciativas a caminho da transformação da realidade social (Freire, 2015; 1987).

Essa transformação pode ser tanto de caráter prático quanto teórico dialogando entre si, ao instigar a consciência crítica que incide na ação prática e no questionamento da realidade com perspectivas de transformação social. Essa transformação precisa, assim, ser protagonizada pelas classes sociais populares dos territórios onde se realiza a Extensão Popular.

Dessa forma, a Extensão Popular, enraizada na realidade e baseada em metodologias específicas, é realizada de forma integrada e participativa com a comunidade, estabelecendo diálogo com a pesquisa e o ensino para a construção do conhecimento (Silva, 2020). Acredita-se, portanto, que os princípios e práticas da Extensão Popular e da Educação Popular tem contribuído significativamente a produção de conhecimento fundamentada em uma sociologia sensível (Borda, 1981), ao promoverem uma "epistemologia transgressora" (Silva, 2017) de origem popular como uma nova abordagem na produção de conhecimento, revelando as relações de poder que são obscurecidas pela dicotomia entre o racional e o dialético.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Renan Soares de. Extensão popular e produção de conhecimento: o caso do PPGE/UFPB. Renan Soares de Araújo. Dissertação (Mestrado), UFPB/CE. João Pessoa, 2021. 332 f.

ARAÚJO, R. S. de; MÉLO, C. T. de; CRUZ, P. J. S. C. Extensão Popular: marcos históricos. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 30, n. 1, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2021v30n1.54113. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/54113>. Acesso em: 22 jul. 2023.

ASSUMPCÃO, R. P. S.; LEONARDI, F. Educação popular na universidade, uma construção a partir das contradições, reflexões e vivências, a partir do PET (Programa de Educação Tutorial) educação popular da UNIFESP-Baixada Santista”. **Revista E-Currículo**. v. 14, n. 02, abr./jun.2016. São Paulo: PUC-SP, 2016. p. 437-462. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br./index.php/curriculum>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Popol Wuj e a Pedagogia Maya da Milpa. In: LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ciencias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. A hermenêutica-dialética na Pesquisa-Ação em Extensão Popular. In: I Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular e III Seminário Nordeste de Pesquisa em Extensão Popular (Anais), 2009, p. 25-34. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0B6Ug-DFcc-X9RE5yQUdwY25jekU/view?resourcekey=0-YPPNfjDbJjWWhV\\_oJkHLA](https://drive.google.com/file/d/0B6Ug-DFcc-X9RE5yQUdwY25jekU/view?resourcekey=0-YPPNfjDbJjWWhV_oJkHLA). Acesso em: 27 jul. 2023.

BATISTA, Ozaias Antonio; SILVA, Maria do Socorro Pereira da. Educação do Campo na Universidade: realidades e desafios socioeducacionais dos camponeses. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, [S. l.], v. 11, n. 33, p. 617–637, 2020. DOI: 10.26514/inter.v11i33.4522. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4522>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BORDA, Orlando F. La ciencia y el Pueblo: nuevas reflexiones sobre la investigación-acción. In: La sociología em Colombia: balance y perspectivas. Asociación Colombiana de Sociología. III Congreso Nacional de Sociología, Bogotá, 1981. Disponível em: <http://upedagogica.edu.bo/wp-content/uploads/2015/12/D.-Fals-Bordala-ciencia-y-el-pueblo.pdf>. Acesso em: 25 jan./2022.

BORGES, D. G. O desmonte da educação do campo no nordeste brasileiro: diagnóstico, mapeamento e análise do fechamento de escolas do campo no estado do Piauí. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 305 - 324, 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017305>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BRANDÃO, C. R. Apresentação. In: ASSUMPCÃO, R. (Org). **Educação popular na perspectiva Freiriana**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série legislação; n. 125). Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2017.

BRASIL. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: 17 mai. 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 13 jun/2021.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Movimentos Sociais Populares rumo a uma nova Sociedade: do consenso ideológico ao dissenso alternativo. In: GONÇALVES, Moisés A.; CONCEIÇÃO, Geraldo Magela (org.). **Outros Olhares - Debates contemporâneos**. Belo Horizonte: Leiditathi, 2008, pp. 13-60.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Educação popular. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1964.

CASTELO BRANCO, A. L.; GUIMARÃES, R. G. M. Problematizando a sistematização dos moldes de extensão e de seus referenciais teóricos. In: THIOLENT, Michel; CASTELO BRANCO, A. L.; GUIMARÃES, R. G. M.; ARAÚJO FILHO, T. (Orgs.) **Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas**. Rio de Janeiro: UFRJ /SR5, 2003. 175 p.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CRUZ, P. J. S. C. Extensão popular: a reinvenção da universidade. In: VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (Orgs.). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2011. p. 40-61.

CRUZ, P. J. S. C.; BOTELHO, B. O. de. Pesquisa em Extensão Popular: confrontação de saberes (uma leitura da educação popular). In: MELO NETO, J. F. de; CRUZ, P. J. S. C. (Orgs.). **Extensão popular: educação e pesquisa**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017, 262p. Disponível em: <http://www.ccm.ufpb.br/vepopsus/wp-content/uploads/2018/02/Extens%C3%A3o-Popular-educa%C3%A7%C3%A3o-e-pesquisa-Editora-CCTA-2017.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2022.

CRUZ, P. J. S. C. et al. (Orgs.). **Vivências de extensão em educação popular no Brasil: volume 1: extensão e formação universitária: caminhos, desafios e aprendizagens**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

CUNHA, J. A. C.; YOKOMIZO, C. A.; BONACIM, A. G. Miopias de uma Lente de Aumento: as limitações da análise de documentos no estudo das Organizações. **XXXIV Encontro da Anpad – EnANPAD**, 2010. Rio de Janeiro: 25-29 set. 2010.

DUSSEL, E. **Filosofia na América Latina: filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1977.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edigardo. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci3Aancias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Tradução de: José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNÁNDEZ MOUJÁN, I.; SILVA CARVALHO, E. S.; RAMOS JÚNIOR, D. V. **Pedagogias de(s)coloniais: Saberes e fazeres, Tocantins: Nuvem, 2020.**

FLEURI, R. M. **Conversidade: diálogo entre universidade e movimentos sociais**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Desmistificação da conscientização. In: TORRES, C. A. **Consciência e história: a práxis educativa de Paulo Freire**. Coleção Paulo Freire nº 1. São Paulo: Loyola, 1979. p.105-118.

FREIRE, Paulo. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. Tradução de Adriana Lopes; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GADOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê? **Instituto Paulo Freire**, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-Universitaria-para-que>. Acesso em: 28 fev. 2022.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados/ UFC, 1986.

GURGEL, Roberto Mauro. Extensão universitária: momento de aplicação do conhecimento e de intercâmbio de saberes na relação universidade sociedade. In: THIOLENT, M.; CASTELO BRANCO, A. L.; GUIMARÃES, R. G. M.; ARAÚJO FILHO, T. (Orgs.). **Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas**. Rio de Janeiro: UFRJ /SR5, 2003. 175 p.

IRELAND, Timothy D. Prefácio. In: MELO NETO, José Francisco de; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (Orgs.). **Extensão popular: educação e pesquisa**. João Pessoa-PB: Editora do CCTA, 2017. 262p.

JARA, Oscar Holiday. **A educação popular latino-americana: História, fundamentos éticos, políticos e pedagógicos**. São Paulo: Ação educativa; CEAAL; ENFOC, 2020.

JASPERS, Karl. **Pequena escola do pensamento filosófico**. Lisboa: Cavalo de Ferro, 2016.

JEZINE, E. **A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária**. João Pessoa: UFPB, 2006.

JEZINE, E. A crise da universidade diante da pós-modernidade. Anais: I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (ICBEU), João Pessoa-PB, 2002. Disponível em: [http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu\\_anais/anais/institucionalizacao/institucionalizacao.html](http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/institucionalizacao/institucionalizacao.html). Acesso em: 23 jul.2023.

LOVISOLO, Hugo. **Educação Popular: maioridade e conciliação**. Salvador: UFBA, Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

MARX, Karl. **Os pensadores**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Tradução de Frank Müller. Coleção: A obra prima de cada autor nº 192. São Paulo: Martin Claret, 2005. p.117-120.

MEDEIROS, Lucineide Barros. **Parceria e dissenso na educação do campo: marcas e desafios na luta do MST**. 2010. 243 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2010.

MEDEIROS, Lucineide Barros. Educação do Campo e política educacional brasileira: aproximações e distanciamentos na realidade local. **Revista Reflexão e Ação**, v.22, n. 2, Santa Cruz do Sul, p.195-219, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/inde>. Acesso em: 13 nov. 2023.

McCOWAN, T. O direito universal à educação: silêncios, riscos e possibilidades. **Praxis Educativa**. Universidade de Ponta Grossa, v.6., nº1, jan-jun, 2011.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão popular**. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006.

MELO NETO, J. F. Pesquisa-ação (aspectos práticos da pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em extensão popular). In: RICHARDSON, R. J. (Org.). **Pesquisa-ação: princípios e métodos**. João Pessoa: UFPB, 2003b. p. 183-197.

MELO NETO, J. F. **Educação popular: enunciados teóricos**. v. 3, João Pessoa: Editora do CCTA, 2013.

MELUCCI, Alberto. **Invenção do Presente: os movimentos sociais nas sociedades complexas**. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINGNOLO, Walter. **Historias locais/disenos globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

MIRRA, Evando. **A Ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

NÓVOA, António. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. Sinpro, SP, 2007. Disponível em: [http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto\\_novoa.pdf](http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf). Acesso em: 16 out. 2023.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PALUDO, Conceição. Educação Popular: dialogando com redes Latino-Americanas (2002-2003). In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Orgs.). **Educação Popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

PALUDO, Conceição. Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, CAMP, 2001.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-23, jul./nov. 2013.

PIAUI, Universidade Federal do. Texto Base do projeto de extensão Universidade Popular. Bom Jesus (PI): Arquivos do projeto U. P., 2017.

PIAUI, Universidade Federal do. Relatório - projeto de extensão Universidade Popular. Bom Jesus (PI): Arquivos do projeto U. P., 2018.

PIAUI, Universidade Federal do. Relatório - projeto de extensão Universidade Popular. Bom Jesus (PI): Arquivos do projeto U. P., 2019.

PRESTES, Emília Maria da Trindade. Educação popular, trabalho, políticas públicas e problemas regionais. João Pessoa, 1998. (10 p. mimeo).

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-130, 2005.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução de Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SILVA, Maria do Socorro Pereira da. **Educação popular, epistemologia transgressora e ciência descolonial: reinventar o conhecimento e a universidade** / Maria do Socorro Pereira da Silva. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2017.

SILVA, M. do S. P. da. Educação do campo e o paradigma da extensão descolonial na universidade pública. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp3, p. 2382–2395, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15iesp3.14447. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14447>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SILVA, M. S. P da. AULA PÚBLICA - Educação no Campo e Educação Popular: Perspectivas da Decolonialidade e da Extensão Universitária. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR/UFPB), 2022. (tempo: 2:25 min – 33:32 min) Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=uR\\_CUM5gnfY](https://www.youtube.com/watch?v=uR_CUM5gnfY). Acesso em: 13 mai. 2023.

SOUSA, M. N. de. A perspectiva descolonial. **Revista Videre**, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 170–199, 2021. DOI: 10.30612/videre.v13i26.13152. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/13152>. Acesso em: 18 jul. 2023.

STRECK, Danilo Romeu; ADAMS, Telmo. Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 1, 2012, p. 243-257. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28337>. Acesso em: 12 dez. 2021.

STRECK, Danilo R. (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed., rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

STRECK, Danilo R. (Org.). **Fontes da Pedagogia Latino-Americana: uma antologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

STRECK, Danilo R.; MORETTI, Cheron Zanini.; ADAMS, Telmo. Heranças pedagógicas (des)coloniais: uma introdução. In: STRECK, Danilo R.; MORETTI, Cheron Zanini.; ADAMS, Telmo (Orgs). **Fontes da pedagogia latino-americana: heranças (des)coloniais**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. 301 p

STRECK, D. R. Territórios de resistência e criatividade: reflexões sobre os lugares da educação popular. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). **Educação popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 356-368.

STEIN, Ernildo. **Crítica da ideologia e racionalidade**. Porto Alegre: Movimento, 1986.

SUESS, R. C.; SILVA, A. de S. A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 23, p. e7, 2019. DOI: 10.5902/2236499435469. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/35469>. Acesso em: 2 ago. 2023.

VASCONCELOS, E. M. Apresentando - Educação Popular na Universidade. In: VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (Orgs.). **Educação popular na formação universitária**: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec: João Pessoa: UFPB, 2011. p. 15-24.

WEBNÁRIO. Extensão Popular, Educação Popular e práticas educativas Descoloniais. Realizado em 22 de maio de 2023. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR/UFPB), 2023. Duração: 2 h 47 min 07 s. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=x6-nt1LjbB0>. Acesso em: 12 set. 2023.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A - Carta de anuência à coordenadora do projeto de extensão Universidade Popular para participação na pesquisa e autorização de documentos**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS – CPCE  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE POPULAR – UP  
NÚCLEO DE PESQUISA NEPEECDES**

**CARTA DE ANUÊNCIA**

**Consentimento da participação do projeto de extensão Universidade Popular Vale do Gurguéia – UPVG, da Universidade Federal do Piauí (UFPI-CPCE / Bom Jesus - PI) neste termo representado pela pessoa de sua Coordenadora**

Eu, **MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA**, responsável pelo Projeto de Extensão Universidade Popular cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PREXC - UFPI com número: **PJ08/2022-CPCE-124-NVPJ/PG**, autorizo no âmbito do referido projeto a realização da pesquisa **“EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA”**, fui suficientemente informada/o a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo esse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos da pesquisa em apreço, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos dados da pesquisa de campo e aos seus resultados. Autorizo voluntariamente a participação nesse estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades, prejuízo ou perda.

Local e data: Bom Jesus-PI, 10 de janeiro de 2022

*Maria do Socorro Pereira da Silva*

Profa. Dra. Maria do Socorro Pereira da Silva

Coordenadora do Projeto de Extensão Universidade Popular Vale do Gurguéia (UPVG) e núcleo de pesquisa NEPEECDES.

Telefone para contato: (89) 9 8157-3349

Rodovia Municipal Bom Jesus – Viana, Km 01, Bairro Planalto Horizonte, CNPJ 06.517387/0001- 34

Telefone (89) 3562-2954, CEP 64.900-00, Bom Jesus - Piauí – Brasil

**APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da coordenadora do Projeto de Extensão Universidade Popular**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS – CPCE  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE POPULAR – UP  
NÚCLEO DE PESQUISA NEPEECDES**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Eu, **MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA** autorizo no âmbito da realização da referida pesquisa “**EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**”, a utilização da transcrição, para fins de pesquisa, de minha fala em participação na IV Aula Pública do Extelar - Educação no Campo e Educação Popular: Perspectivas da Decolonialidade e da Extensão Universitária, transmitida no canal do You Tube do EXTELAR, em 25 de novembro de 2022. Fui suficientemente informada/o a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo esse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos da pesquisa em apreço, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos dados da pesquisa de campo e aos seus resultados. Autorizo voluntariamente a participação nesse estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades, prejuízo ou perda.

Local e data: Bom Jesus-PI, 10 de janeiro de 2023

*Maria do Socorro Pereira da Silva*

---

Profa. Dra. Maria do Socorro Pereira da Silva  
Coordenadora do Projeto de Extensão Universidade Popular Vale do Gurguéia (UPVG) e  
núcleo de pesquisa NEPEECDES.  
Telefone para contato: (89) 9 8157-3349

---

Rodovia Municipal Bom Jesus – Viana, Km 01, Bairro Planalto Horizonte, CNPJ 06.517387/0001- 34  
Telefone (89) 3562-2954, CEP 64.900-00, Bom Jesus - Piauí – Brasil

## APÊNDICE C - Termos de consentimento Livre e Esclarecido dos bolsistas do projeto de extensão Universidade Popular

08/01/2024, 17:44 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada, EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, desenvolvida pelo pesquisador José Ledy Carvalho Santos, Estudante, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sob orientação do Prof. Dr. Pedro José Santos Carneiro Cruz.

O e-mail do participante ([onazionirfs@gmail.com](mailto:onazionirfs@gmail.com)) foi registrado durante o envio deste formulário.

08/01/2024, 17:44 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### TCLE

#### OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

Esse trabalho busca investigar e compreender as práticas educativas da Extensão Popular em sua relação com a Educação Popular demonstrando possibilidades que convergem para efetivação de práticas educativas descoloniais na descolonização da extensão universitária, a partir das narrativas de alguns (algumas) de seus(suas) protagonistas.

Sua participação se dará através de autorização da utilização de sua fala na atividade Webnário - "Extensão Popular, Educação Popular e praticas educativas Descoloniais", realizada em plataforma virtual *Google meet*, pelo Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar), registradas através de gravação em vídeo e áudio e posteriormente publicada no canal do You Tube do EXTELAR, a ser pesquisada como fonte documental. Caso aceite, sua fala será registrada a fim de mobilizar informações e dados para essa pesquisa.

Como produto, esperamos confeccionar dados qualitativos na forma de transcrição das falas dos participantes e fornecer material para dissertação de mestrado do pesquisador José Ledy Carvalho Santos. O resultante da transcrição, após passar pelas devidas revisões de coesão, coerência e gramática, será disponibilizado para sua apreciação, análise e aprovação antes de sua publicação. Assim, ao concluir a transcrição, o pesquisador utilizará essas informações para finalidades específicas da pesquisa.

Após a conclusão do estudo, a totalidade das informações (aquelas não editadas) ficarão guardadas com o pesquisador, de forma segura, sigilosa e estarão protegidas contra revelação não autorizada por você.

#### DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS:

Sua participação será importante para enriquecer o estudo sobre o tema, onde os resultados dessa pesquisa poderão ser utilizados posteriormente para potencializar as práticas de Extensão Popular e Educação Popular.

Informamos que essa pesquisa envolve riscos previsíveis mínimos para os participantes, pois, no produto resultante das transcrições e suas interpretações pelo pesquisador podem ocorrer desencontros de entendimentos entre as afirmações dadas, pelos participantes, naquele momento da atividade, ocasionando às vezes, sentimentos de desconforto ao responderem os itens do roteiro da atividade organizados em blocos de perguntas, podendo gerar possíveis constrangimentos com relação às respostas.

Uma forma de minimizá-los será a utilização de comunicação aberta sobre possíveis abordagens nas transcrições, que possam ocasionar esses desconfortos, sendo que o pesquisador poderá realizar suspensão temporária do participante para abertura de um momento de escuta qualificada, por parte do pesquisador, sobre as causas desses sentimentos desconfortáveis e saber se o participante deseja desistir de fazer parte da pesquisa.

Cabendo também a essa pesquisa observar os riscos característicos do ambiente virtual no tratamento das informações. Assim como o risco de violação da confidencialidade de dados por meio das plataformas virtuais utilizadas, tendo desta forma, o pesquisador, a responsabilidade de conhecer a política de privacidade da ferramenta utilizada quanto à coleta de informações pessoais, mesmo que por meio de robôs, e o risco de compartilhamento dessas informações com parceiros comerciais para oferta de produtos e serviços de maneira a minimizar os riscos nesses aspectos éticos.

[https://docs.google.com/forms/d/17R1QRFBLo0DHI\\_REDbbXYUuJl5qaNZu2wzQ\\_XwOGizE/edit#responses](https://docs.google.com/forms/d/17R1QRFBLo0DHI_REDbbXYUuJl5qaNZu2wzQ_XwOGizE/edit#responses) 2/16

08/01/2024, 17:44

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Após a conclusão do estudo, a totalidade das informações (aquelas não editadas) ficarão guardadas com o pesquisador, de forma segura, sigilosa e estarão protegidas contra revelação não autorizada.

**GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA:**

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço do(a) pesquisador(a), podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, a qualquer momento.

Nome completo: \*

Onazionir Ferreira da Silva

08/01/2024, 17:44

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO** \*

Declaro que fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci todas as minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações. O pesquisador José Ledy Carvalho Santos, certificou-me de que essa pesquisa compromete-se, em seguir os padrões éticos definidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018. Também sei que em caso de dúvidas, **poderei contatar o (a) pesquisador(a), através do telefone (89) 98104-5011 e e-mail: [jlcs2@academico.ufpb.br](mailto:jlcs2@academico.ufpb.br)**

Eu CONCORDO em participar voluntariamente, da pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA", conforme informações contidas neste TCLE.

Eu NÃO Quero participar voluntariamente, da pesquisa intitulada "EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA"

Este formulário foi criado em Universidade Federal da Paraíba.

Google Formulários

08/01/2024, 17:44

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada, EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, desenvolvida pelo pesquisador José Ledy Carvalho Santos, Estudante, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sob orientação do Prof. Dr. Pedro José Santos Carneiro Cruz.

O e-mail do participante ([tatasantosalves12@gmail.com](mailto:tatasantosalves12@gmail.com)) foi registrado durante o envio deste formulário.

08/01/2024, 17:44

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### TCLE

#### OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

Esse trabalho busca investigar e compreender as práticas educativas da Extensão Popular em sua relação com a Educação Popular demonstrando possibilidades que convergem para efetivação de práticas educativas descoloniais na descolonização da extensão universitária, a partir das narrativas de alguns (algumas) de seus(suas) protagonistas.

Sua participação se dará através de autorização da utilização de sua fala na atividade Webnário - "Extensão Popular, Educação Popular e praticas educativas Descoloniais", realizada em plataforma virtual *Google meet*, pelo Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar), registradas através de gravação em vídeo e áudio e posteriormente publicada no canal do You Tube do EXTELAR, a ser pesquisada como fonte documental. Caso aceite, sua fala será registrada a fim de mobilizar informações e dados para essa pesquisa.

Como produto, esperamos confeccionar dados qualitativos na forma de transcrição das falas dos participantes e fornecer material para dissertação de mestrado do pesquisador José Ledy Carvalho Santos. O resultante da transcrição, após passar pelas devidas revisões de coesão, coerência e gramática, será disponibilizado para sua apreciação, análise e aprovação antes de sua publicação. Assim, ao concluir a transcrição, o pesquisador utilizará essas informações para finalidades específicas da pesquisa.

Após a conclusão do estudo, a totalidade das informações (aquelas não editadas) ficarão guardadas com o pesquisador, de forma segura, sigilosa e estarão protegidas contra revelação não autorizada por você.

#### DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS:

Sua participação será importante para enriquecer o estudo sobre o tema, onde os resultados dessa pesquisa poderão ser utilizados posteriormente para potencializar as práticas de Extensão Popular e Educação Popular.

Informamos que essa pesquisa envolve riscos previsíveis mínimos para os participantes, pois, no produto resultante das transcrições e suas interpretações pelo pesquisador podem ocorrer desencontros de entendimentos entre as afirmações dadas, pelos participantes, naquele momento da atividade, ocasionando às vezes, sentimentos de desconforto ao responderem os itens do roteiro da atividade organizados em blocos de perguntas, podendo gerar possíveis constrangimentos com relação às respostas.

Uma forma de minimizá-los será a utilização de comunicação aberta sobre possíveis abordagens nas transcrições, que possam ocasionar esses desconfortos, sendo que o pesquisador poderá realizar suspensão temporária do participante para abertura de um momento de escuta qualificada, por parte do pesquisador, sobre as causas desses sentimentos desconfortáveis e saber se o participante deseja desistir de fazer parte da pesquisa.

Cabendo também a essa pesquisa observar os riscos característicos do ambiente virtual no tratamento das informações. Assim como o risco de violação da confidencialidade de dados por meio das plataformas virtuais utilizadas, tendo desta forma, o pesquisador, a responsabilidade de conhecer a política de privacidade da ferramenta utilizada quanto à coleta de informações pessoais, mesmo que por meio de robôs, e o risco de compartilhamento dessas informações com parceiros comerciais para oferta de produtos e serviços de maneira a minimizar os riscos nesses aspectos éticos.

08/01/2024, 17:44

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Após a conclusão do estudo, a totalidade das informações (aquelas não editadas) ficarão guardadas com o pesquisador, de forma segura, sigilosa e estarão protegidas contra revelação não autorizada.

**GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA:**

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço do(a) pesquisador(a), podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, a qualquer momento.

Nome completo: \*

Thaynan Alves dos Santos

08/01/2024, 17:44

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO** \*

Declaro que fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci todas as minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações. O pesquisador José Ledy Carvalho Santos, certificou-me de que essa pesquisa compromete-se, em seguir os padrões éticos definidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018. Também sei que em caso de dúvidas, **poderei contatar o (a) pesquisador(a), através do telefone (89) 98104-5011 e e-mail: [jlcs2@academico.ufpb.br](mailto:jlcs2@academico.ufpb.br)**

- Eu CONCORDO em participar voluntariamente, da pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA", conforme informações contidas neste TCLE.
- Eu NÃO Quero participar voluntariamente, da pesquisa intitulada "EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA"

Este formulário foi criado em Universidade Federal da Paraíba.

Google Formulários

08/01/2024, 17:44

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada, EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, desenvolvida pelo pesquisador José Ledy Carvalho Santos, Estudante, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sob orientação do Prof. Dr. Pedro José Santos Carneiro Cruz.

O e-mail do participante ([jnerys145@gmail.com](mailto:jnerys145@gmail.com)) foi registrado durante o envio deste formulário.

08/01/2024, 17:44

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### TCLE

#### OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

Esse trabalho busca investigar e compreender as práticas educativas da Extensão Popular em sua relação com a Educação Popular demonstrando possibilidades que convergem para efetivação de práticas educativas descoloniais na descolonização da extensão universitária, a partir das narrativas de alguns (algumas) de seus(suas) protagonistas.

Sua participação se dará através de autorização da utilização de sua fala na atividade Webnário - "Extensão Popular, Educação Popular e praticas educativas Descoloniais", realizada em plataforma virtual *Google meet*, pelo Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar), registradas através de gravação em vídeo e áudio e posteriormente publicada no canal do You Tube do EXTELAR, a ser pesquisada como fonte documental. Caso aceite, sua fala será registrada a fim de mobilizar informações e dados para essa pesquisa.

Como produto, esperamos confeccionar dados qualitativos na forma de transcrição das falas dos participantes e fornecer material para dissertação de mestrado do pesquisador José Ledy Carvalho Santos. O resultante da transcrição, após passar pelas devidas revisões de coesão, coerência e gramática, será disponibilizado para sua apreciação, análise e aprovação antes de sua publicação. Assim, ao concluir a transcrição, o pesquisador utilizará essas informações para finalidades específicas da pesquisa.

Após a conclusão do estudo, a totalidade das informações (aquelas não editadas) ficarão guardadas com o pesquisador, de forma segura, sigilosa e estarão protegidas contra revelação não autorizada por você.

#### DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS:

Sua participação será importante para enriquecer o estudo sobre o tema, onde os resultados dessa pesquisa poderão ser utilizados posteriormente para potencializar as práticas de Extensão Popular e Educação Popular.

Informamos que essa pesquisa envolve riscos previsíveis mínimos para os participantes, pois, no produto resultante das transcrições e suas interpretações pelo pesquisador podem ocorrer desencontros de entendimentos entre as afirmações dadas, pelos participantes, naquele momento da atividade, ocasionando às vezes, sentimentos de desconforto ao responderem os itens do roteiro da atividade organizados em blocos de perguntas, podendo gerar possíveis constrangimentos com relação às respostas.

Uma forma de minimizá-los será a utilização de comunicação aberta sobre possíveis abordagens nas transcrições, que possam ocasionar esses desconfortos, sendo que o pesquisador poderá realizar suspensão temporária do participante para abertura de um momento de escuta qualificada, por parte do pesquisador, sobre as causas desses sentimentos desconfortáveis e saber se o participante deseja desistir de fazer parte da pesquisa.

Cabendo também a essa pesquisa observar os riscos característicos do ambiente virtual no tratamento das informações. Assim como o risco de violação da confidencialidade de dados por meio das plataformas virtuais utilizadas, tendo desta forma, o pesquisador, a responsabilidade de conhecer a política de privacidade da ferramenta utilizada quanto à coleta de informações pessoais, mesmo que por meio de robôs, e o risco de compartilhamento dessas informações com parceiros comerciais para oferta de produtos e serviços de maneira a minimizar os riscos nesses aspectos éticos.

08/01/2024, 17:44

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Após a conclusão do estudo, a totalidade das informações (aquelas não editadas) ficarão guardadas com o pesquisador, de forma segura, sigilosa e estarão protegidas contra revelação não autorizada.

**GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA:**

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço do(a) pesquisador(a), podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, a qualquer momento.

Nome completo: \*

Jaysa Nerys Fernandes Barbosa

08/01/2024, 17:44

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO** \*

Declaro que fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci todas as minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações. O pesquisador José Ledy Carvalho Santos, certificou-me de que essa pesquisa compromete-se, em seguir os padrões éticos definidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018. Também sei que em caso de dúvidas, **poderei contatar o (a) pesquisador(a), através do telefone (89) 98104-5011 e e-mail: [jics2@academico.ufpb.br](mailto:jics2@academico.ufpb.br)**

- Eu CONCORDO em participar voluntariamente, da pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA", conforme informações contidas neste TCLE.
- Eu NÃO Quero participar voluntariamente, da pesquisa intitulada "EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA"

Este formulário foi criado em Universidade Federal da Paraíba.

Google Formulários

08/01/2024, 17:44

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada, EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, desenvolvida pelo pesquisador José Ledy Carvalho Santos, Estudante, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sob orientação do Prof. Dr. Pedro José Santos Carneiro Cruz.

O e-mail do participante (jwylk9@gmail.com) foi registrado durante o envio deste formulário.

08/01/2024, 17:44

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### TCLE

#### OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

Esse trabalho busca investigar e compreender as práticas educativas da Extensão Popular em sua relação com a Educação Popular demonstrando possibilidades que convergem para efetivação de práticas educativas descoloniais na descolonização da extensão universitária, a partir das narrativas de alguns (algumas) de seus(suas) protagonistas.

Sua participação se dará através de autorização da utilização de sua fala na atividade Webnário - "Extensão Popular, Educação Popular e praticas educativas Descoloniais", realizada em plataforma virtual *Google meet*, pelo Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar), registradas através de gravação em vídeo e áudio e posteriormente publicada no canal do You Tube do EXTELAR, a ser pesquisada como fonte documental. Caso aceite, sua fala será registrada a fim de mobilizar informações e dados para essa pesquisa.

Como produto, esperamos confeccionar dados qualitativos na forma de transcrição das falas dos participantes e fornecer material para dissertação de mestrado do pesquisador José Ledy Carvalho Santos. O resultante da transcrição, após passar pelas devidas revisões de coesão, coerência e gramática, será disponibilizado para sua apreciação, análise e aprovação antes de sua publicação. Assim, ao concluir a transcrição, o pesquisador utilizará essas informações para finalidades específicas da pesquisa.

Após a conclusão do estudo, a totalidade das informações (aquelas não editadas) ficarão guardadas com o pesquisador, de forma segura, sigilosa e estarão protegidas contra revelação não autorizada por você.

#### DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS:

Sua participação será importante para enriquecer o estudo sobre o tema, onde os resultados dessa pesquisa poderão ser utilizados posteriormente para potencializar as práticas de Extensão Popular e Educação Popular.

Informamos que essa pesquisa envolve riscos previsíveis mínimos para os participantes, pois, no produto resultante das transcrições e suas interpretações pelo pesquisador podem ocorrer desencontros de entendimentos entre as afirmações dadas, pelos participantes, naquele momento da atividade, ocasionando às vezes, sentimentos de desconforto ao responderem os itens do roteiro da atividade organizados em blocos de perguntas, podendo gerar possíveis constrangimentos com relação às respostas.

Uma forma de minimizá-los será a utilização de comunicação aberta sobre possíveis abordagens nas transcrições, que possam ocasionar esses desconfortos, sendo que o pesquisador poderá realizar suspensão temporária do participante para abertura de um momento de escuta qualificada, por parte do pesquisador, sobre as causas desses sentimentos desconfortáveis e saber se o participante deseja desistir de fazer parte da pesquisa.

Cabendo também a essa pesquisa observar os riscos característicos do ambiente virtual no tratamento das informações. Assim como o risco de violação da confidencialidade de dados por meio das plataformas virtuais utilizadas, tendo desta forma, o pesquisador, a responsabilidade de conhecer a política de privacidade da ferramenta utilizada quanto à coleta de informações pessoais, mesmo que por meio de robôs, e o risco de compartilhamento dessas informações com parceiros comerciais para oferta de produtos e serviços de maneira a minimizar os riscos nesses aspectos éticos.

08/01/2024, 17:44

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Após a conclusão do estudo, a totalidade das informações (aquelas não editadas) ficarão guardadas com o pesquisador, de forma segura, sigilosa e estarão protegidas contra revelação não autorizada.

**GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA:**

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço do(a) pesquisador(a), podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, a qualquer momento.

Nome completo: \*

José Wylk Brauna da Silva

08/01/2024, 17:44

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO** \*

Declaro que fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci todas as minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações. O pesquisador José Ledy Carvalho Santos, certificou-me de que essa pesquisa compromete-se, em seguir os padrões éticos definidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018. Também sei que em caso de dúvidas, **poderei contatar o (a) pesquisador(a), através do telefone (89) 98104-5011 e e-mail: [jics2@academico.ufpb.br](mailto:jics2@academico.ufpb.br)**

Eu CONCORDO em participar voluntariamente, da pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA", conforme informações contidas neste TCLE.

Eu NÃO Quero participar voluntariamente, da pesquisa intitulada "EXTENSÃO POPULAR E EDUCAÇÃO POPULAR: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA DESCOLONIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA"

Este formulário foi criado em Universidade Federal da Paraíba.

Google Formulários